

Associação Catarinense das Fundações Educacionais – ACAFE

CONCURSO PÚBLICO - DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO

EDITAL Nº 001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2014

20 de julho de 2014

PARECERES DOS RECURSOS

DISCIPLINA: DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO:

01) Acerca dos Direitos e Garantias Fundamentais, conforme expressamente exposto na Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB/88, pode-se afirmar, **exceto**:

A⇒ É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

B⇒ **É plena a liberdade de associação para fins lícitos, inexistindo vedações.**

C⇒ É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

D⇒ Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

E⇒ No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

PARECER: O gabarito está em consonância com o previsto expressamente na CRFB/88, artigo 5, XVII.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: **Manter a questão e o gabarito divulgado.**

=====

QUESTÃO:

02) De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB/88, no que se refere aos benefícios e aposentados da previdência, assinale a alternativa **correta**.

A⇒ O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será compulsório, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado.

B⇒ Para efeito de aposentadoria é assegurada a contagem do tempo de contribuição na administração pública ou da atividade privada, rural e urbana, não cumulativamente ou reciprocamente.

C⇒ Os ganhos habituais do empregado, a título indenizatório, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e consequente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei.

D⇒ **A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano.**

E⇒ Lei disporá sobre sistema especial de inclusão previdenciária para atender a trabalhadores de baixa renda e àqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, ainda que não pertencentes a famílias de baixa renda, garantindo-lhes acesso a benefícios, contudo, no valor máximo de um salário-mínimo.

PARECER: O gabarito está em consonância com o previsto expressamente na CRFB/88, art.201, § 6º.

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998) (Vide Emenda Constitucional nº 20, de 1998).

[...]

§ 6º A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO:

03) Considerando o previsto na Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB/88 quanto ao meio ambiente, marque com **V** as afirmações **verdadeiras** e com **F** as **falsas**.

- () *A Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense, a a Zona Costeira, a Floresta Amazônica brasileira e a Mata Atlântica são patrimônio nacional.*
- () *Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente.*
- () *Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.*
- () *As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.*
- () *As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.*
- () *São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.*

A sequência **correta**, de cima para baixo, é:

A⇒ V - V - F - F - V - V

B⇒ F - V - V - V - F - V

C⇒ V - F - V - F - V - F

D⇒ **V - V - V - V - V - V**

E⇒ F - V - F - F - V - F

PARECER: O gabarito está em consonância com o previsto expressamente na CRFB/88, Art. 225, caput, § 2º, § 3º, § 4º, § 5º, e § 6º.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[...]

§ 2º - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º - São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º - As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO:

04) No que se refere Seguridade Social, conforme previsto expressamente na Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB/88, é correto afirmar, **exceto**:

A⇒ A proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.

B⇒ **A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais, salvo créditos.**

C⇒ Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

D⇒ As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

E⇒ A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

PARECER: O gabarito está em consonância com o previsto expressamente na CRFB/88, art. 195, §3º.

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais: (Vide Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 3º - A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios. (Vide Medida Provisória nº 526, de 2011) (Vide Lei nº 12.453, de 2011)

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO:

05) De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB/88, no que se refere a Previdência Social, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta**.

- I** *É possível a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e quando se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar.*
- II** *É possível a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.*
- III** *É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.*
- IV** *Todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei.*
- V** *Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.*

A⇒ Todas as afirmações estão corretas.

B⇒ Apenas I, II e III estão corretas.

C⇒ Apenas II, III e IV estão corretas.

D⇒ Apenas III e V estão corretas.

E⇒ **Apenas III, IV e V estão corretas.**

PARECER: O gabarito está em consonância com o previsto expressamente na CRFB/88, art. 201, §4º, art. 201, §3º e art.201, §2º.

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998) (Vide Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

[...]

§ 2º Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 3º Todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 4º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO:

06) A saúde é direito fundamental do cidadão.

Assim, considere o previsto expressamente na Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB/88 e marque com **V** as afirmações **verdadeiras** e com **F** as **falsas**.

- () *É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições de saúde privadas com fins lucrativos.*
- () *A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.*
- () *É livre a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei.*
- () *As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.*
- () *Os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação.*
- () *Lei federal disporá sobre o regime jurídico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias, competindo à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para o cumprimento do referido piso salarial.*
- () *A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização.*

A sequência **correta**, de cima para baixo, é:

A ⇒ F - V - F - V - F - V - F

B ⇒ V - V - F - V - V - V - V

C ⇒ V - F - V - F - V - F - V

D ⇒ V - V - F - F - F - V - V

E ⇒ F - F - V - V - V - F - F

PARECER: O gabarito está em consonância com o previsto expressamente na CRFB/88.

Art. 198, §4º e Art. 198, §5º.

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

§ 4º Os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação. . (Incluído pela Emenda Constitucional nº 51, de 2006)

§ 5º Lei federal disporá sobre o regime jurídico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias, competindo à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para o cumprimento do referido piso salarial. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2010) Regulamento

Art. 199, caput, Art. 199, §1º, Art. 199, §2º, e Art. 199, §4º.

Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

§ 1º - As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

§ 2º - É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

[...]

§ 4º - A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

QUESTÃO:

07) Ainda acerca dos direitos fundamentais constitucionais, no que se refere à educação, de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB/88, é **correto** afirmar:

A⇒ As universidades gozam de vinculação didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de dissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

B⇒ **O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.**

C⇒ É vetado às universidades admitirem professores, técnicos e cientistas estrangeiros.

D⇒ O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público objetivo.

E⇒ O ensino religioso, de matrícula compulsória, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

PARECER: O gabarito está em consonância com o previsto expressamente na CRFB/88, art. 210, §2º.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 2º - O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO:

08) A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

Sobre a família, considere o previsto na Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB/88 e marque com **V** as afirmações **verdadeiras** e com **F** as **falsas**.

- () *Aos maiores de sessenta anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.*
- () *Os programas de amparo aos idosos serão executados exclusivamente em seus lares.*
- () *Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos e todos os filhos têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice ou enfermidade.*
- () *O casamento religioso não tem efeito civil.*
- () *Não é gratuita a celebração do casamento civil.*
- () ***Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.***
- () ***Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.***

A sequênciacorreta, de cima para baixo, é:

A ⇒ V - V - F - F - F - V - V

B ⇒ F - V - F - V - F - V - F

C ⇒ V - F - V - F - V - F - V

D ⇒ **F - F - F - F - F - V - V**

E ⇒ V - V - V - F - V - F - F

PARECER: O gabarito está em consonância com o previsto expressamente na CRFB/88, art. 226, §4º e art. 227, §6º.

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 4º - Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

§ 6º - Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO:

09) Considerando o previsto na Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB/88, sobre a liberdade da imprensa e direito de comunicação, direitos também fundamentais, é correto afirmar, **exceto**:

A⇒A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais e conterá sempre que necessário advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso.

B⇒ A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País.

C⇒ A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, em qualquer meio de comunicação social.

D⇒ Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.

E⇒A publicação de veículo impresso de comunicação depende de licença de autoridade.

PARECER: O gabarito está em consonância com o previsto expressamente na CRFB/88, art. 220, §6º.

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

[...]

§ 6º - A publicação de veículo impresso de comunicação independe de licença de autoridade.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: **Manter a questão e o gabarito divulgado.**

=====

QUESTÃO:

10) No que se refere ao Poder Legislativo, é correto afirmar, **exceto**:

A⇒ O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.

B⇒ É da competência exclusiva do Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

C⇒ Cada legislatura terá a duração de quatro anos e cada Território elegerá quatro Deputados.

D⇒ O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.

E⇒A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes dos estados, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.

PARECER: O gabarito está em consonância com o previsto expressamente na CRFB/88, art. 45, caput.

Art. 45. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: **Manter a questão e o gabarito divulgado.**

=====

QUESTÃO:

11) Quanto aos Estados Membros, antes da Federação, de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB/88, marque com **V** as afirmações **verdadeiras** e com **F** as **falsas**.

- () Os subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado serão fixados por lei de iniciativa do Congresso Nacional.
- () O número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.
- () Incluem-se entre os bens dos Estados as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União
- () Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- () Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
- () São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição Federal.

() *Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios da Constituição Federal.*

A sequência **correta**, de cima para baixo, é:

A⇒ F - V - V - V - V - V - V

B⇒ F - V - F - V - F - V - F

C⇒ F - F - V - F - V - F - F

D⇒ V - V - F - F - F - V - V

E⇒ V - F - V - F - V - F - V

PARECER: O gabarito está em consonância com o previsto expressamente na CRFB/88.

Art. 25, caput, Art. 25, §1º, Art. 25, §2º, e Art. 25, §3º.

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º - São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

§ 2º - Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 5, de 1995)

§ 3º - Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Art. 26, I.

Art. 26. Incluem-se entre os bens dos Estados:

I - as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União;

Art. 27, caput.

Art. 27. O número de Deputados à Assembléia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

Art. 28, § 2º.

Art. 28. A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de quatro anos, realizar-se-á no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá em primeiro de janeiro do ano subsequente, observado, quanto ao mais, o disposto no art. 77. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de 1997)

[...]

§ 2º Os subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado serão fixados por lei de iniciativa da Assembléia Legislativa, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

QUESTÃO:

12) No que se refere a Organização do Estado, sobre os entes federativos, seus servidores e recursos orçamentários, conforme determina a Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB/88, é correto afirmar, **exceto**:

A⇒ Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.

B⇒ Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas.

C⇒ **A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados exclusivamente pelo executivo.**

D⇒ A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

E⇒ Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

PARECER: O gabarito está em consonância com o previsto expressamente na CRFB/88.

Art. 39, caput.

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Vide ADIN nº 2.135-4)

Art.39, § 2.

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Vide ADIN nº 2.135-4)

§ 2º - Aplica-se a esses servidores o disposto no art. 7º, IV, VI, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII, XXIII e XXX.

§ 2º A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Art. 39, § 6º.

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Vide ADIN nº 2.135-4)

§ 6º Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Art. 39, §7º.

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Vide ADIN nº 2.135-4)

§ 7º Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Art. 40, caput.

Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO:

13) Especificamente, quanto a competência da Câmara de Deputados, assinale a alternativa **correta**.

A⇒ Compete preferencialmente à Câmara dos Deputados dispor sobre sua organização, funcionamento, política, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

B⇒ Compete à Câmara dos Deputados autorizar, por três quintos de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.

C⇒ **Compete privativamente à Câmara dos Deputados eleger membros do Conselho da República.**

D⇒ Compete privativamente à Câmara dos Deputados proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Senado dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

E⇒ A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando sempre crime de responsabilidade a ausência.

PARECER: O gabarito está em consonância com o previsto expressamente na CRFB/88, art. 51, V.

Art. 51. Compete privativamente à Câmara dos Deputados:

I - autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado;

II - proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa;

III - elaborar seu regimento interno;

IV - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

IV - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

V - eleger membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO:

14) Sobre o ente federativo Município, analise as afirmações a seguir.

- I** *As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade.*
- II** *O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.*
- III** *A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal.*
- IV** *É vedada a criação de Tribunais de Contas Municipais.*
- V** *O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados.*

A alternativa **correta** é:

A ⇒ Apenas I e III estão corretas.

B ⇒ **Todas as afirmações estão corretas.**

C ⇒ Apenas I, II e III estão corretas.

D ⇒ Apenas III, IV e V estão corretas.

E ⇒ Apenas II e V estão corretas.

PARECER: O gabarito está em consonância com o previsto expressamente na CRFB/88.

Art. 31, caput.

Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

Art. 31, §1º.

Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

§ 1º - O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

Art. 31, § 2º.

Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

§ 2º - O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Art. 31, § 3º.

Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

§ 3º - As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

Art. 31, § 4º.

Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

§ 4º - É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

QUESTÃO:

15) O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza. Sobre o tema e de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB/88 é correto afirmar, **exceto**:

A⇒ Na vigência do estado de defesa a prisão por crime contra o Estado, determinada pelo executor da medida, será por este comunicada imediatamente ao juiz competente, que a relaxará, se não for legal, facultado ao preso requerer exame de corpo de delito à autoridade policial.

B⇒ Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de vinte e quatro horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria absoluta.

C⇒ Na vigência do estado de defesa a comunicação será acompanhada de declaração, pela autoridade, do estado físico e mental do detido no momento de sua autuação.

D⇒ Na vigência do estado de defesa a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a trinta dias, estando vedada, ainda, a incomunicabilidade do preso.

E ⇒ O tempo de duração do estado de defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.

PARECER: O gabarito está em consonância com o previsto expressamente na CRFB/88, art. 136, § 3º, III e IV.

Art. 136. O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.

§ 3º - Na vigência do estado de defesa:

IV - é vedada a incomunicabilidade do preso.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

QUESTÃO:

16) No que concerne a Administração Pública, sobre servidores públicos, é correto afirmar, **exceto**:

A⇒ Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

B⇒ Como condição para a aquisição da estabilidade é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

C⇒ Extinto o cargo, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração integral, até seu aproveitamento.

D⇒ O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado, mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa ou mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

E⇒ São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

PARECER: O gabarito está em consonância com o previsto expressamente na CRFB/88, art. 41, 3º.

Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 3º Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO:

17) O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio.

Nesse sentido é correto afirmar, **exceto**:

A⇒ Na vigência do estado de sítio só poderão ser tomadas contra as pessoas as seguintes medidas: obrigação de permanência em localidade determinada; detenção em edifício não destinado a acusados ou condenados por crimes comuns; restrições relativas à inviolabilidade da correspondência, ao sigilo das comunicações, à prestação de informações e à liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão, na forma da lei; suspensão da liberdade de reunião; busca e apreensão em domicílio; intervenção nas empresas de serviços públicos e requisição de bens.

B⇒ O Presidente da República pode solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio nos casos de comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa.

C⇒ Solicitada autorização para decretar o estado de sítio durante o recesso parlamentar, o Presidente do Senado Federal, de imediato, convocará extraordinariamente o Congresso Nacional para se reunir dentro de cinco dias, a fim de apreciar o ato, sendo que o Congresso Nacional permanecerá em funcionamento até o término das medidas coercitivas.

D⇒ O decreto do estado de sítio indicará sua duração, as normas necessárias a sua execução e as garantias constitucionais que ficarão suspensas, e, depois de publicado, o Presidente da República designará o executor das medidas específicas e as áreas abrangidas.

E⇒ O Presidente da República, ao solicitar autorização para decretar o estado de sítio ou sua prorrogação, relatará os motivos determinantes do pedido, devendo o Congresso Nacional decidir por maioria absoluta.

PARECER: O gabarito está em consonância com o previsto expressamente na CRFB/88, art. 139, I, II, III, IV, V, VI, VII.

Art. 139. Na vigência do estado de sítio decretado com fundamento no art. 137, I, só poderão ser tomadas contra as pessoas as seguintes medidas:

I - obrigação de permanência em localidade determinada;

II - detenção em edifício não destinado a acusados ou condenados por crimes comuns;

III - restrições relativas à inviolabilidade da correspondência, ao sigilo das comunicações, à prestação de informações e à liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão, na forma da lei;

IV - suspensão da liberdade de reunião;

V - busca e apreensão em domicílio;

VI - intervenção nas empresas de serviços públicos;

VII - requisição de bens.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO:

18) A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Nesse sentido é correto afirmar, **exceto**:

A⇒ Aos corpos de bombeiros militares cabem as atribuições definidas em lei, salvo a execução de atividades de defesa civil.

B⇒ Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

C⇒ A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, dentre outras atribuições previstas constitucionalmente, a exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.

D⇒ As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

E⇒ Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.

PARECER: O gabarito está em consonância com o previsto expressamente na CRFB/88, art.144, §5°.

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

§ 5° - às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: **Manter a questão e o gabarito divulgado.**

=====

QUESTÃO:

19) As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Considerando o previsto constitucionalmente acerca do assunto, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta**.

- I** Ao militar são permitidas a sindicalização mas, enquanto em serviço ativo, não pode estar filiado a partidos políticos.
- II** O oficial perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível por decisão de tribunal militar especial, em tempo de paz ou de guerra.
- III** As mulheres e os eclesiásticos ficam isentos do serviço militar obrigatório em tempo de guerra, sujeitos, porém, a outros encargos que a lei lhes atribuir.
- IV** Não caberá "habeas-corpus" em relação a punições disciplinares militares.
- V** Os membros das Forças Armadas são denominados militares.

A⇒Todas as afirmações estão corretas.

B⇒Apenas IV e V estão corretas.

C⇒ Apenas II e III estão corretas.

D⇒ Apenas III e IV estão corretas.

E⇒Apenas I, II e III estão corretas.

PARECER: O gabarito está em consonância com o previsto expressamente na CRFB/88, art. 142, §2° e art. 142, §3°.

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

[...]

§ 2° - Não caberá "habeas-corpus" em relação a punições disciplinares militares.

§ 3° Os membros das Forças Armadas são denominados militares, aplicando-se-lhes, além das que vierem a ser fixadas em lei, as seguintes disposições: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

I - as patentes, com prerrogativas, direitos e deveres a elas inerentes, são conferidas pelo Presidente da República e asseguradas em plenitude aos oficiais da ativa, da reserva ou reformados, sendo-lhes privativos os títulos e postos militares e, juntamente com os demais membros, o uso dos uniformes das Forças Armadas; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

II - o militar em atividade que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente será transferido para a reserva, nos termos da lei; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

II - o militar em atividade que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente, ressalvada a hipótese prevista no art. 37, inciso XVI, alínea "c", será transferido para a reserva, nos termos da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 77, de 2014)

III - O militar da ativa que, de acordo com a lei, tomar posse em cargo, emprego ou função pública civil temporária, não eletiva, ainda que da administração indireta, ficará agregado ao respectivo quadro e somente poderá, enquanto permanecer nessa situação, ser promovido por antigüidade, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela promoção

e transferência para a reserva, sendo depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, transferido para a reserva, nos termos da lei; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

III - o militar da ativa que, de acordo com a lei, tomar posse em cargo, emprego ou função pública civil temporária, não eletiva, ainda que da administração indireta, ressalvada a hipótese prevista no art. 37, inciso XVI, alínea "c", ficará agregado ao respectivo quadro e somente poderá, enquanto permanecer nessa situação, ser promovido por antiguidade, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela promoção e transferência para a reserva, sendo depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, transferido para a reserva, nos termos da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 77, de 2014)

IV - ao militar são proibidas a sindicalização e a greve; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

V - o militar, enquanto em serviço ativo, não pode estar filiado a partidos políticos; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

VI - o oficial só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão de tribunal militar de caráter permanente, em tempo de paz, ou de tribunal especial, em tempo de guerra; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

VII - o oficial condenado na justiça comum ou militar a pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado, será submetido ao julgamento previsto no inciso anterior; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

VIII - aplica-se aos militares o disposto no art. 7º, incisos VIII, XII, XVII, XVIII, XIX e XXV e no art. 37, incisos XI, XIII, XIV e XV; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

VIII - aplica-se aos militares o disposto no art. 7º, incisos VIII, XII, XVII, XVIII, XIX e XXV, e no art. 37, incisos XI, XIII, XIV e XV, bem como, na forma da lei e com prevalência da atividade militar, no art. 37, inciso XVI, alínea "c"; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 77, de 2014)

IX - aplica-se aos militares e a seus pensionistas o disposto no art. 40, §§ 4º, 5º e 6º; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

IX - aplica-se aos militares e a seus pensionistas o disposto no art. 40, §§ 7º e 8º; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 11998)

(Revogado pela Emenda Constitucional nº 41, de 19.12.2003)

X - a lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO:

20) Sobre competência concorrente, conforme previsto expressamente na Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB/88, é correto afirmar, **exceto**:

A⇒ Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

B⇒ **A superveniência de lei federal sobre normas gerais revoga a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.**

C⇒ A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

D⇒ Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre assistência jurídica e Defensoria pública.

E⇒ Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

PARECER: O gabarito está em consonância com o previsto expressamente na CRFB/88, art.24, §4º.

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

[...]

§ 4º - A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

Associação Catarinense das Fundações Educacionais – ACAFE

CONCURSO PÚBLICO - DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO

EDITAL Nº 001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2014

20 de julho de 2014

PARECERES DOS RECURSOS

DISCIPLINA: DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO:

21) Marque com **V** as afirmações **verdadeiras** e com **F** as falsas.

- () *Servidores públicos são agentes que firmam relação de trabalho diretamente com o Estado ou com as entidades administrativas por ele instituídas, prestando serviços em proveito dos interesses públicos e recebendo remuneração correspondente.*
- () *Os jurados e os membros das mesas apuradoras de votos, à época das eleições, podem ser denominados apropriadamente de particulares em colaboração com a Administração.*
- () *Agentes políticos são os ocupantes dos cargos que compõem o arcabouço constitucional do Estado.*
- () *A polícia civil subordina-se ao Governador do Estado, cabendo-lhe a guarda e a fiscalização do trânsito urbano.*
- () *Agente público é todo indivíduo ligado ao Estado por algum tipo de vínculo, e sua atuação nessa qualidade representa a manifestação da vontade estatal.*

A sequência **correta**, de cima para baixo, é:

A ⇒ F - V - F - V - F

B ⇒ F - F - V - F - F

C ⇒ V - V - F - V - F

D ⇒ V - F - V - F - V

E ⇒ **V - V - V - F - V**

PARECER:

A) - **Correta**. A afirmativa conceitua os servidores públicos em sentido amplo, abrangendo na definição tanto os agentes que mantém vínculo estatutário, administrativo especial ou celetista. Esta a lição de Hely Lopes Meirelles: “servidores públicos em sentido amplo, no nosso entender, são todos os agentes públicos que se vinculam à Administração Pública, direta e indireta, do Estado, sob regime jurídico (a) estatutário regular, geral ou peculiar, ou (b) administrativo especial, ou (c) celetista (regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), de natureza profissional e empregatícia” (Direito Administrativo Brasileiro, p. 388). No mesmo sentido: “São servidores públicos, em sentido amplo, as pessoas físicas que prestam serviços ao Estado e às entidades da Administração Indireta, com vínculo empregatício e mediante remuneração paga pelos cofres públicos” (Maria Sylvia Di Pietro, Direito Administrativo, p. 433).

B) - **Correta**. Observe-se, inicialmente, que a afirmação não traz definição taxativa, apenas afirma que os jurados e os membros das mesas apuradoras de votos podem ser denominados apropriadamente particulares em colaboração com a Administração, como ensinam Celso Antônio Bandeira de Mello (Curso de Direito Administrativo, p. 232) e Maria Sylvia Di Pietro (Direito Administrativo, p. 533/534).

C) - **Correta**. Para Celso Antonio Bandeira de Mello, agentes políticos “são os titulares dos cargos estruturais à organização política do País, isto é, são ocupantes dos cargos que compõem o arcabouço constitucional do Estado e, portanto, o esquema fundamental do poder. Sua função é a de formadores da vontade superior do Estado (Curso de Direito Administrativo, p. 229). Tal posição também é a adotada por Maria Sylvia Zanella Di Pietro (Direito Administrativo, p. 432).

D) - **Falsa**. A polícia civil subordina-se ao Governador do Estado, cabendo-lhe a execução dos serviços administrativos de trânsito (Constituição Estadual, art. 106, inciso III).

E) - **Correta**. Agente público é toda pessoa física que, investida de funções públicas, presta serviços aos órgãos do Estado e às entidades administrativas da Administração indireta. José dos Santos Carvalho Filho (Manual de Direito Administrativo, p. 531) ensina que a expressão agente público é ampla, abrangendo “as pessoas que, a qualquer título, exercem uma função pública como prepostos do Estado”. Adverte o autor que “essa função pode ser remunerada ou gratuita, definitiva ou transitória, política ou jurídica”. Considere-se, ainda, que a Lei no 8.429/1992, ao dispor sobre as infrações de improbidade administrativa e suas respectivas sanções também define agente público de forma abrangente: “Reputa-se agente público, para os efeitos desta Lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, con-

tratação ou qualquer forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior” (art. 2º).

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO:

22) Considere a definição de Direito Administrativo e assinale a alternativa **correta**.

A ⇒ **É o conjunto dos princípios jurídicos de direito público que tratam da Administração Pública, suas entidades, órgãos e agentes públicos.**

B ⇒ É o conjunto dos princípios jurídicos de direito público que têm como estudo o Serviço Público.

C ⇒ É o conjunto dos princípios jurídicos de direito público que regem as relações jurídicas entre órgãos do Estado.

D ⇒ É o conjunto dos princípios jurídicos de direito público e privado que tratam da Administração Pública, suas entidades, órgãos e agentes públicos.

E ⇒ É o conjunto dos princípios jurídicos de direito público e privado que têm como estudo os atos do Poder Executivo.

PARECER:

O Direito Administrativo é “...uma parte do Direito Público que compreende as relações jurídicas decorrentes das organizações administrativas, do seu funcionamento, das relações que nascem das atividades estatais, não compreendidas na esfera legislativa ou jurisdicional” (Themístocles Brandão Cavalcanti, Tratado de Direito Administrativo, p.46). No mesmo sentido, Cretella Júnior, citando Villegas Basavilbaso: o complexo de normas e princípios de direito público interno que regulam as relações entre os entes públicos e os particulares, ou entre aqueles entre si, para a satisfação concreta, direta e imediata das necessidades coletivas, sob a ordem jurídica estatal (Direito Administrativo Brasileiro, p. 18). Não se confunda com regime jurídico público ou privado, aos quais pode se submeter a Administração Pública, conforme disposto na Constituição Federal.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO:

23) Em relação aos concessionários de serviços públicos é correto afirmar, **exceto** que:

A ⇒ **recebem a incumbência da administração para representá-la em determinado ato ou praticar certa atividade específica.**

B ⇒ são agentes delegados, que exercem função pública em seu próprio nome, porém, sob fiscalização do Poder Público.

C ⇒ sujeitam-se a responsabilidade civil objetiva e ao mandado de segurança.

D ⇒ sua responsabilidade pelos prejuízos causados a terceiros e ligados à prestação do serviço governa-se pelos mesmos critérios e princípios da responsabilidade do Estado.

E ⇒ enquadram-se como funcionários públicos nos termos do artigo 327 do Código Penal.

PARECER:

A) - **Incorreta.** *Agentes credenciados* recebem a incumbência da administração para representá-la em determinado ato ou praticar certa atividade específica, como, por exemplo, a tarefa de representar o Brasil em determinado evento internacional.

B) - **Correta.** Segundo Celso Antônio Bandeira de Mello, concessão “é o instituto através do qual o Estado atribui o exercício de um serviço público a alguém que aceite prestá-lo em nome próprio, por sua conta e risco, nas condições fixadas e alteráveis unilateralmente pelo Poder Público, mas sob garantia contratual de um equilíbrio econômico-financeiro, remunerando-se pela própria exploração do serviço, em geral e basicamente mediante tarifas cobradas diretamente dos usuários do serviço” (Curso de Direito Administrativo, p. 652). No mesmo sentido Maria Sylvia Zanella Di Pietro (Direito Administrativo, p. 75). Assim, o concessionário atua em nome próprio, mas no interesse público, na medida em que o título jurídico em que se funda sua atuação não é o mesmo de que deriva a qualificação do serviço como público ou a titularidade do poder concedente sobre ele. (vide REsp 976836 / RS).

C) - **Correta.** O art. 37, § 6º, da Constituição Federal dispõe: “As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade,

causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.” Interpretando o dispositivo, firmou-se no STF o entendimento de que a responsabilidade das concessionárias e permissionárias de serviço público, no que se refere aos danos causados a terceiros, será de natureza objetiva, mesmo que o dano tenha sido provocado a um terceiro que não se figure na qualidade de usuário daquele serviço (REx. 591.874/MS, 2010- Ministro Ricardo Lewandowski). De outro lado, a concessão, nos termos do art. 2º, II, da Lei n. 8.987/95, consiste na delegação da prestação do serviço público pelo poder concedente, mediante licitação, a pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstrem capacidade para o desempenho da atividade. A empresa concessionária exerce, portanto, atividade tipicamente estatal, pelo que se entende legítima a impugnação de ato praticado por seus representantes por meio de mandado de segurança. Nesse sentido, decisão do STJ, entre outras, no REsp 430.783/MT, Rel. Min. José Delgado, DJU de 8.10.02).

D) - **Correta**. Nos termos do caput, do art. 25, da Lei n. 8.987/95 o concessionário do serviço público responde objetivamente (independentemente da comprovação de dolo ou culpa) por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros.

E) - **Correta**. O artigo 327 do Código Penal, é regra de caráter geral e trata da equiparação de quem exerce cargo, emprego ou função pública, para fins penais, respondendo penalmente o concessionário de serviços públicos, como se funcionário público fosse, conforme disposto no § 1º do mesmo dispositivo, na redação que lhe deu a Lei 9983/2000.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO:

24) É **correto** afirmar que a Administração Pública exerce o poder disciplinar quando:

A ⇒ investiga irregularidades e aplica penas aos servidores públicos e particulares, mesmo aqueles não sujeitos à Administração Pública.

B ⇒ instaura inquérito administrativo, processa e aplica penalidades apenas aos servidores públicos que infringem os respectivos estatutos.

C ⇒ **apura infrações e aplica penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa.**

D ⇒ limita ou disciplina direito, interesse ou liberdade, com o objetivo de regular a prática de ato ou abstenção de fato, em razão do interesse público.

E ⇒ define, na forma da lei, os limites da competência de cada um dos agentes.

PARECER:

A e B) - Incorretas. O Poder Disciplinar, na lição de Hely Lopes Meirelles “é a faculdade de punir internamente as infrações funcionais dos servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina dos órgãos e serviços da Administração” (Direito Administrativo, p. 130). Portanto, incorreta a afirmativa “a”, na medida em que o poder disciplinar “não abrange as sanções impostas a particulares não sujeitos à disciplina interna da Administração, porque, nesse caso, as medidas punitivas encontram seu fundamento no poder de polícia do Estado (Maria Sylvia Zanella Di Pietro - Direito Administrativo). Na mesma linha, também incorreta a afirmativa “b”, ao limitar o poder disciplinar da Administração apenas aos servidores públicos.

C) - **Correta**. Para Maria Sylvia Di Pietro (Direito Administrativo, p. 94), “Poder disciplinar é o que cabe à Administração Pública para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa”.

D) - **Incorreta**. Art. 78 do Código Tributário Nacional: “Considera-se poder de polícia a atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público...”.

E) - **Incorreta**. Poder hierárquico, segundo Hely Lopes Meirelles, é o de que dispõe o Poder Executivo para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal (Direito Administrativo Brasileiro, p. 105).

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO:

25) A rescisão do contrato administrativo pode ocorrer de três formas: unilateralmente, pela Administração, amigavelmente, por acordo entre as partes ou judicialmente.

Nesse sentido, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta**.

- I** A rescisão administrativa ou amigável independe de prévia autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- II** *Só existe campo para a rescisão amigável de um contrato administrativo quando houver conveniência para a Administração e não ocorrer nenhuma das hipóteses previstas para a rescisão unilateral da avença.*
- III** *A rescisão unilateral operada pela Administração gera a seu favor a assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar.*
- IV** *Quando caracterizada a ocorrência de caso fortuito ou força maior que impeçam a execução do contrato, o contratado, sem culpa, terá direito ao pagamento pelo custo da desmobilização.*

A ⇒ Apenas I, II e III estão corretas.

B ⇒ Apenas II e IV estão corretas.

C ⇒ *Apenas II, III e IV estão corretas.*

D ⇒ Apenas I e IV estão corretas.

E ⇒ Todas as afirmações estão corretas.

PARECER:

I) - **Incorreta.** Art. 79, § 1º, da Lei 8666/93: “A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente”.

II) - **Correta.** Art. 79, II, da Lei 8.666/93- A rescisão do contrato poderá ser: II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração. Vide Tribunal de Contas da União, Acórdão 740/2013 - Plenário, relator Ministro Benjamin Zymler.

III) - **Correta.** Art. 79, I, c/c art. 80, I, da Lei 8666/93: Art. 80. A rescisão de que trata o inciso I do artigo anterior (*ato unilateral da Administração*) acarreta as seguintes conseqüências, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei: I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração.

IV) - **Correta.** Art. 79, § 2º, III c/c art. 78, XVII, da Lei 8666/93: Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser: § 2º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII (*a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.*) do artigo anterior, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a: III - pagamento do custo da desmobilização.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

QUESTÃO:

26) No tocante ao abuso de poder é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ O ato executado com excesso de poder pode ser convalidado pelo agente competente para a prática do ato.

B ⇒ O exercício das funções de agente público com abuso de poder não exclui a responsabilidade objetiva do Estado.

C ⇒ Quando a autoridade administrativa pratica o ato por motivos ou com fins diversos dos previstos na legislação, ocorre desvio de finalidade e, não, excesso de poder.

D ⇒ Ocorre excesso de poder quando a autoridade ultrapassa sua competência legal, dolosa ou culposamente, tornando o ato praticado arbitrário, ilícito e nulo.

E ⇒ *Não se caracteriza desvio de poder quando o ato é praticado tendo em vista a satisfação do interesse público, mas com objetivo diverso daquele previsto em lei.*

PARECER:

A) - **Correta.** Os atos praticados com excesso de poder são nulos quando o vício é de competência quanto à matéria, ou quando se trata de competência exclusiva. Diferentemente, se a hipótese for de vício de competência quanto à pessoa, desde que não se trate de competência exclusiva, o ato praticado com excesso de poder poderá ser convalidado, a critério da administração pública, uma vez preenchidas as demais condições legais (*in* Direito Administrativo Descomplicado de Marcelo Alexandrino e Vicente de Paulo, pág. 255). Nota: Art. 55 da Lei nº 9.784/1999: “Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria administração”.

B) - **Correta.** Constituição Federal, art. 37, § 6º: “As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa”.

C) - **Correta.** “O desvio de poder concerne ao elemento finalidade (por essa razão o desvio de poder é também denominado ‘desvio de finalidade’)” - Direito Administrativo Descomplicado de Marcelo Alexandrino e Vicente de Paulo, pág. 255. Na lição de Hely Lopes Meirelles: “O desvio de finalidade ou de poder verifica-se quando a autoridade, embora atuando nos limites da sua competência, pratica ato por motivos ou fins diversos dos objetivados pela lei ou exigidos pelo interesse público” (Direito Administrativo, p. 97).

D) - **Correta.** Para Maria Sylvia Zanella Di Pietro assinala: “O excesso de poder ocorre quando o agente público excede os limites da sua competência; por exemplo, quando a autoridade policial se excede no uso da força para praticar ato de sua competência. É o excesso quantitativo.” (Direito Administrativo, p. 221). E, ainda: “Os atos praticados com excesso de poder são nulos quando o vício é de competência quanto à matéria, ou quando se trata de competência exclusiva” (Direito Administrativo Descomplicado de Marcelo Alexandrino e Vicente de Paulo, p. 255). Nota: as afirmativas a e d não são contraditórias, mas complementares, pois ambas corretas e concernentes ao excesso de poder.

E) - **Incorreta.** “Ocorre desvio de poder quando a atuação do agente, embora dentro de sua órbita de competência, contraria a finalidade explícita ou implícita na lei que autorizou a sua atuação” (Direito Administrativo Descomplicado de Marcelo Alexandrino e Vicente de Paulo, p. 255).

PARECER/COMPLEMENTAR

O enunciado é claro no sentido de perquirir quais as afirmativas se mostram conformes com o instituto do abuso de poder e a afirmativa D está correta na medida em que o ato viciado pelo excesso de poder é, em princípio, nulo, posto ilegal, contrário à disposição da lei, pois emanado de autoridade que não detinha competência para praticá-lo. Ele pode ser, todavia, convalidado, submetido à discricionariedade da autoridade competente, desde não implique lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, a teor do disposto no art. 55, da Lei 9.784/99, mas a convalidação se dará pela edição de um segundo ato administrativo, com o fito de corrigir o primeiro praticado com vício. Todavia, não será possível a convalidação quando se tratar de competência exclusiva ou em razão da matéria. Por oportuna, traz-se lição de Maria Sylvia Di Pietro (Direito Administrativo), no sentido de que a competência é definida em lei, logo, será ilegal o ato praticado por agente que não seja detentor das atribuições previstas em lei, como também o será quando o agente exorbita de suas atribuições legais, sustentando, ainda, a autora: “a nulidade é relativa quando o ato pode ser convalidado e a nulidade é absoluta quando o ato não pode ser convalidado. E é aí que vem a pergunta: quando ele pode e quando não pode ser convalidado? A resposta é: depende do vício do ato, ou seja, depende do elemento do ato administrativo que está eivado de vício”. E, ainda, a lição de Celso Antônio Bandeira de Mello (Curso de Direito Administrativo), sobre o instituto da convalidação: “Quando promana da Administração, esta corrige o defeito do primeiro ato mediante um segundo ato, o qual produz de forma consonante com o Direito aquilo que dantes fora efetuado de modo dissonante com o Direito”. A afirmativa D, pois, se coaduna com o abuso de poder e não o contraria, estando, assim, correta.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

QUESTÃO:

27) Considere a revogação e anulação do Ato Administrativo, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta**.

- I *A revogação tem por objeto atos válidos e exequíveis.*
- II *A anulação decorre da ilegalidade do ato administrativo.*
- III *Certidões, atestados ou informações prestadas por agente público são passíveis de revogação.*
- IV *Não podem ser revogados os atos vinculados.*

A ⇒ Todas as afirmações estão corretas.

B ⇒ Apenas II e IV estão corretas.

C ⇒ Apenas I, II e III estão corretas.

D ⇒ Apenas III e IV estão corretas.

E ⇒ **Apenas I, II e IV estão corretas.**

PARECER:

I) - **Correta.** A revogação dos atos administrativos tem por objeto atos válidos (de conformidade com a lei) e eficazes (produz efeitos) mas também exequíveis, na medida em que ato exequível é aquele que pode ser

executado inteiramente e de modo imediato. Celso Antônio Bandeira de Mello não diferencia eficácia e exequibilidade, considerando-as de mesmo sentido: aptidão para a produção imediata de efeitos jurídicos, por ter se encerrado seu ciclo e não estar o ato sujeito a qualquer termo ou condição (ver Curso de Direito Administrativo de Gustavo Barchet, p. 266).

II) - **Correta.** Súmula 473, do STF, 1ª parte: "A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial".

III) - **Incorreta.** Meros atos administrativos são aqueles que têm em seu conteúdo uma declaração de opinião, desejo ou conhecimento. Podem assim serem vistos na forma de parecer – onde expressa uma opinião –, o voto num órgão colegiado – que é a exteriorização de um desejo – e uma certidão – que é visto como um ato de reprodução de um conhecimento. Para Celso Antônio Bandeira de Mello são atos irrevogáveis: "os atos que a lei declare irrevogáveis; os atos já exauridos, ou seja, que já produziram todos os seus efeitos; os atos vinculados; os meros atos administrativos (e.g. certidões, votos), pois seus efeitos derivam somente da lei; os atos de controle; os atos que integram um procedimento, uma vez que, através da sucessiva edição de atos, opera-se a preclusão com relação aos antecedentes; os atos complexos, pois para sua constituição é necessária a conjugação de vontades de distintos órgãos; os atos que geram direitos adquiridos, conforme dispõe a Súmula 473 do STF" (Celso Antônio Bandeira de Mello, Direito Administrativo, p.404). No mesmo sentido Maria Sylvania Di Pietro – Direito Administrativo) e Diógenes Gasparini – Direito Administrativo).

IV) - **Correta.** Os atos vinculados não podem ser revogados "porque não comportam juízo de oportunidade e conveniência" - (Direito Administrativo Descomplicado de Marcelo Alexandrino e Vicente de Paulo, pág. 488).

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO:

28) Analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta**.

- I** *Todos os órgãos da Administração Pública direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios estão obrigados à licitação.*
- II** *Dentre os princípios básicos que devem reger o procedimento administrativo de licitação estão: a finalidade, a igualdade, o julgamento objetivo e a segurança jurídica.*
- III** *Modalidades de licitação representam o conjunto de regras que devem ser observadas na realização de um determinado procedimento licitatório.*
- IV** *O fracionamento da despesa a ser licitada possibilita a participação de empresas de menor porte nas licitações, amplia a competitividade e contribui para a obtenção de menor preço para a Administração Pública.*

A ⇒ Apenas I e III estão corretas.

B ⇒ **Apenas I, II e III estão corretas.**

C ⇒ Apenas II, III e IV estão corretas.

D ⇒ Apenas II e IV estão corretas.

E ⇒ Todas as afirmações estão corretas.

PARECER:

I) - **Correta.** Art. 1º, parágrafo único, da Lei 8666/93.

II) - **Correta.** Além dos princípios basilares trazidos pelo art. 37, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98 e dos constantes do art. 3º, da Lei 8666/93, que, a seu turno, não limita os princípios que deverão ser observados no certame licitatório, a Administração Pública, nos procedimentos licitatórios, deve observar, também, o disposto no art. 173 da Constituição Federal: "Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei. § 1º- A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre: III - licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da administração pública. Já a Lei 9784/99 estabelece, em seu art. 2º : "A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência." Para Hely Lopes Meirelles o princípio da impessoalidade, referido na Constituição de 1988 (art., 37, *caput*), nada mais é que o clássico princípio da finalidade, o qual impõe ao administrador público que só pratique o ato para o seu fim legal.

E o fim legal é unicamente aquele que a norma de direito indica expressa ou virtualmente como objetivo do ato, de forma impessoal.” (Direito Administrativo, p. 91). Para Adilson Abreu Dallari (Aspectos jurídicos da licitação, p. 181) “claro está que o princípio da legalidade é basilar para a atuação administrativa, mas como se disse, encartados no ordenamento jurídico estão outros princípios que devem se respeitados, ou por se referirem ao Direito como um todo, como, por exemplo, o princípio da segurança jurídica, ou por serem protetores do comum dos cidadãos, como, por exemplo, a boa-fé, princípio que também visa protegê-lo quando de suas relações com o Estado com o Estado.

III) - **Correta**. As modalidades de licitação estão previstas no art. 22 da Lei 8666/93 e na Lei 10.520/02.

IV) - **Incorreta**. O fracionamento de despesa consiste em dividir a despesa para utilizar modalidade de licitação inferior à exigida pela legislação o que é vedado conforme disposições dos §§ 2º e 5º, do art. 23 e incisos I e II, do art. 24, da Lei 8666/93. Não se confunda com parcelamento do objeto, permitido, a teor do Art. 23, § 1º, da Lei 8666/93. “As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.”

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO:

29) O Poder Hierárquico congrega as seguintes prerrogativas, **exceto** a de:

A ⇒ estabelecer a relação de subordinação entre os servidores do quadro de pessoal da Administração Pública.

B ⇒ distribuir e escalonar as funções dos órgãos da Administração Pública.

C ⇒ **editar normas complementares à lei, para a definição de seu alcance e modo de execução.**

D ⇒ rever a atuação dos agentes públicos.

E ⇒ ordenar a Administração Pública em sua organização e disciplina.

PARECER:

A, B, D, E) - **Corretas**. Segundo Hely Lopes Meirelles “Poder hierárquico é o de que dispõe o Executivo para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos (**b**), ordenar (**e**) e rever (**d**) a atuação de seus agentes estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores de seu quadro de pessoal” (**a**). (in Direito Administrativo Brasileiro, p. 396)

C) - **Incorreta**. “Poder regulamentar é a faculdade de que se dispõem os Chefes de Executivo de explicar a lei para sua correta execução, ou de expedir decretos autônomos sobre matéria de sua competência, ainda não disciplinada por lei” (Hely Lopes Meirelles, Direito Administrativo Brasileiro, p. 127).

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO:

30) Correlacione os cinco princípios do serviço público com seus requisitos específicos.

(1) *Continuidade*

(2) *Eficiência*

(3) *Generalidade*

(4) *Modicidade*

(5) *Cortesia*

() *O princípio que consagra o direito do cidadão, dentro das modalidades estabelecidas, exigir, tanto da Administração Pública, quanto dos prestadores delegados, a prestação do serviço público, sem se negar a um usuário o que foi concedido a outro, é o da (...).*

() *Apesar de garantido pela Constituição Federal, em seu art. 37, VII, o direito de greve dos servidores públicos só pode ser exercido dentro dos limites definidos em lei, sob pena de ferimento do princípio da (...).*

() *O prestador do serviço público que busca o aperfeiçoamento do serviço, incorporando os melhores recursos e técnicas possíveis, de modo que a execução seja mais proveitosa, com o menor dispêndio, está agindo consoante com o princípio da (...).*

- () O princípio que traduz a preocupação da Administração Pública em estabelecer, em sentido mais amplo possível, o direito do cidadão de receber, do agente público competente, tratamento digno e que respeite os seus direitos como cidadão, é o da (...).
- () Se um serviço público for tarifado em valor que impeça o usuário de utilizá-lo, em razão de ausência de condições financeiras, excluindo-o do universo de beneficiários, estará ferindo o princípio da (...).

A sequência **correta**, de cima para baixo, é:

A ⇒ 5 - 3 - 4 - 2 - 1

B ⇒ 2 - 5 - 1 - 4 - 3

C ⇒ 3 - 1 - 2 - 5 - 4

D ⇒ 1 - 4 - 5 - 3 - 2

E ⇒ 4 - 2 - 3 - 1 - 5

PARECER:

(3) – Princípio da generalidade, também conhecido como princípio da impessoalidade ou universalidade, exige que a prestação do serviço público atinja o maior número possível de beneficiários, de forma igualitária e impessoal, sem qualquer espécie de discriminação.

(1) - Princípio da continuidade consiste na proibição da interrupção total do desempenho de atividades do serviço público prestadas à população e seus usuários. Para Celso Ribeiro Bastos (Curso de direito administrativo, p. 165.): "O serviço público deve ser prestado de maneira contínua, o que significa dizer que não é passível de interrupção. Isto ocorre pela própria importância de que o serviço público se reveste, o que implica ser colocado à disposição do usuário com qualidade e regularidade, assim como com eficiência e oportunidade"..

(2) – Princípio da Eficiência: Toda a atividade administrativa deve estar relacionada aos melhores resultados, aos melhores serviços.

(5) – Princípio da cortesia: o serviço público deve ser prestado por pessoas que tratem os usuários com respeito e educação. O usuário tem direito a um bom atendimento.

(4) – Princípio da modicidade: exige a prestação de serviço público a preços módicos e razoáveis, possibilitando o acesso da maior quantidade possível de usuários que dele necessite.

Fontes: Hely Lopes Meirelles (Direito Administrativo Brasileiro); Celso Antônio Bandeira de Melo (Direito Administrativo); Marcelo Alexandrino e Vicente de Paulo (Direito Administrativo Descomplicado); Vivian Cristina Limas López (Prática de Direito Administrativo)

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

QUESTÃO:

31) Quanto ao uso de bem público é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ A permissão de uso de bem público pode ser contratada com pessoa física ou jurídica, enquanto a concessão só pode ser contratada com pessoa jurídica ou consórcio de empresas.

B ⇒ A permissão de uso de bem público exige licitação na modalidade concorrência, enquanto que a concessão admite licitação em qualquer modalidade.

C ⇒ A permissão de uso de bem público pode ser revogada a qualquer tempo, dado o caráter aleatório e precário de que se reveste.

D ⇒ Ao término dos contratos de concessão e permissão de uso, os bens vinculados à execução do serviço são revertidos ao Poder Concedente, de modo a permitir sua continuidade.

E ⇒ Na concessão de uso de bem público a rescisão feita pela Administração Pública sem que haja culpa do administrado é passível de indenização.

PARECER: A alternativa A também está incorreta na medida em que a concessão de uso de bem público pode ser consentida ao particular. As concessões de serviço público, a teor do art. 2º, II, da Lei 8987/95, é que só podem ser feitas pelo poder concedente à pessoa jurídica ou consórcio de empresas.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Anular a questão.

QUESTÃO:

32) Analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta**.

- I** As Fundações Públicas **são** entidades de direito privado, sem fins lucrativos, criadas em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que exijam execução, por órgãos ou entidades de direito público com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes.
- II** As autarquias são hierarquicamente subordinadas à entidade estatal a que pertencem.
- III** O Banco Central, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Superintendência de Seguros Privados e as agências reguladoras são exemplos de autarquias.
- IV** São exemplos de fundações públicas: o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

- A** ⇒ Apenas I, II e IV estão corretas.
B ⇒ Apenas II, III e IV estão corretas.
C ⇒ Apenas I e II estão corretas.
D ⇒ **Apenas III e IV estão corretas.**
E ⇒ Todas as afirmações estão corretas.

PARECER:

Inicialmente: Do programa: Administração Direta e Indireta: A Administração Pública direta é aquela exercida diretamente pela União, Estados e Municípios, por meio de ministérios, secretarias, departamentos e outros órgãos. Administração Pública descentralizada ou indireta é exercida por outras pessoas jurídicas que não se confundem com os entes federados, criadas pelos mesmos: autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista, associações públicas.

I) – **Incorreta.** Decreto-Lei 200/67 – Fundação Pública entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que **não** exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes.

II) – **Incorreta:** As autarquias são pessoas jurídicas de Direito Público, possuem natureza meramente administrativa, são criadas por lei específica, têm por objetivo a realização de atividades, obras ou serviços descentralizados da entidade estatal responsável por sua criação. O seu funcionamento e a sua operação são de acordo com a lei que as criou e nos termos de seu regulamento. Podem realizar atividades econômicas, educacionais, de previdência ou qualquer outra outorgada pelo ente estatal que as criou, não sendo, entretanto, subordinadas hierarquicamente. São sujeitas, isto sim, ao controle finalístico de sua administração e da conduta de seus dirigentes (Hely Lopes Meirelles, Direito Administrativo Brasileiro, p. 61).

III) – **Correta.** Banco Central (autarquia criada pela Lei 4.595/64); Conselho Administrativo de Defesa Econômica (autarquia criada pela Lei 12.529/2011); a Comissão de Valores Mobiliários (autarquia criada pela Lei 6.385 de 7 de dezembro de 1976); a Superintendência de Seguros Privados (autarquia criada pelo Decreto-lei nº 73/66); As agências reguladoras são pessoas jurídicas de direito público, classificadas como autarquias.

IV) – **Correta.** Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (fundação criada pela Lei Lei n.º 6.129/74); Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (criada pelo Decreto-Lei n. 218/38); Fundação Nacional de Saúde (criada pela Lei nº 8.029/90).

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO:

33) São hipóteses de dispensa de licitação, **exceto**:

- A** ⇒ casos de calamidade pública.
B ⇒ quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular os preços ou normalizar o abastecimento.
C ⇒ locação de imóvel para atender às finalidades da Administração.
D ⇒ **contratação de serviço técnico de profissional de notória especialização.**
E ⇒ nos casos de ausência de interessados em licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração.

PARECER:

Corretas: Lei 8.666/93 - Art. 24. É dispensável a licitação: **A)** - IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública; **B)** VI - quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento; **C)** X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades preçipuas da administração; **E)** V - quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.

Incorreta: D) – Lei 8.666/93 - Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO:

34) São características da Administração Pública Direta:

A ⇒ exercício centralizado de atividades administrativas, desconcentração, ausência de personalidade jurídica própria, possuem patrimônio próprio.

B ⇒ exercício descentralizado de atividades administrativas, desconcentração, ausência de personalidade jurídica própria, possuem patrimônio próprio.

C ⇒ exercício centralizado de atividades administrativas, descentralização, personalidade jurídica própria, não possuem patrimônio próprio.

D ⇒ exercício descentralizado de atividades administrativas, descentralização, ausência de personalidade jurídica própria, não possuem patrimônio próprio.

E ⇒ **exercício centralizado de atividades administrativas, desconcentração, ausência de personalidade jurídica própria, não possuem patrimônio próprio.**

PARECER:

E) – **Correta.** Do conceito de Administração Pública Direta: Segundo o professor José dos Santos Carvalho Filho, “Administração Direta é o conjunto de órgãos que integram as pessoas federativas, aos quais foi atribuída a competência para o exercício, de forma centralizada, das atividades administrativas do Estado. (Manual de direito Administrativo, p. 402). Para Hely Meirelles órgãos públicos “são centros de competência instituídos para o desempenho de funções estatais, através de seus agentes, cuja atuação é imputada à pessoa jurídica a que pertencem”. Por isso mesmo, os órgãos não têm personalidade jurídica nem vontade própria, que são atributos do corpo e não das partes” (Direito Administrativo Brasileiro, p. 68). Não são capazes de adquirir direitos e obrigações, não possuem patrimônio próprio, pois os bens pertencem à pessoa jurídica de que fazem parte e têm as despesas realizadas diretamente através do orçamento da referida esfera. A desconcentração consiste na “distribuição interna de competências, ou seja, uma distribuição de competências dentro da mesma pessoa jurídica” (Maria Sylvia Di Pietro, Direito Administrativo, p. 410). “Como se vê, órgãos são meros conjuntos de competências, sem personalidade jurídica própria; são resultado da técnica de organização administrativa conhecida como ‘desconcentração’” (Direito Administrativo Descomplicado de Marcelo Alexandrino e Vicente de Paulo, pág. 120 e 121).

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO:

35) Segundo os preceitos constitucionais vigentes é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ **O servidor público estável tem direito adquirido à imutabilidade do cargo, não podendo o Estado suprimi-lo, transformá-lo ou extingui-lo, sem o conhecimento do seu titular.**

B ⇒ Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

C ⇒ Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.

D ⇒ Pode o Estado, por lei, estabelecer requisitos diferenciados de admissão a cargo público quando sua natureza assim o exigir.

E ⇒ O servidor público da administração direta, autárquica ou fundacional ficará afastado de seu cargo, emprego ou função quando investido em mandato eletivo federal, estadual ou distrital.

PARECER:

A) – **Incorreta.** “Os direitos do titular do cargo se restringem ao seu exercício, às prerrogativas da função e os vencimentos e vantagens decorrentes da investidura, sem que o servidor tenha propriedade do lugar que ocupa; é inapropriável; o servidor poderá adquirir direito à permanência no mesmo, mas nunca direito ao exercício da mesma função (Hely Lopes Meirelles, Direito Administrativo Brasileiro, pg. 355 e 361), “não deixando dúvidas que o servidor não tenha direito adquirido a imutabilidade de suas atribuições, portanto a administração pública pode através de lei alterar, extinguir, criar cargo sem o conhecimento do seu titular, importante mencionar que o servidor poderá adquirir direito à permanência no serviço público, porém nunca o de permanecer no exercício da mesma função” (Celso Antônio Bandeira de Mello, Direito Administrativo Brasileiro, p.370).

B) – **Correta.** Art. 41, § 2º da Constituição Federal.

C) – **Correta.** Art. 37, inciso I, da Constituição Federal.

D) – **Correta.** Art. 39, § 3, *in fine*, da Constituição Federal.

E) – **Correta.** Art. 38, inciso I, da Constituição Federal.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

QUESTÃO:

37) Sobre a responsabilidade civil da Administração Pública, assinale a alternativa **correta**.

A ⇒ A absolvição do servidor no juízo criminal afastará a responsabilidade civil do Estado se não ficar comprovada culpa exclusiva da vítima.

B ⇒ **A responsabilidade da Administração Pública será afastada se comprovada ausência do nexo causal entre o dano e a ação do Estado.**

C ⇒ Não cabe à Administração Pública indenizar o erro judiciário.

D ⇒ As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que, nessa qualidade, causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, apenas se houver dolo por parte destes.

E ⇒ A Administração Pública deve indenizar o dano sofrido pelo particular somente se for comprovada a existência de falha da atividade administrativa.

PARECER:

A) - **Incorreta.** A absolvição do servidor no juízo criminal **não** afastará a responsabilidade civil do Estado se não ficar comprovada culpa exclusiva da vítima. Neste sentido acórdão do STJ, REsp 674586 SC, Min. Rel. LUIZ FUX, DJ de 2/5/2006.

B) – **Correta.** Segundo Alexandre de Moraes a responsabilidade prevista § 6º, do art. 37, da Constituição Federal, exige a presença dos seguintes requisitos: ocorrência do dano; ação ou omissão administrativa; existência de nexo causal entre o dano e a ação ou omissão administrativa e ausência de causa excludente da responsabilidade estatal (Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional. P. 904). Nesse sentido decisão do STF no ARE 754778 AgR / RS - Ministro Dias Toffoli, DJ de 19/12/2013.

C) – **Incorreta.** Art. 5º, LXXV, da Constituição Federal. E ainda: “EMENTA: Erro judiciário. Responsabilidade civil objetiva do Estado. Direito à indenização por danos morais decorrentes de condenação desconstituída em revisão criminal e de prisão preventiva. CF, art. 5º, LXXV. C.Pr.Penal, art. 630. 1. O direito à indenização da vítima de erro judiciário e daquela presa além do tempo devido, previsto no art. 5º, LXXV, da Constituição, já era previsto no art. 630 do C. Pr. Penal, com a exceção do caso de ação penal privada e só uma hipótese de exoneração, quando para a condenação tivesse contribuído o próprio réu. 2. A regra constitucional não veio para aditar pressupostos subjetivos à regra geral da responsabilidade fundada no risco administrativo, conforme o art. 37, § 6º, da Lei Fundamental: a partir do entendimento consolidado de que a regra geral é a irresponsabilidade civil do Estado por atos de jurisdição, estabelece que, naqueles casos, a indenização é uma garantia individual e, manifestamente, não a submete à exigência de dolo ou culpa do magistrado. 3. O art. 5º, LXXV, da Constituição: é uma garantia, um mínimo, que nem impede a lei, nem impede eventuais construções doutrinárias que venham a reconhecer a responsabilidade do Estado em hipóteses que não a de erro judiciário stricto sensu, mas de evidente falta objetiva do serviço público da Justiça”. (RE 505393 / PE, Ministro Sepúlveda Pertence, DJ de 5/10/2007).

D) – **Incorreta.** Constituição Federal, art. 37, § 6º: “As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo **ou culpa**.”

E) – **Incorreta.** Constituição Federal, art. 37, § 6º - Responsabilidade objetiva do Estado – Teoria do risco administrativo. Na lição de Hely Lopes Meirelles: “Na teoria da culpa administrativa exige-se a falta do serviço; na teoria do risco administrativo exige-se apenas o fato do serviço. Naquela, a culpa é presumida da falta administrativa; nesta, é inferida do fato lesivo da Administração”. (Direito Administrativo brasileiro, p.611)

QUESTÃO:

38) Em relação ao controle da administração pelo judiciário é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ Ao apreciar o chamado mérito administrativo, o Poder Judiciário não estará, de forma alguma, substituindo o administrador público e, conseqüentemente, afrontando o princípio da separação dos poderes.

B ⇒ **O Poder Judiciário, no exercício do controle jurisdicional dos atos administrativos, se limita a aferir a correção de aspectos formais do procedimento, podendo anular ou reformar sanções impostas a servidores públicos quando estas contrariem os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.**

C ⇒ Todos os atos administrativos, inclusive os discricionários, são passíveis de controle jurisdicional.

D ⇒ O Poder Judiciário não se limita a examinar os aspectos extrínsecos da administração, pois pode analisar as razões de conveniência e oportunidade, uma vez que essas razões devem observar critérios de moralidade e razoabilidade.

E ⇒ O controle jurisdicional da Administração pública abrange a apreciação, efetuada pelo Poder Judiciário, sobre atos, processos e contratos administrativos, atividades, operações materiais e mesmo a omissão ou inércia da Administração.

PARECER:

A) **Correta.** Após a Constituição Federal de 1988, que deu ênfase à efetivação dos direitos fundamentais, não mais se admite o entendimento hermético de que não cabe ao Judiciário a apreciação do mérito dos atos administrativos, pois prevalente a aplicação mais justa do Direito. (Sobre o tema: Direito constitucional esquematizado de Pedro Lenza; Curso de Direito Constitucional Positivo de José Afonso da Silva e Ciência Política e Teoria do Estado de Lenio Luiz Streck e José Luiz B. de Moraes). Esse entendimento já encontrou amparo no Superior Tribunal de Justiça: “há muito a jurisprudência dos nossos Tribunais tem aceitado o controle do chamado mérito do ato administrativo, pelo Poder Judiciário. Nenhum ato praticado pelo poder público, num Estado Democrático de Direito, pode escapar do controle jurisdicional, como garantia também constitucional que é, nos termos do art. 5º, inciso XXXV” (AgRg nos EDcl no RMS 17718-AC, Ministro Paulo Medina (DJ de 12/6/2006) e, analisando a aplicação de pena de demissão a servidor público, assentou: No caso de demissão imposta a servidor público submetido a processo administrativo disciplinar, não há falar em juízo de conveniência e oportunidade da Administração, visando restringir a atuação do Poder Judiciário à análise dos aspectos formais do processo disciplinar. Nessas circunstâncias, o controle jurisdicional é amplo, no sentido de verificar se há motivação para o ato demissório, pois trata-se de providência necessária à correta observância dos aludidos postulados. No corpo do acórdão: “Para hipóteses desse jaez, o controle jurisdicional é amplo, no sentido de verificar se há motivação para o ato impugnado, pois trata-se de providência necessária à correta observância dos postulados de dignidade da pessoa humana, culpabilidade e proporcionalidade, sendo descabido argumentar que a intervenção do Poder Judiciário restringir-se-ia à análise dos aspectos formais do processo disciplinar”. E segue trazendo doutrina do Prof. Leonardo José Carneiro da Cunha: ‘Em suma, é manifesto e inegável que o controle judicial da atividade administrativa vem sendo ampliado, sem que implique invasão na discricionariedade administrativa ou usurpação dela pelos órgãos jurisdicionais. Ao se traçar os limites da atividade discricionária, distinguindo-a da mera atividade interpretativa, pretende-se evitar os abusos que a Administração Pública comete, corrigindo os atos que, conquanto revistam aparência de legalidade por praticados sob o pálio da discricção, traduzem verdadeiro arbítrio’ (in A Fazenda Pública em Juízo, 5.ª ed. rev. pl. e. atual. São Paulo: Dialética, 2007, pp. 483-484)” (MS 13.520, Ministra Laurita Vaz, DJ 2/9/2013).

B) - **Incorreta.** Em conformidade com o entendimento acima, o Judiciário não mais se limita a aferir a correção dos aspectos formais dos atos administrativos, consoante já assentou o STJ no MS 12.584, Ministro Rogério Schietti Cruz. A respeito: MS 13.891- DF, Ministro Jorge Mussi, DJ 5/12/2012 e MS 13.395-DF, Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, DJ 18/11/2008).

C) - **Correta.** Constituição Federal, art. 5º - XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito. Confirmando a afirmativa, decisão STJ no AgRg nos EDcl no RMS 17718-AC, Ministro Paulo Medina (DJ de 12/6/2006): “2. Todos os atos administrativos, inclusive, os discricionários são passíveis de controle jurisdicional (art. 5º, XXXV, CR/88)” ... Nenhum ato praticado pelo poder público, num Estado Democrático de Direito, pode escapar o controle jurisdicional, como garantia também constitucional que é, nos termos do art. 5º, inciso XXXV. Isso também se aplica, evidentemente, aos atos discricionários, porquanto discricionariedade, hodiernamente, só se entende como exercício da oportunidade e da conveniência administrativa, nos limites da lei. Ademais, é mister ressaltar que, justamente, nos atos que se classificam como discricionários, isto é, naqueles em que reside maior margem de liberdade de agir da Administração, em que se verificam os maiores abusos e os maiores arbítrios. Daí, a necessidade de seu controle, que só se possibilita mediante a devida motivação. É por meio da motivação que o Poder Judiciário torna eficaz o controle da discricionariedade administrativa” (DJ 12/6/2006).

D) - **Correta.** Segundo essa nova ótica de atuação do Judiciário após a Constituição Federal de 1988, conforme voto condutor da Ministra Eliana Calmon “deu-se ao Poder Judiciário maior atribuição para imiscuir-se no âmago do ato administrativo, a fim de, mesmo nesse íntimo campo, exercer o juízo de legalidade, coibindo abusos ou vulneração aos princípios constitucionais, na dimensão globalizada do orçamento”. ...”Dentro desse novo paradigma, não se pode simplesmente dizer que, em matéria de conveniência e oportunidade, não pode o Judiciário examiná-las. Aos poucos, o caráter de liberdade total do administrador vai se apagando da cultura brasileira e, no lugar, coloca-se na análise da motivação do ato administrativo a área de controle. E, diga-se, porque pertinente, não apenas o controle em sua acepção mais ampla, mas também o político e a opinião pública.” Na ementa; 3. O Poder Judiciário não mais se limita a examinar os aspectos extrínsecos da administração, pois pode analisar, ainda, as razões de conveniência e oportunidade, uma vez que essas razões devem observar critérios de moralidade e razoabilidade. (REsp 429570, DJ 22/3/2004).

E) - **Correta.** Constituição Federal, art. 5º - XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito. Segundo Odete Medauar o controle jurisdicional da Administração pública abrange a apreciação, efetuada pelo Poder Judiciário, sobre atos, processos e contratos administrativos, atividades, operações materiais e mesmo a omissão ou inércia da Administração”. (Direito Administrativo Moderno, p. 406).

PARECER/COMPLEMENTAR

Mantém-se o parecer em relação à afirmativa “A” da questão 38, por suas próprias razões, das quais sublinhamos: Após a Constituição Federal de 1988, que deu ênfase à efetivação dos direitos fundamentais, não mais se admite o entendimento hermético de que não cabe ao Judiciário a apreciação do mérito dos atos administrativos, pois prevalente a aplicação mais justa do Direito. (Sobre o tema: Direito constitucional esquematizado de Pedro Lenza; Curso de Direito Constitucional Positivo de José Afonso da Silva e Ciência Política e Teoria do Estado de Lenio Luiz Streck e José Luiz B. de Moraes). Esse entendimento já encontrou amparo no Superior Tribunal de Justiça: “há muito a jurisprudência dos nossos Tribunais tem aceitado o controle do chamado mérito do ato administrativo, pelo Poder Judiciário. Nenhum ato praticado pelo poder público, num Estado Democrático de Direito, pode escapar do controle jurisdicional, como garantia também constitucional que é, nos termos do art. 5º, inciso XXXV” (AgRg nos EDcl no RMS 17718-AC, Ministro Paulo Medina (DJ de 12/6/2006) e, analisando a aplicação de pena de demissão a servidor público, assentou: “No caso de demissão imposta a servidor público submetido a processo administrativo disciplinar, não há falar em juízo de conveniência e oportunidade da Administração, visando restringir a atuação do Poder Judiciário à análise dos aspectos formais do processo disciplinar. Nessas circunstâncias, o controle jurisdicional é amplo, no sentido de verificar se há motivação para o ato demissório, pois trata-se de providência necessária à correta observância dos aludidos postulados”. No corpo do acórdão: “Para hipóteses desse jaez, o controle jurisdicional é amplo, no sentido de verificar se há motivação para o ato impugnado, pois trata-se de providência necessária à correta observância dos postulados de dignidade da pessoa humana, culpabilidade e proporcionalidade, sendo descabido argumentar que a intervenção do Poder Judiciário restringir-se-ia à análise dos aspectos formais do processo disciplinar”. E segue trazendo doutrina do Prof. Leonardo José Carneiro da Cunha: ‘Em suma, é manifesto e inegável que o controle judicial da atividade administrativa vem sendo ampliado, sem que implique invasão na discricionariedade administrativa ou usurpação dela pelos órgãos jurisdicionais. Ao se traçar os limites da atividade discricionária, distinguindo-a da mera atividade interpretativa, pretende-se evitar os abusos que a Administração Pública comete, corrigindo os atos que, conquanto revistam aparência de legalidade por praticados sob o pálio da discricção, traduzem verdadeiro arbítrio’ (in A Fazenda Pública em Juízo, 5.ª ed. rev. pl. e. atual. São Paulo: Dialética, 2007, pp. 483-484)” (MS 13.520, Ministra Laurita Vaz, DJ 2/9/2013).

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO:

39) Considerando as diretrizes trazidas pela Lei 8.429/92, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional, é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.

B ⇒ Aquele que, mesmo não sendo agente público, concorrer ou se beneficiar da prática ilícita contra a Administração Pública, estará sujeito às sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa.

C ⇒ A rejeição, pela autoridade administrativa, de representação apresentada pelo particular, destinada a apurar a prática de ato de improbidade administrativa, não impede a representação ao Ministério Público.

D ⇒ Para que se enquadre o agente público na Lei de Improbidade é necessário que haja dolo, culpa e prejuízo ao ente público, caracterizado pela ação ou omissão do administrador público.

E ⇒ Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.

PARECER:

A) - **Correta.** Lei 8.429/92 - “Art. 20. A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.”

B) – **Correta.** Lei 8.429/92 - “Art. 3º As disposições desta lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.”

C) – **Correta.** Lei 8429/92 - Art. 14, § 2º A autoridade administrativa rejeitará a representação, em despacho fundamentado, se esta não contiver as formalidades estabelecidas no § 1º deste artigo. A rejeição não impede a representação ao Ministério Público, nos termos do art. 22 desta lei.

D) – **Correta.** Observe-se, inicialmente, que a afirmativa diz respeito a “prejuízo ao ente público”. A Lei 8.429/92 dispõe, em seu art. 1º, serem sujeitos passivos dos atos de improbidade a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual”, ou seja, todo o ente público ou particular que tenha participação de dinheiro público. Além disso, a Lei de Improbidade Administrativa ampliou a proteção do patrimônio e da Administração Públicos, na medida em que reprime não só o enriquecimento ilícito (Art. 9º) e os danos patrimoniais ao erário (Art. 10), mas também os que violem os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições (Art. 11), sem que se possa afastar, ainda, os princípios gerais do Direito Administrativo e os princípios constitucionais que devem reger a Administração Pública direta e indireta, insculpidos no art. 37, da Constituição Federal (art. 4º da Lei 8429/92). Assim, por exemplo, basta a ocorrência de dano à moralidade administrativa para se configurar o dano à coletividade pela lesão aos valores fundamentais do Estado. O agente público (sujeito ativo da Ação de Improbidade Administrativa, art. 2º), não incide em improbidade administrativa apenas porque agiu contrariamente ao determinado por lei, mas também porque se omitiu em realizar o que lhe legalmente lhe competia (Lei 8.429/92, art. 5º). A propósito, decisão do STJ no REsp 1026516 / MT - Ministro LUIZ FUX - DJ 07/04/2011) “ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PREFEITO CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ART. 11 DA LEI 8.429/1992). AUSÊNCIA DE DANO AO ERÁRIO. MÃ-FÉ. ELEMENTO SUBJETIVO. ESSENCIAL À CARACTERIZAÇÃO DO ATO DE IMPROBIDADE.” ... “1. O caráter sancionador da Lei 8.429/92 é aplicável aos agentes públicos que, por ação ou omissão, violem os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, lealdade às instituições e notadamente: (a) importem em enriquecimento ilícito (art. 9º); (b) causem prejuízo ao erário público (art. 10); (c) atentem contra os princípios da Administração Pública (art. 11) compreendida nesse tópico a lesão à moralidade administrativa.” E, ainda, “Isto por que à luz dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, impõe-se a mitigação do preceito que preconiza a prescindibilidade da ocorrência do dano efetivo ao erário para se infligir a sanção de ressarcimento: ‘a hipótese prevista no inciso I do artigo 21, que dispensa a ocorrência de dano para aplicação das sanções da lei, merece meditação mais cautelosa. Seria inconcebível punir-se uma pessoa se de seu ato não resultasse qualquer tipo de dano. Tem-se que entender que o dispositivo, ao dispensar o ‘dano ao patrimônio público’ utilizou a expressão patrimônio público em seu sentido restrito de patrimônio econômico. Note-se que a lei de ação popular (Lei nº 4717/65) define patrimônio público como ‘os bens e direitos de valor econômico, artístico, estético, histórico ou turístico’ (art. 1º, § 1º), para deixar claro que, por meio dessa ação, é possível proteger o patrimônio público nesse sentido mais amplo. O mesmo ocorre, evidentemente, com a ação de improbidade administrativa, que protege o patrimônio público nesse mesmo sentido amplo’. (Maria Sylvia Zanella di Pietro in Direito Administrativo, 13ª Edição, pág. 674, in fine)” – Resp 917.437, Ministro Francisco Falcão, DJ de 1/10/2008). De outro lado, no tocante a necessidade de se caracterizar o dolo ou culpa, também já se pronunciou o STJ: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL E RECURSO ESPECIAL ADESIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. REALIZAÇÃO DE DESPESAS SEM OS PRÉVIOS EMPENHOS. ARTS. 10 E 11 DA LEIN. 8.429/92. AUSÊNCIA DE JUÍZO DE VALOR QUANTO À EXISTÊNCIA, OU NÃO, DE PREJUÍZO AO ERÁRIO E DE EVENTUAL ATUAÇÃO DOLOSA DO AGENTE. REQUISITOS DO TIPOS. CONDUTA INSERIDA NO CAMPO DA MERA IRREGULARIDADE ADMINISTRATIVA.” ... “1. O STJ ostenta entendimento uníssono segundo o qual, para que seja reconhecida a tipificação da conduta do réu como incurso nas previsões da Lei de Improbidade Administrativa, é necessária a demonstração do elemento subjetivo, consubstanciado pelo dolo para os tipos previstos nos artigos 9º e 11 e, ao menos, pela culpa, nas hipóteses do artigo 10. Precedentes: AgRg no AREsp 20.747/SP, Relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 23/11/2011 REsp 1.130.198/RR, Relator Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJe15/12/2010; EREsp 479.812/SP, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, DJe 27/9/2010; REsp 1.149.427/SC, Relator Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 9/9/2010; EREsp 875.163/RS, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, DJe30/6/2010.2” (REsp. 1.322.353, Ministro Benedito Gonçalves, DJ 27/08/2012).

E) – **Incorreta.** Lei 8429/92, Art. 11 - Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública: VI - deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo;

PARECER/COMPLEMENTAR

Observação: Como em outras disciplinas da Prova, que também citaram leis, a Questão 39, até em auxílio aos candidatos, ao se referir à Lei 8.429/92, trouxe expresso o enunciado constante da própria Lei: - Considerando as diretrizes trazidas pela Lei 8.429/92, que “*dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional*”..., mas em momento algum determina fossem as afirmativas analisadas de maneira a ser apontada aquela *que não se enquadre com as disposições das sanções aplicáveis aos agentes públicos nos*

casos de enriquecimento ilícito, conforme apontado no recurso.

No mais, mantêm-se o parecer anteriormente exarado.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

QUESTÃO:

40) Considerando o disposto na Constituição Federal e as normas sobre procedimento administrativo disciplinar, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado de Santa Catarina, é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ O julgamento a ser efetuado pela autoridade competente é dirigido pelo livre convencimento, a qual é facultado divergir das conclusões do relatório da comissão, podendo, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou isentar o servidor de responsabilidade.

B ⇒ O processo administrativo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor estável, em estágio probatório, com vínculo celetista e em cargos comissionados, por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.

C ⇒ A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

D ⇒ A falta de defesa técnica por Advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.

E ⇒ **A Procuradoria Geral do Estado, tendo ciência de fatos noticiados que configurem ilícito administrativo e, constatando a inexistência de providências, deverá, obrigatoriamente, determinar ao órgão onde ocorreram os fatos a abertura de sindicância ou processo administrativo.**

PARECER:

A) – **Correta.** Lei Complementar 491/2010, que criou Estatuto Jurídico Disciplinar no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado de Santa Catarina – “Art. 60. O julgamento a ser efetuado pela autoridade competente é dirigido pelo livre convencimento, a qual é facultado divergir das conclusões do relatório da comissão, podendo, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou isentar o servidor de responsabilidade”.

B) – **Correta.** Lei Complementar 491/2010 – “Art. 25. O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor estável, em estágio probatório, com vínculo celetista e em cargos comissionados, por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.”

C) – **Correta.** Lei Complementar 491/2010 – Art. 59. § 5º A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

D) - **Correta.** Súmula Vinculante n. 5, do STF: “A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.”

E) – **Incorreta.** Lei Complementar 491/2010 – “Art. 4º Ao ter ciência de fatos noticiados que configuram ilícito administrativo e constatada a inexistência de providências, é facultado à Procuradoria Geral do Estado determinar ao órgão onde ocorreram os fatos a abertura de sindicância ou processo administrativo.”

A Lei Complementar 491/2010, é norma complementar à Constituição do Estado de Santa Catarina e dispõe sobre o procedimento administrativo disciplinar no âmbito estadual, revogando o disposto nos artigos 154 ao 167 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado (Lei 6.745/85) e os arts. 227 ao 243 e 254 do Estatuto da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina (Lei n. 6.843/86), que disciplinavam a matéria, o último de obrigatório conhecimento, com todas as suas atualizações, pelos Policiais Civis do Estado, mormente pelos Delegados de Polícia a quem cumpre, a teor do Anexo VIII, da Lei Complementar 453/2009 (Plano de Carreira do Grupo Segurança Pública - Polícia Civil - art. 5º, § 1º): “8. Presidir sindicâncias administrativas, disciplinares e processos disciplinares”.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

Associação Catarinense das Fundações Educacionais – ACAFE

CONCURSO PÚBLICO - DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO

EDITAL Nº 001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2014

20 de julho de 2014

PARECERES DOS RECURSOS

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO:

41) De acordo com a Lei de Introdução ao Código de Processo Penal, assinale a alternativa **correta**.

A⇒ O juiz da denúncia, ao classificar o crime, apenas quando consumado, não poderá reconhecer a existência de causa especial de diminuição da pena.

B⇒ O juiz da pronúncia, ao classificar o crime, consumado ou tentado, poderá reconhecer a existência de causa especial de diminuição da pena.

C⇒ O juiz da pronúncia, ao classificar o crime, apenas quando tentado, não poderá reconhecer a existência de causa especial de diminuição da pena.

D⇒ *Se tiver sido intentada ação pública por crime que, segundo o Código Penal, só admite ação privada, esta, salvo decadência intercorrente, poderá prosseguir nos autos daquela, desde que a parte legítima para intentá-la ratifique os atos realizados e promova o andamento do processo.*

E⇒ Se tiver sido intentada ação pública por crime que, segundo o Código Penal, só admite ação privada, esta, salvo prescrição intercorrente, não poderá prosseguir nos autos daquela, desde que a parte legítima para intentá-la ratifique os atos realizados e promova o andamento do processo.

PARECER:

A questão deve ser mantida na medida em que seu enunciado perquire as disposições da Lei de Introdução do Código de Processo Penal e não da legislação atualmente em vigor, o que remete à correção da afirmativa D. As demais estão incorretas, pois flagrantemente contrárias às disposições da Lei de Introdução do CPP. A obediência estrita ao enunciado, na prova objetiva, sem tergiversações de ordem prática ou de não mais vigente o que nele contém, é também uma forma de avaliação da capacidade do candidato em seguir os comandos que lhe são determinados.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: **Manter a questão e o gabarito divulgado.**

=====

QUESTÃO:

42) De acordo com o Código de Processo Penal, e considerando o inquérito policial nos crimes de ação pública, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta**.

I *Será iniciado de ofício.*

II *Será iniciado mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.*

III *Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito não caberá recurso.*

IV *O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.*

A⇒ Todas as afirmações estão corretas.

B⇒ Todas as afirmações estão incorretas.

C⇒ Apenas I, II e III estão corretas.

D⇒ Apenas II e IV estão corretas.

E⇒ **Apenas I, II e IV estão corretas.**

PARECER:

A questão deve ser mantida, pois traduz o disposto nos incisos I, II e § 4º do artigo 5º Código de Processo Penal Brasileiro, não havendo outra alternativa que também esteja correta.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: **Manter a questão e o gabarito divulgado.**

=====

QUESTÃO:

43) De acordo com o Código de Processo Penal assinale a alternativa **correta**.

A⇒A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas jurisdições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria.

B ⇒ Ciente da prática de um crime, a autoridade policial deverá, se possível e conveniente, dirigir-se ao local dos fatos.

C⇒ O ofendido ou seu representante legal e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que sempre será realizada em até 10 dias.

D⇒ A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito.

E⇒ **O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado, bem como, nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.**

PARECER:

A questão deve ser mantida pois incorreta a alternativa “A”, em desconformidade disposto no art. 4º, do CPP. Da mesma forma, incorreta a alternativa “B” que destoa do constante art. 6º, inciso I, também do CPP, assim como incorretas as alternativas “C” e “D”, contrárias ao que dispõem os artigos 14 e 17, respectivamente, do mesmo diploma legal. A alternativa “C” está correta na forma do disposto no ar. 5º, §§ 4º e 5º do CPP.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

QUESTÃO:

44) Considere as atitudes que deverão ser tomadas pela autoridade policial logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta** de acordo com o Código de Processo Penal.

I *Dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais.*

II *Colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias.*

III *Proceder a reconhecimento de pessoas e coisas e a acareações.*

IV *Ordenar a identificação do indiciado pelo processo datiloscópico, se possível, e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes.*

A⇒Todas as afirmações estão corretas.

B⇒ **Apenas I, II e III estão corretas.**

C⇒ Apenas I, II e IV estão corretas.

D⇒ Apenas III e IV estão corretas.

E⇒ Todas as afirmações estão incorretas.

PARECER:

O Gabarito Preliminar, equivocadamente, divulgou como correta a alternativa “A”. Contudo deve ser alterado, pois as afirmações I, II e III são as únicas alternativas corretas de acordo com o Código de Processo Penal. **Alternativa correta letra “B”.**

PARECER COMPLEMENTAR:

“a) A questão de número 44, na disciplina de Direito Processual Penal, determinou em seu comando que o candidato efetuasse a marcação da alternativa correta dentre as opções disponíveis, à luz do Código de Processo Penal, mais especificamente em relação ao seu artigo 6º.

Com efeito, o gabarito divulgado pela banca inicialmente como correto, exteriorizou-se na letra “a”, cujo conteúdo aponta todas as alternativas como corretas.

Do citado gabarito preliminar houve recurso, por inúmeros candidatos, alegando, em síntese, a inaplicabilidade de uma das alternativas apontadas supostamente como certa, considerando a atual sistemática constitucional e infraconstitucional relativa ao tema identificação criminal.

Em resposta aos recursos interpostos pelos candidatos, a Banca Elaboradora resolveu, sem fundamentação, **RETIFICAR** o gabarito divulgado, alterando-o para a letra “b”, passando a considerar como incorreto o inciso IV da questão em análise.

O item objeto de controvérsia, inicialmente assinalado como correto, posteriormente convertido em errado, encontra-se assim redigido:

“44) Considere as atitudes que deverão ser tomadas pela autoridade policial logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa correta de acordo com o Código de Processo Penal:

(...) IV – Ordenar a identificação do indiciado pelo processo datiloscópico, se possível, e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes.” (destacou-se)

Vê-se que, o item ofertado como certo e posteriormente retificado traduz, *ipsis litteris*, o disposto no art. 6º, VIII, do Código de Processo Penal, cujo conteúdo não se aplica no ordenamento jurídico em vigência, tendo em vista o atual tratamento do tema dado, tanto pelas normas constitucionais (art. 5º, LVII), quanto pela Lei 12.037/2009. Com isso, o gabarito deixa de refletir o disposto literalmente no Código de Processo Penal, dele se afastando, curvando-se à atual legislação extravagante sobre o tema, mais especificamente o art. 1º da Lei 12.037/2009, que, inclusive, encontra-se disposta no Anexo I do Programa de Disciplinas do edital na parte de Direito Processual Penal.”

DECISÃO DA ACAFE MEDIANTE RECOMENDAÇÃO DA COMISSÃO DO CONCURSO PÚBLICO DA POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA: Anular a questão.

=====

QUESTÃO:

45) De acordo com o Código de Processo Penal, especificamente quanto ao Inquirido, assinale a alternativa correta.

A⇒ No relatório, não poderá a autoridade policial indicar testemunhas que não tiverem sido inquiridas.

B⇒ A autoridade policial deverá concluí-lo no prazo de 10 dias, se o indiciado estiver preso preventivamente, contado o prazo a partir do dia seguinte em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

C⇒ **A autoridade policial fará minucioso relatório do que tiver sido apurado e enviará os autos ao juiz competente.**

D⇒ A autoridade policial fará minucioso relatório do que tiver sido apurado e enviará os autos ao Ministério Público.

E⇒ Quando o fato for de difícil elucidação e o indiciado estiver preso, a autoridade policial poderá requerer ao juiz a devolução dos autos, para ulteriores diligências, que serão realizadas no prazo de 30 dias.

PARECER:

A questão deve ser mantida, pois é incorreta a alternativa “A”, contrária ao disposto no art. 10, § 2º, do CPP, assim como incorreta também é a alternativa “B,” que se choca com o que dispõe o *caput* do mesmo artigo. Incorretas, ainda, as alternativas “D” e “E”, pois, a primeira é contrária à redação do art. 10, § 1º, do CPP e a segunda em choque com o disposto no § 3º, do mesmo artigo. Assim sendo, é correta apenas a alternativa “C”, na forma do § 1º, do artigo 10, do Código de Processo Penal.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO:

48) Com relação à Ação Penal e de acordo com o Código de Processo Penal, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa correta.

I **Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.**

II **No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de representação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou colateral, até o 3º grau.**

III **Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública.**

IV **A ação penal, nas contravenções, será iniciada com o auto de prisão em flagrante ou por meio de portaria expedida pela autoridade judiciária ou policial.**

A⇒ Todas as afirmações estão corretas.

B⇒ Apenas I, II e III estão corretas.

C⇒ Apenas II e IV estão corretas.

D⇒ Apenas II, III e IV.

E⇒ **Apenas I, III e IV estão corretas.**

PARECER:

A questão deve ser anulada, pois a redação correta, frente ao enunciado, deveria ser: Apenas I e III estão corretas, e não “Apenas I, III e IV estão corretas” como ficou consignado na Prova.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: **Anular a questão.**

=====

QUESTÃO:

49) Sobre a Prova, de acordo com o Código de Processo Penal, é **correto** afirmar:

A⇒ São admissíveis as provas derivadas das ilícitas quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte dependente das primeiras.

B⇒ *O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.*

C⇒ Considera-se fonte independente a prova que por si só seria incapaz de conduzir ao fato objeto da prova.

D⇒ Preclusa a decisão de desentranhamento da prova declarada inadmissível, esta não será inutilizada por decisão judicial.

E⇒ O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

PARECER:

A questão deve ser mantida, pois traduz o disposto no *caput* artigo 155 do Código de Processo Penal Brasileiro, não havendo alternativa que também esteja correta.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: **Manter a questão e o gabarito divulgado.**

=====

QUESTÃO:

50) Analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta**, considerando as disposições do Código de Processo Penal em relação à realização do interrogatório do réu por videoconferência, medida excepcional que visa atender, dentre outras, as seguintes finalidades:

I *Prevenir risco à segurança pública, quando exista fundada suspeita de que o preso integre organização criminosa ou de que, por outra razão possa fugir durante o deslocamento.*

II *Viabilizar a participação do réu no referido ato processual quando haja relevante dificuldade para seu comparecimento em juízo, por enfermidade ou outra circunstância pessoal.*

III *Minimizar os deslocamentos entre o local de detenção e o Fórum, de maneira a otimizar o trânsito em locais reconhecidamente sujeitos a congestionamentos.*

IV *Aferir a influência do réu no ânimo de testemunha ou da vítima, desde que seja possível colher o depoimento destas por videoconferência.*

A⇒ Apenas I, II e IV estão corretas.

B⇒ **Apenas I e II estão corretas.**

C⇒ Apenas II e III estão corretas.

D⇒ Apenas II, III e IV estão corretas.

E⇒ Todas as afirmações estão corretas.

PARECER: A questão deve ser mantida, pois traduz o disposto nos incisos I e II do parágrafo 2º do artigo 185 do Código de Processo Penal Brasileiro, não havendo alternativa que também esteja correta.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: **Manter a questão e o gabarito divulgado.**

=====

QUESTÃO:

51) Considerando o Código de Processo Penal e as finalidades da busca e apreensão domiciliar realizada pelo Delegado de Polícia, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta**.

I *Prender criminosos ou apreender coisas achadas ou obtidas por meios criminosos.*

II *Apreender quaisquer cartas, desde que já abertas, destinadas ao acusado ou em seu poder.*

III Apreender pessoas vítimas de crimes ou quaisquer outras que estejam no domicílio.

IV Colher qualquer elemento de convicção.

A⇒ Todas as afirmações estão corretas.

B⇒ Apenas II e IV estão corretas.

C⇒ Apenas I, II e III estão corretas.

D⇒ **Apenas I e IV estão corretas.**

E⇒ Apenas a afirmação I está correta.

PARECER:

A questão deve ser mantida na medida em que as afirmativas II e III destoam do estritamente estabelecido nas alíneas “f” e “g” do § 1º, respectivamente, do art. 240 do Código de Processo Penal. Já as afirmativas I e IV estão corretas conforme disciplinado no § 1º e na alínea “h” do art. 240 do CPP.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: **Manter a questão e o gabarito divulgado.**

=====

QUESTÃO:

53) De acordo com o Código de Processo Penal, assinale a alternativa **correta**.

A⇒ **O exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.**

B⇒ A autópsia será feita pelo menos doze horas depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo, o que declararão no auto.

C⇒ Proceder-se-á, sempre, a avaliação de coisas destruídas, deterioradas ou que constituam produto do crime.

D⇒ Para o efeito de exame do local onde houver sido praticada a infração, a autoridade providenciará imediatamente para que não se altere o estado das coisas até a chegada dos parentes, que poderão instruir os laudos com fotografias, desenhos ou esquemas elucidativos.

E⇒ Nos casos de morte violenta bastará o simples exame externo do cadáver, quando houver infração penal que apurar ou quando as lesões internas não permitirem precisar a causa da morte ou a verificação de alguma circunstância relevante.

PARECER: A questão deve ser mantida na medida em que a **alternativa “A” é a única correta**, conforme disposto no art. 161 do CPP. As demais alternativas estão incorretas conforme se verifica no confronto com as disposições contidas nos artigos 162, 172, 169 e 162, parágrafo único do CPP, respectivamente.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: **Manter a questão e o gabarito divulgado.**

=====

QUESTÃO:

54) De acordo com o Código de Processo Penal, assinale a alternativa **correta**.

A⇒ Somente depois do interrogatório, nos casos da ação pública, poderá intervir, como assistente do Ministério Público, o ofendido ou seu representante legal.

B⇒ **Nenhum acusado, ainda que ausente ou foragido, será processado ou julgado sem defensor.**

C⇒ Ao co-réu, no mesmo processo, será facultado intervir como assistente do Ministério Público.

D⇒ A admissão do Assistente de Acusação será determinada pelo juiz independentemente de previamente ouvir o Ministério Público.

E⇒ Da decisão que não admitir o Assistente de Acusação, caberá recurso, devendo, inclusive, constar dos autos o pedido e a decisão.

PARECER: A questão deve ser mantida.

Alternativa “A” é incorreta - contrária ao disposto no art. 268, do CPP.

Alternativa “C” é incorreta - pois se choca com o que dispõe art. 270 do CPP.

Alternativas “D” é incorreta - contrária à redação do art. 272 do CPP.

Alternativa “E” é incorreta - em choque com o disposto no art. 273 do CPP.

Correta apenas a alternativa “B”, consoante artigo 261 do CPP.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: **Manter a questão e o gabarito divulgado.**

=====

QUESTÃO:

55) De acordo com a legislação em vigor, assinale a alternativa **correta**.

A⇒ Segundo dispõe a Lei 12.037/09, é recomendado mencionar a identificação criminal do indiciado em de antecedentes ou em informações não destinadas ao juízo criminal, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.

B⇒ Consoante a Lei 12.850/13, considera-se organização criminosa, a associação de 3 (três) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 5 (cinco) anos, ou que sejam de caráter transnacional.

C⇒ Conforme disposto na Lei 12.037/09, a interceptação de comunicação telefônica de qualquer natureza ocorrerá nos mesmos autos do inquérito policial ou do processo criminal, preservando-se o sigilo das diligências, gravações e transcrições respectivas.

D⇒ Na forma da Lei 9.807/99, as medidas de proteção requeridas por vítimas ou por testemunhas de crimes que estejam coagidas ou expostas a grave ameaça em razão de colaborarem com a investigação ou processo criminal serão prestadas pela União, pelos Estados e pelos Municípios, no âmbito das respectivas competências, na forma de programas especiais organizados.

E⇒ São considerados hediondos, na forma da Lei 8.072/84, dentre outros, os crimes de latrocínio, extorsão qualificada pela morte, extorsão mediante sequestro e na forma qualificada, falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais.

Art. 1º, incisos II, III, IV, e VII-B

PARECER:

A questão deve ser mantida. Incorreta a alternativa “A”, na medida em que o art. 6º da Lei 12.037/09 veda expressamente que se mencione a identificação criminal do indiciado em atestados de antecedentes ou em informações não destinadas ao juízo criminal, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória. Também incorreta a alternativa “B”, pois o art. 1º, § 1º, da Lei 12.037/09, considera organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas. A alternativa “C” está equivocada porque o art. 8º, da Lei 9296/96 determina que a interceptação de comunicação telefônica, de qualquer natureza, ocorrerá em autos apartados, apensados aos autos do inquérito policial ou do processo criminal. Por igual, incorreta a alternativa “D”, ao inserir o Município como também responsável pela manutenção de programas de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas. A alternativa “E” é a única que não traz redação diversa da norma legal, estando, portando, correta (Art. 1º, incisos II, III, IV, e VII-B, da Lei 8072/90). É de ver-se que o erro material do ano da lei não torna incorreta a alternativa pois o principal, o número da Lei 8072 está correto, acrescido do fato de que o início da assertiva já indica tratar-se da Lei dos Crimes Hediondos, em estrita observância do Edital. A propósito, o STJ, no RMS 24053 / ES - Ministro FELIX FISCHER, decidiu que o erro material que não tenha comprometido a compreensão da questão não a invalida (DJe 12/05/2008).

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

QUESTÃO:

56) Considere o Código de Processo Penal quanto as medidas cautelares, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta**.

I *As medidas cautelares serão decretadas pelo juiz, de ofício ou a requerimento das partes ou, quando no curso da investigação criminal, por representação da autoridade policial ou mediante requerimento do Ministério Público.*

II *Não será permitido o emprego de força, mesmo a indispensável, no caso de resistência ou de tentativa de fuga do preso.*

III *A prisão preventiva será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar.*

IV *As medidas cautelares serão decretadas pelo juiz e não poderão ser aplicadas cumulativamente.*

A⇒ Apenas I e III estão corretas.

B⇒ Apenas II e III estão corretas.

C⇒ Apenas III e IV estão corretas.

D⇒ Apenas I, II e III estão corretas.

E⇒ Todas as afirmações estão corretas.

PARECER: A questão deve ser mantida pois apenas corretas as afirmativas I e III, conforme disposto no art. 282, § 2º e 6º, respectivamente, do CPP, na redação dada pela Lei 12.403/2011. As afirmativas II e IV estão

incorretas, pois destoam do disposto no artigo 284 do CPP e no § 1º, do art. 282, do CPP, incluído pela Lei 12.403/2011.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO:

57) Analise os crimes a seguir, identifique os passíveis de decretação de prisão temporária quando houver fundadas razões de autoria ou participação do indiciado e assinale a alternativa **correta**.

- I *Homicídio de qualquer natureza e tráfico de drogas.*
- II *Sequestro, cárcere privado e estupro.*
- III *Extorsão mediante sequestro e crimes contra o sistema financeiro.*
- IV *Furto, roubo e extorsão.*

A⇒ Apenas I, II e III estão corretos.

B⇒ Apenas I e III estão corretos.

C⇒ **Apenas II e III estão corretos.**

D⇒ Apenas III e IV estão corretos.

E⇒ Todos estão corretos.

PARECER: A questão deve ser mantida, pois apenas estão corretas as afirmativas II e III, em consonância com o disposto nas alíneas “b”, “f”, “e” e “o”, respectivamente, do inciso III, do art. 1º da Lei 7.960/89, que dispõe sobre prisão temporária. A afirmativa I está incorreta, pois é contrária à redação das alíneas “a” do mesmo dispositivo legal. A alternativa IV está incorreta, pois menciona o crime de furto.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO:

58) Analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta**, observando-se configurar violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, que tenha lugar:

- I *no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa.*
- II *em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, desde que com ela tenha coabitado.*
- III *no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas.*
- IV *no âmbito do trabalho, desde que a ofendida seja empregada doméstica e a violência seja perpetrada na residência onde presta seus serviços.*

A⇒ Apenas I, II e IV estão corretas.

B⇒ Apenas II e III estão corretas.

C⇒ **Apenas I, III e IV estão corretas.**

D⇒ Apenas III e IV estão corretas.

E⇒ Todas as afirmações estão corretas.

PARECER:

A questão deve ser mantida. Ressalte-se, inicialmente, que o enunciado solicita o que se configuraria violência doméstica e familiar contra mulher que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico, dano moral ou patrimonial, e não que a questão fosse respondida especificamente nos *termos da Lei 11.340/2006*. Fato é que o inciso I, da “Lei Maria da Penha” traz, em sua parte final, caracterizar-se violência doméstica a perpetrada contra mulher no “âmbito da unidade doméstica *compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas*”. Portanto a violência contra as empregadas domésticas, ocorrida no âmbito do trabalho (ou seja, na residência onde a empregada doméstica presta seus serviços – afirmativa IV), também se configura como incurso nas sanções da Lei 11.340/2006. Esse, entre outros, o entendimento de Maria Berenice Dias (A Lei Maria da Penha na Justiça: A Efetividade da Lei 11.340/2006 de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, pág. 41): “Para a

configuração da violência doméstica não é necessário que as partes sejam marido e mulher, nem que estejam ou tenham sido casados. Também na união estável – que nada mais é do que uma relação íntima de afeto – a agressão é considerada como doméstica, quer a união persista ou já tenha findado. Para ser considerada a violência doméstica, o sujeito ativo tanto pode ser o homem como outra mulher. Basta estar caracterizado o vínculo de relação doméstica, de relação familiar ou de afetividade, pois o legislador deu prioridade à criação de mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica contra a mulher, sem importar o gênero do agressor. A empregada doméstica, que presta serviço a uma família, está sujeita à violência doméstica”. E ainda: EMEN-TA: CONFLITO DE COMPETÊNCIA. VARA CRIMINAL E JUÍZO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. EMPREGADA DOMÉSTICA. Cuidando-se de violência contra empregada doméstica, ainda que nos primeiros dias de seu trabalho no âmbito residencial dos patrões, configura-se a competência do Juízo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, prevista no inciso I do artigo 5º da Lei nº 11.340/2006, expresso em proteger inclusive as mulheres “sem vínculo familiar” e “esporadicamente agregadas”. (Conflito de Competência 2008 00 2 001561-8, Tribunal de Justiça do Distrito Federal, Relator designado Des. Mario Machado, DJ 3/7/2009).

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

Associação Catarinense das Fundações Educacionais – ACAFE

CONCURSO PÚBLICO - DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO

EDITAL Nº 001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2014

20 de julho de 2014

PARECERES DOS RECURSOS

DISCIPLINA: DIREITO PENAL

QUESTÃO:

62) De acordo com o Código Penal, assinale a alternativa **correta**.

A⇒ Pelo resultado que agrava especialmente a pena, só responde o agente que não o houver causado ao menos culposamente.

B⇒ *Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída à coisa até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.*

C⇒ O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo e não permite a punição por crime culposos.

D⇒ É passível de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima. Haverá isenção de pena quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposos.

E⇒ Não responde pelo crime o terceiro que determina o erro sobre elemento constitutivo do tipo legal.

PARECER:

A questão deve ser mantida, pois traduz o disposto no artigo 16 Código Penal Brasileiro. As alegações de que a alternativa “C” também está correta afronta o disciplinado no artigo 20 do CP.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: **Manter a questão e o gabarito divulgado.**

=====

QUESTÃO:

63) De acordo com o Código de Penal e com relação ao cumprimento da pena em regime fechado, analise as afirmações a seguir a assinale a alternativa **correta**.

I *O condenado fica sujeito a trabalho no período diurno e a isolamento durante o repouso noturno.*

II *O trabalho será em comum dentro do estabelecimento, na conformidade das aptidões ou ocupações anteriores do condenado, desde que compatíveis com a execução da pena.*

III *O trabalho externo é inadmissível.*

IV *O trabalho externo é admissível, desde que o condenado frequente cursos supletivos profissionalizantes, de instrução de segundo grau ou superior.*

A⇒ Apenas I, II e III estão corretas.

B⇒ *Apenas I e II estão corretas.*

C⇒ Apenas II, III e IV estão corretas.

D⇒ Todas as afirmações estão corretas.

E⇒ Todas as afirmações estão incorretas.

PARECER:

A questão deve ser mantida. Não obstante trazer em seu enunciado desnecessariamente a preposição “de”, não tem ela o condão de invalidá-la, pois não é determinante para a compreensão da matéria arguida, delimitada que está no Caderno de Prova pela matéria “Direito Penal”, bem como pela sequência da pergunta, quando informa que o questionamento será “com relação ao cumprimento da pena em regime fechado”.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: **Manter a questão e o gabarito divulgado.**

=====

QUESTÃO:

65) De acordo com o Código Penal, assinale a alternativa **correta**.

A⇒ Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplica-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um terço até a metade.

B⇒ Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido. No caso de aplicação cumulativa de penas de reclusão e de detenção, executa-se primeiro esta.

C⇒ Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais delinquências, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada de um terço até metade.

D⇒ Para efeito de reincidência, não prevalece a condenação anterior, se entre a data do cumprimento ou extinção da pena e a infração posterior tiver decorrido período de tempo superior a 5 (cinco) anos, computado o período de prova da suspensão ou do livramento condicional, se não ocorrer revogação.

E⇒ A execução da pena privativa de liberdade não superior a seis anos poderá ser suspensa por dois a quatro anos, desde que o condenado seja maior de setenta anos de idade, ou razões de saúde justifiquem a suspensão.

PARECER:

A questão deve ser mantida, eis que traduz o disposto no texto insculpido no inciso I do artigo 64 Código Penal Brasileiro. A alegação de que a alternativa “C” também está correta afronta o disciplinado no artigo 70 do CP.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: **Manter a questão e o gabarito divulgado.**

=====

QUESTÃO:

67) De acordo com o Código Penal assinale a alternativa **correta**.

A⇒ A pena para quem pratica homicídio qualificado será aplicada de 12 (doze) a 20 (vinte) anos de reclusão.

B⇒ Se o agente comete o crime de homicídio impellido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um terço até a metade.

C⇒ A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada, não podendo, em nenhuma hipótese, ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa.

D ⇒ A pena é aumentada de 1/6 (um sexto) até a metade se o crime de homicídio for praticado por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança, ou por grupo de extermínio.

E⇒ A sentença que conceder perdão judicial será considerada para efeitos de reincidência.

PARECER: A questão deve ser mantida, pois traduz o disposto no texto insculpido no parágrafo 1º do artigo 110 Código Penal Brasileiro. A alegação, isolada, de que a norma está revogada, não encontra respaldo.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: **Manter a questão e o gabarito divulgado.**

=====

QUESTÃO:

69) Com relação à repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, assinale a alternativa **correta**.

A⇒ As plantações ilícitas serão imediatamente destruídas pelo delegado de polícia, que recolherá quantidade suficiente para exame pericial, de tudo lavrando auto de levantamento das condições encontradas, com a delimitação do local, asseguradas as medidas necessárias para a preservação da prova.

B⇒ Em caso de ser utilizada a queimada para destruir plantação ilícita, observar-se-á, além das cautelas necessárias à proteção ao meio ambiente, a indispensável e prévia autorização do órgão próprio do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama.

C⇒ Feita apreensão em operação de combate às atividades previstas na Lei 11.343/06, que instituiu o Sisnad, e tendo recaído sobre dinheiro ou cheques emitidos como ordem de pagamento, a autoridade de polícia judiciária que presidir o inquérito deverá, de imediato, requerer ao juízo competente a citação do Ministério Público.

D⇒ Os veículos, embarcações, aeronaves, e quaisquer outros meios de transporte, os maquinários, as armas de fogo, utensílios, instrumentos e objetos de qualquer natureza, utilizados para a prática dos crimes definidos na Lei 11.343/06, que instituiu o Sisnad, após a sua regular apreensão, ficarão sob custódia da autoridade de polícia judiciária.

E⇒A destruição de drogas apreendidas será executada imediatamente pelo delegado de polícia competente, na presença do Ministério Público e da autoridade sanitária.

PARECER:

A questão deve ser mantida, conforme disposição do artigo 32 da lei 11.343/2006 (Lei de Drogas). O prazo de 30 dias é simples complemento da norma principal e sua supressão não invalida a alternativa, pois permanece hígida toda a redação constante no artigo em comento. As demais alternativas estão completamente erradas.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO:

70) Na forma do disposto na Lei 4.898/65, que dispõe sobre o abuso de autoridade, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa correta.

- I** *Ordenar ou executar medida privativa da liberdade individual, sem as formalidades legais.*
- II** *Deixar o Juiz de ordenar o relaxamento de prisão ou detenção ilegal que lhe seja comunicada.*
- III** *Recusar o carcereiro ou agente de autoridade policial recibo de importância recebida a título de carceragem, custas, emolumentos ou de qualquer outra despesa.*
- IV** *Atentar contra os direitos e garantias legais assegurados ao exercício profissional e à liberdade de consciência e de crença.*

A⇒Todas as afirmações estão corretas.

B⇒ Apenas I e IV estão corretas.

C⇒ Apenas II e III estão corretas.

D⇒ **Apenas I, II e IV estão corretas.**

E⇒ Apenas I, III e IV estão corretas.

PARECER: No Gabarito Preliminar publicado foi equivocadamente consignada como correta a alternativa “A”. Todavia a afirmativa III não condiz com a atual disciplina sobre a matéria. Estão corretas apenas as afirmativas I, II e IV, encontrando resposta na alternativa “D”.

PARECER COMPLEMENTAR:

“A questão determinou em seu comando que o candidato efetuasse a marcação da alternativa correta dentre as opções disponíveis, à luz da Lei n. 4.898/65.

Com efeito, o gabarito divulgado pela banca inicialmente como correto, exteriorizou-se na letra “a”, cujo conteúdo aponta todas as alternativas como corretas.

Do citado gabarito preliminar houve recurso, por inúmeros candidatos, alegando, em síntese, a inaplicabilidade de uma das alternativas apontadas supostamente como certa, considerando a atual sistemática constitucional e infraconstitucional relativa ao tema de crime de abuso de autoridade.

Em resposta aos recursos interpostos pelos candidatos, a Banca Elaboradora resolveu, sem fundamentação, RETIFICAR o gabarito divulgado, alterando-o para a letra “d”, passando a considerar como incorreto o inciso III da questão em análise.

O item objeto de controvérsia, inicialmente assinalado como correto, posteriormente convertido em errado, encontra-se assim redigido:

“70) Na forma do disposto na Lei n. 4.898/65, que dispõe sobre o abuso de autoridade, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa correta:

(...) III – Recusar o carcereiro ou agente de autoridade policial recibo de importância recebida a título carceragem, custas, emolumentos ou de qualquer outra despesa.”

Vê-se que, o item ofertado como certo e posteriormente retificado traduz, ipsis litteris, o disposto na letra “g” do art. 4º, da Lei n. 4.898/65, cujo conteúdo não se aplica no ordenamento jurídico em vigência, tendo em vista o atual tratamento do tema dado, pela Lei de Execução Penal (Lei n. 7.210/84) e, principalmente, pela Constituição Federal.

Com isso, o gabarito deixa de refletir o disposto literalmente na lei em questão, dela se afastando, curvando-se à atual legislação brasileira.”

DECISÃO DA ACAFE MEDIANTE RECOMENDAÇÃO DA COMISSÃO DO CONCURSO PÚBLICO DA POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA: Anular a questão.

=====

QUESTÃO:

71) Analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta**.

A⇒ De acordo com a Lei 7.716/89, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, constitui efeito da condenação a perda do cargo ou função pública, para o servidor público, e a suspensão do funcionamento do estabelecimento particular por prazo não inferior a três meses, nos crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

B⇒ Na forma da Lei 6.766/79, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, constitui crime contra a Administração Pública dar início, de qualquer modo, ou efetuar loteamento ou desmembramento do solo para fins urbanos sem observância das determinações constantes da ART emitida pelo CREA.

C⇒ De acordo com a Lei 11.101/05, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, estará sujeito a uma pena de dois a quatro anos de reclusão e multa aquele violar, explorar ou divulgar, sem justa causa, sigilo empresarial ou dados confidenciais sobre operações ou serviços, contribuindo para a condução do devedor a estado de inviabilidade econômica ou financeira.

D⇒ Na forma da Lei 7.853/89, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, constitui crime punível com reclusão de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa, recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta.

E⇒ De acordo com o Código Penal, se o crime é cometido em concurso, o concorrente que o denunciar à autoridade, facilitando a libertação do sequestrado, terá sua pena reduzida de um a dois sextos.

PARECER:

As alternativas A, B, D e E não encontram respaldo em qualquer legislação sobre a matéria.

Assim, a questão deve ser mantida, pois não obstante a redação de seu enunciado suprimir a preposição “que”, a omissão não tem o condão de invalidá-la, não sendo determinante para a compreensão da matéria arguida.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

QUESTÃO:

72) Analise as afirmações a seguir, identifique as que podem ser consideradas práticas de crime contra a criança e assinale a alternativa **correta**.

I *Deixar a autoridade policial responsável pela sua apreensão de fazer imediata comunicação à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada.*

II *Recusar fornecer autorização para viajar dentro do país, quando a criança viajar acompanhada apenas por um dos genitores.*

III *Subtrair criança ou adolescente ao poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou ordem judicial, com o fim de colocação em lar substituto.*

IV *Vender, fornecer, ainda que gratuitamente, ministrar ou entregar, de qualquer forma, à criança ou adolescente, sem justa causa, produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, ainda que por utilização indevida.*

A⇒ Todas as afirmações estão corretas.

B⇒ Apenas I, II e III estão corretas.

C⇒ Apenas III e IV estão corretas.

D⇒ Apenas II e IV estão corretas.

E⇒ Apenas I, III e IV estão corretas.

PARECER: A questão deve ser mantida, pois em consonância com o texto insculpido nos artigos 231 e seguintes do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. A supressão proposital do termo “adolescente” não invalida a questão, pois efetivamente praticará crime contra criança quem agir na forma do disposto nas afirmativas I, II e IV.

DECISÃO DA BANCA ELABORADOR: Manter a questão e o gabarito divulgado.

QUESTÃO:

73) Considerando as disposições da Lei 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta**.

I *Constitui crime o ato de frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem*

decorrente da adjudicação do objeto da licitação.

- II** *Constitui crime o ato de abster-se ou desistir de licitar, em razão da vantagem oferecida.*
- III** *Constitui crime o ato de admitir à licitação ou celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo.*
- IV** *Comete crime aquele que, declarado inidôneo, venha a licitar ou a contratar com a Administração.*

- A**⇒ Apenas a afirmação I está correta.
- B**⇒ Apenas II e IV estão corretas.
- C**⇒ Apenas I e III estão corretas.
- D**⇒ Apenas I, III e IV estão corretas.
- E**⇒ **Todas as afirmações estão corretas.**

PARECER:

A questão deve ser mantida, pois traduz o disposto nos artigos 89 e seguintes da Lei 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO:

74) Considerando as disposições da Lei 8.078/90, que cuida da proteção do consumidor e da Lei 1521/51, relativa aos crimes contra a economia popular, assinale a alternativa **correta**.

- A**⇒ *Constituem crimes contra as relações de consumo omitir dizeres ou sinais ostensivos sobre a nocividade ou periculosidade de produtos, nas embalagens, nos invólucros, recipientes ou publicidade e deixar de organizar dados fáticos, técnicos e científicos que dão base à publicidade.*
- B**⇒ *Constitui crime contra a economia popular o fornecedor colocar no mercado de consumo produto ou serviço que sabe ou deveria saber apresentar alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou segurança.*
- C**⇒ *Constitui crime contra as relações de consumo misturar gêneros e mercadorias de espécies diferentes, expô-los à venda ou vendê-los, como puros, misturar gêneros e mercadorias de qualidades desiguais para expô-los à venda ou vendê-los por preço marcado para os de mais alto custo.*
- D**⇒ *Constitui crime contra a economia popular executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes.*
- E**⇒ *Constitui crime contra a economia popular restringir direitos ou obrigações fundamentais inerentes à natureza do contrato, de tal modo a ameaçar seu objeto ou equilíbrio contratual.*

PARECER:

A questão deve ser anulada. Não obstante seu enunciado perquirir quanto a Lei 8.078/90, que cuida da proteção do consumidor e da Lei 1521/51, relativa aos crimes contra a economia popular, a alternativa “C” também apresenta alternativa correta, conforme o disposto no inciso III do artigo 7º da Lei 8.137 de 1990, norma legal no rol do Programa de Disciplinas publicado no Edital do Certame.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Anular a questão.

=====

QUESTÃO:

75) Identifique o que constitui crime contra a ordem tributária e assinale a alternativa **correta**.

- I** *Adquirir, distribuir e revender derivados de petróleo, gás natural e suas frações recuperáveis, álcool etílico, hidratado carburante e demais combustíveis líquidos carburantes, em desacordo com as normas estabelecidas na forma da lei.*
- II** *Usar gás liquefeito de petróleo em motores de qualquer espécie, saunas, caldeiras e aquecimento de piscinas, ou para fins automotivos, em desacordo com as normas estabelecidas na forma da lei.*
- III** *Negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativa a venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação.*
- IV** *Sem autorização legal, produzir, adquirir, transportar, industrializar, ter consigo, consumir ou comercializar produtos ou matéria-prima pertencentes à União.*

- A**⇒ Apenas II e III estão corretas.
B⇒ **Apenas a afirmação III está correta.**
C⇒ Apenas II e IV estão corretas.
D⇒ Apenas I, II e IV estão corretas.
E⇒ Todas as afirmações estão corretas.

PARECER:

A afirmação III está correta, conforme disposto no art. 1º, V, da Lei 8.137/90, que define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo.

Incorretas as afirmativas I, II e IV, na forma do disposto no art. 1º, incisos I e, II, respectivamente, da Lei 8.176/91, que define crimes contra a ordem econômica e cria o Sistema de Estoques de Combustíveis e do art. 2º, § 1º da mesma norma legal.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO:

76) De acordo com a legislação em vigor, assinale a alternativa **correta**.

A⇒ **Comete crime de concorrência desleal, na forma da Lei 9.279/96, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, quem usa expressão ou sinal de propaganda alheios, ou os imita, de modo a criar confusão entre os produtos ou estabelecimentos, bem como se atribui, como meio de propaganda, recompensa ou distinção que não obteve.**

B⇒ São considerados crimes contra a fauna, consoante a Lei 9.605/98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, receber ou adquirir, para fins comerciais ou industriais, madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem exigir a exibição de licença do vendedor, outorgada pela autoridade competente, e sem munir-se da via que deve acompanhar o produto até final beneficiamento.

C⇒ Não será admitida a interceptação de comunicações telefônicas na hipótese de o fato investigado constituir infração penal punida, no máximo, com pena de multa, consoante disposto na Lei 9.296/96.

D⇒ A interceptação das comunicações telefônicas, na forma da Lei 9.296/96, poderá ser determinada pelo juiz ou promotor, de ofício, ou a requerimento da autoridade policial, na investigação criminal e na instrução processual penal.

E⇒ No homicídio culposo cometido na direção de veículo automotor, a pena é aumentada de um sexto a um terço se o agente praticá-lo em faixa de pedestres ou na calçada, conforme disposto na Lei 9.503/97, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro.

PARECER: A questão deve ser mantida, pois as alegações de que a alternativa "C" também esta correta não encontra respaldo no enunciado e no seu texto, que no caso perquire quanto a norma constante da Lei 9.296/96, que sobre o tema dispõe no inciso, III do artigo 2º que não será admitida a interceptação de comunicações telefônicas na hipótese de "o fato investigado constituir infração penal punida, no máximo, com pena de detenção". Portanto, resta claro que a afirmativa não questiona um fato em concreto, mas sim em abstrato, como disciplina a Lei, já que aqui se trata de Prova Objetiva. Prevalecendo o raciocínio dos Recorrentes, caso estivesse correta a afirmativa constante na alternativa "C", seria possível a interceptação telefônica nos crimes punidos com pena de detenção, o que é vedado pela Lei em comento.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO:

77) Analise as afirmações a seguir, identifique o que constitui crime praticado contra o idoso e assinale a alternativa **correta**.

- I** **Obstar o acesso de alguém a qualquer cargo público por motivo de idade.**
- II** **Recusar, retardar ou dificultar atendimento ou deixar de prestar assistência à saúde, sem justa causa, a pessoa com mais de 55 anos.**
- III** **Deixar de cumprir, retardar ou frustrar, sem justo motivo, a execução de ordem judicial expedida nas ações em que for parte ou interveniente pessoa com mais de 65 anos.**
- IV** **Reter o cartão magnético de conta bancária relativa a benefícios, proventos ou pensão de pessoa com mais**

de 70 anos, bem como qualquer outro documento, com objetivo de assegurar recebimento ou ressarcimento de dívida.

- A⇒ Todas as afirmações estão corretas.
- B⇒ Apenas II e III estão corretas.
- C⇒ Apenas I, II e III estão corretas.
- D⇒ **Apenas I, III e IV estão corretas.**
- E⇒ Apenas III e IV estão corretas.

PARECER: A questão deve ser mantida, pois traduz o disposto nos incisos I e IV do artigo 101 e artigo 104, respectivamente, da Lei 10.741/2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: **Manter a questão e o gabarito divulgado.**

=====

QUESTÃO:

78) São considerados crimes eleitorais, dentre outros, **exceto**:

- A⇒ Majorar os preços de utilidades e serviços necessários à realização de eleições, tais como transporte e alimentação de eleitores, impressão, publicidade e divulgação de matéria eleitoral.
- B⇒ Valer-se o servidor público da sua autoridade para coagir alguém a votar ou não votar em determinado candidato ou partido.
- C⇒ Perturbar ou impedir de qualquer forma o alistamento.
- D⇒ **Usar camisas, bonés, broches ou dísticos que revelem a manifestação da preferência do eleitor por partido político, coligação ou candidato.**
- E⇒ Fazer propaganda, qualquer que seja a sua forma, em língua estrangeira.

PARECER:

A questão deve ser mantida, pois traduz o disposto nos artigos 303, 300, 293 e 335, que correspondem às afirmativas A, B, C e E, respectivamente, da Lei 4.737/65, que instituiu o Código Eleitoral. Incorreta a afirmativa D, pois as atitudes elencadas não são tipificadas como crime eleitoral previsto na Lei 4.737/65 (Arts. 289 a 354). Acresce, a propósito, que o próprio Tribunal Superior Eleitoral, por meio da Resolução 22.426, de 27.09.2006, regulamentou o art. 67 da Resolução 22.261/2006 assentando: "Art. 1.º É permitida, no dia das eleições, a manifestação individual e silenciosa da preferência do eleitor por partido político, coligação ou candidato, revelada no uso de camisas, bonés, broches ou dísticos e pela utilização de adesivos em veículos particulares".

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: **Manter a questão e o gabarito divulgado.**

=====

QUESTÃO:

79) De acordo com o Código Penal analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta**.

- I** *Comete crime de injúria escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso.*
- II** *Considera-se qualificado o furto cometido com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa, bem como com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza.*
- III** *A extinção da punibilidade de crime que é pressuposto, elemento constitutivo ou circunstância agravante de outro não se estende a este. Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles não impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.*
- IV** *Comete crime de estupro quem constrange mulher, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso.*

- A⇒ Apenas I, III e IV estão corretas.
- B⇒ Apenas II e III estão corretas.
- C⇒ **Apenas II, III e IV estão corretas.**
- D⇒ Apenas a afirmação IV está correta.
- E⇒ Todas as afirmações estão corretas.

PARECER:

A questão deve ser mantida, pois é de ver-se, inicialmente, que se solicita a análise das afirmativas sob a ótica do Código Penal e não as definições constantes da Lei. A afirmativa I está incorreta por força do disposto no artigo 208 do CP. As afirmativas II e III também estão corretas na forma do disposto no artigo 155, § 4º, incisos I e II e artigo 108, respectivamente, ambos do Código Penal. A afirmativa IV também está correta na medida em que a expressão “mulher” está contida no vocábulo “alguém”, constante do artigo 213 do CP.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO:

80) De acordo com a legislação em vigor, assinale a alternativa **correta**.

A⇒ Deixar de observar as cautelas necessárias para impedir que menor de 21 (vinte e um) anos ou pessoa portadora de deficiência motora se apodere de arma de fogo que esteja sob sua posse ou que seja de sua propriedade, sujeita o agente a uma pena de um a dois anos de detenção e multa.

B⇒ Violar direitos de autor de programa de computador que consista na reprodução, por qualquer meio, de programa de computador, no todo ou em parte, para fins de comércio, sem autorização expressa do autor ou de quem o represente, sujeita o agente a uma pena de seis meses a dois anos de detenção ou multa.

C⇒ **Constitui crime de tortura constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa.**

D⇒ Não constitui crime publicar anúncio de publicidade de estabelecimentos autorizados a realizar transplantes e enxertos, relativo a estas atividades.

E⇒ Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração administrativa, sujeita o agente a uma pena de três a dez anos de reclusão e multa. Define os crimes de tortura.

PARECER:

A questão deve ser mantida, na medida em que a alternativa A está incorreta, consoante disposto no art. 13, da Lei 10.826/2003. Também incorreta a alternativa B, conforme dispõe o art. 12, § 1º, da Lei 9.609/98, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador. Incorreta a afirmativa D na forma do disposto no art. 20 da Lei 9434/97, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento. A afirmativa E está incorreta pois em dissonância com o previsto no § 1º, do art. 1º, da Lei 9.613/98, que dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores. Correta a afirmativa C, consoante redação do art. 1º, I, "a", da Lei 9.455/97, que define os crimes de tortura.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

Associação Catarinense das Fundações Educacionais – ACAFE

CONCURSO PÚBLICO - DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO

EDITAL Nº 001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2014

20 de julho de 2014

PARECERES DOS RECURSOS

DISCIPLINA: DIREITOS HUMANOS

QUESTÃO:

81) Observando a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88), no que se refere as Garantias dos Direitos Fundamentais, analise as afirmações a seguir.

- I** *Conceder-se-á "habeas-data" para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.*
- II** *Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.*
- III** *O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional.*
- IV** *Conceder-se-á "habeas-corpus" sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.*
- V** *Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.*

Assinale a alternativa **correta**.

A⇒ Apenas I e II estão corretas.

B⇒ **Todas as afirmações estão corretas.**

C⇒ Apenas I, III e IV estão corretas.

D⇒ Apenas IV e V estão corretas.

E⇒ Apenas II e III estão corretas.

PARECER: O gabarito está em consonância com o previsto expressamente na CRFB/88.

Art. 7º, I.

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;

Art. 5º, LXXI, Art. 5º, LXIX, a, Art. 5º, LXVIII e Art. 5º, LXIX.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

[...]

LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

[...]

LXVIII - conceder-se-á "habeas-corpus" sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

[...]

LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO:

82) De acordo com a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes, é **correto** afirmar:

A⇒A referida denúncia eximirá o Estado-parte das obrigações que lhe impõe a presente Convenção relativamente a qualquer ação ou omissão ocorrida antes ou após a data da denúncia. Todavia, a denúncia não acarretará a suspensão do exame de quaisquer questões que o Comitê já começara a examinar antes da data em que a denúncia fora realizada.

B⇒ As controvérsias entre dois ou mais Estados-partes com relação à interpretação ou aplicação da presente Convenção serão sempre submetidas à Corte Internacional de Justiça, mediante solicitação feita em conformidade com o Estatuto da Corte.

C⇒ Todo Estado-parte poderá denunciar a presente Convenção mediante notificação por escrito endereçada ao Secretário Geral das Nações Unidas. A denúncia produzirá efeitos 30 (trinta) dias depois da data do recebimento da notificação pelo Secretário Geral.

D⇒**Todo Estado-parte na presente Convenção poderá propor emendas e depositá-las junto ao Secretário Geral da Organização das Nações Unidas. Quando entrarem em vigor, as emendas serão obrigatórias para os Estados-partes que as aceitaram, ao passo que os demais Estados-partes permanecem obrigados pelas disposições da Convenção e pelas emendas anteriores por eles aceitas.**

E⇒ A partir da data de protocolo da denúncia de um Estado-parte, o Comitê não dará início ao exame de qualquer nova questão referente ao Estado em apreço.

PARECER: O gabarito está em consonância com o previsto expressamente na Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes Art. 29.

Artigo 29.º

1. Qualquer Estado parte na presente Convenção poderá propor uma alteração e depositar a sua proposta junto do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas. O Secretário-Geral transmitirá a proposta de alteração aos Estados partes, solicitando-lhes que comuniquem se são favoráveis à realização de uma conferência de Estados partes para analisar a proposta e para a votarem. Se, nos quatro meses que se seguirem à referida comunicação, pelo menos um terço dos Estados partes se pronunciarem a favor da realização da referida conferência, o Secretário-Geral organizará a conferência sob os auspícios da Organização das Nações Unidas. Qualquer alteração adoptada pela maioria dos Estados partes presentes e votantes na conferência será submetida pelo Secretário-Geral à aceitação de todos os Estados partes.

2. Qualquer alteração adoptada de acordo com disposições do n.º 1 do presente artigo entrará em vigor logo que dois terços dos Estados partes na presente Convenção tenham informado o Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas de que a aceitam, em conformidade com o procedimento estabelecido nas suas constituições.

3. Logo que as alterações entrem em vigor, terão carácter obrigatório para todos os Estados partes que as aceitaram, ficando os outros Estados partes vinculados pelas disposições da presente Convenção e por quaisquer alterações anteriores que tenham aceite.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO:

83) No que se refere ao Mandado de Segurança, é correto afirmar, **exceto**:

A⇒Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.

B⇒Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, qualquer delas poderá requerer o mandado de segurança.

C⇒ Considerar-se-á federal a autoridade coatora se as consequências de ordem patrimonial do ato contra o qual se requer o mandado houverem de ser suportadas pela União ou entidade por ela controlada.

D⇒O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, no prazo de 30 (trinta) dias, quando notificado judicialmente.

E⇒**Cabe mandado de segurança contra atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.**

PARECER: O gabarito está em consonância com o previsto expressamente na CRFB/88 e na Lei do MS. art. 1, § 2º Lei 12.016/2009.

Lei nº 12.016 de 07 de Agosto de 2009

Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências.

Art. 1o Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.

[...]

§ 2o Não cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

QUESTÃO:

84) Considerando o previsto expressamente na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU – 1948), marque com **V** as afirmações **verdadeiras** e com **F** as **falsas**.

- () *Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.*
- () *Toda pessoa tem deveres para com a comunidade, em que o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível. No exercício de seus direitos e liberdades, algumas pessoas estarão sujeitas à limitações determinadas pela lei, com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem.*
- () *Toda pessoa tem direito, em plena igualdade, a uma audiência justa e pública por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir de seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.*
- () *Toda pessoa vítima de perseguição tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países. Este direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos propósitos e princípios das Nações Unidas.*
- () *Toda pessoa tem direito a receber dos tributos nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.*
- () *Toda pessoa tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecida como pessoa perante a lei.*
- () *Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.*

A sequência **correta**, de cima para baixo, é:

A⇒ V - V - V - V - V - V - V

B⇒ F - V - F - V - F - V - F

C⇒ F - F - V - F - V - F - V

D⇒ V - F - V - F - V - F - V

E⇒ V - F - V - V - V - V - V

PARECER: O gabarito está em consonância com o previsto expressamente na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU – 1948). art. XXVI, art. X, art. XIV, art. VIII, art. VI, art. II.

Artigo XXVI

1. Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.

2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

Artigo X

Toda pessoa tem direito, em plena igualdade, a uma audiência justa e pública por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir de seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

Artigo XIV

1. Toda pessoa, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.
2. Este direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos propósitos e princípios das Nações Unidas.

Artigo VIII

Toda pessoa tem direito a receber dos tributos nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.

Artigo VI

Toda pessoa tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecida como pessoa perante a lei.

Artigo II

Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO:

85) Sobre o Mandado de Segurança Coletivo, é correto afirmar, **exceto**:

A⇒ No mandado de segurança coletivo, a sentença fará coisa julgada limitadamente aos membros do grupo ou categoria substituídos pelo impetrante.

B⇒ O mandado de segurança coletivo não induz litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada não beneficiarão o impetrante a título individual se não requerer a desistência de seu mandado de segurança no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência comprovada da impetração da segurança coletiva.

C⇒ **No mandado de segurança coletivo, a liminar poderá ser concedida sem oitiva da parte adversa, ou seja, inaudita altera pars.**

D⇒ Os direitos protegidos pelo mandado de segurança coletivo podem ser individuais homogêneos, assim entendidos, para efeito desta Lei, os decorrentes de origem comum e da atividade ou situação específica da totalidade ou de parte dos associados ou membros do impetrante.

E⇒ Os direitos protegidos pelo mandado de segurança coletivo podem ser coletivos, assim entendidos, para efeito desta Lei, os transindividuais, de natureza indivisível, de que seja titular grupo ou categoria de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica básica.

PARECER: O gabarito está em consonância com o previsto expressamente na CRFB/88 e na Lei do MS. Art. 22, § 2º da Lei 12.016/2009.

Lei nº 12.016 de 07 de Agosto de 2009

Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências.

Art. 22. *No mandado de segurança coletivo, a sentença fará coisa julgada limitadamente aos membros do grupo ou categoria substituídos pelo impetrante.*

[...]

§ 2o *No mandado de segurança coletivo, a liminar só poderá ser concedida após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de 72 (setenta e duas) horas.*

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

Associação Catarinense das Fundações Educacionais – ACAFE

CONCURSO PÚBLICO - DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO

EDITAL Nº 001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2014

20 de julho de 2014

PARECERES DOS RECURSOS

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS E NOÇÕES GERAIS DO DIREITO

QUESTÃO:

86) “A aplicação do Direito consiste no enquadrar um caso concreto em a norma adequada. Submete às prescrições da lei uma relação da vida real; procura e indica o dispositivo adaptável a um fato determinado”. (Maximiano, Carlos. *Hermenêutica e Aplicação do Direito*. RJ, Forense, 2001, p. 5)

Diante dessa afirmação é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ A Hermenêutica Jurídica tem por objeto o estudo e a sistematização dos processos aplicáveis para determinar o sentido e o alcance das expressões do Direito.

B ⇒ Ante a impossibilidade de prever todos os casos particulares, o legislador estabelece preceitos de longo alcance e deixa ao aplicador do Direito a tarefa de enquadrar o fato humano numa norma jurídica.

C ⇒ O intérprete não cria prescrições; deduz a nova regra, para um caso concreto, do conjunto das disposições vigentes, consentâneas com o progresso geral.

D ⇒ **Para atingir o escopo do Direito não é examinada a norma em sua essência, conteúdo e alcance; o caso concreto e as circunstâncias.**

E ⇒ Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum.

PARECER:

Deve ser mantido o gabarito, pois a assertiva **D** contraria o texto que inicia a questão, devendo ser considerada errada. O autor é claro quando expressa que a aplicação do Direito consiste no enquadramento de um caso concreto na norma. Logo, para que o Direito atinja o seu objetivo (escopo), a norma DEVE ser examinada em sua essência, o que significa dizer, em seu conteúdo e alcance, relacionando-a com o caso concreto e as circunstâncias particulares do fato em si.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

QUESTÃO

88) “Ao adquirir vigência, a lei torna-se obrigatória. Entretanto, encontra uma série de situações em curso no mundo jurídico: algumas em formação, outras já consolidadas. É necessário, portanto, compatibilizar a nova lei com o estado de coisas existente no momento de seu ingresso”.

GOMES, José Jairo. *Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro*, São Paulo: Atlas, 2012, p. 52)

Nesse sentido, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta**.

I *A lei nova poderá prever um conjunto de disposições transitórias para resolver as questões conflitantes das duas leis: a nova e a revogada.*

II *Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.*

III *As correções a texto de lei já em vigor não se consideram lei nova.*

IV *A lei em vigor não terá de respeitar o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.*

V *Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia três meses depois de oficialmente publicada.*

A ⇒ Apenas III, IV e V estão corretas.

B ⇒ Apenas I, II e III estão corretas.

C ⇒ **Apenas I, II e V estão corretas.**

D ⇒ Apenas a afirmação IV está correta.

E ⇒ Todas as afirmações estão corretas.

PARECER:

O recorrente argumenta que a assertiva está correta. Entretanto, razão não lhe assiste, eis que a afirmativa contraria o artigo 1º, parágrafo 4º. Da LEI DE INTRODUÇÃO AO DIREITO BRASILEIRO que expressa:

“As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova”.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO:

89) Com base no Estatuto do Idoso é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ **Caso a entidade de atendimento cometa infração que coloque em risco os direitos assegurados aos idosos, o fato deverá ser comunicado à Delegacia de Polícia, para as providências cabíveis.**

B ⇒ Sob pena de interdição, toda instituição que se dedica ao atendimento do idoso é obrigada a manter identificação externa visível.

C ⇒ O procedimento para a imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção ao idoso terá início com requisição do Ministério Público ou auto de infração elaborado por servidor efetivo e assinado, se possível, por duas testemunhas.

D ⇒ Para defesa dos interesses e direitos protegidos no Estatuto do Idoso, são admissíveis todas as espécies de ação pertinentes.

E ⇒ Os crimes definidos na Lei 10.741/2003 são de ação pública incondicionada, não se aplicando os artigos 181 e 182 do Código Penal.

PARECER:

A afirmação da Letra **E** está **CORRETA**, porque a supressão da palavra PENAL no enunciado em nada altera o seu sentido. Demais disso, toda a ação pública incondicionada é PENAL. Por este motivo, razão não assiste ao recorrente.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO

90) Na ocorrência de antinomia normativa ocorre um conflito de normas - que poderá ser real ou aparente.

Considere a busca de uma resposta normativa adequada para a lide, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta**.

I *O conflito aparente pode ser resolvido por meio de adequado procedimento hermenêutico-interpretativo, cujos métodos foram estabelecidos pela doutrina.*

II *A Constituição prevalece sobre a lei ordinária, complementar, delegada e medida provisória, e estas prevalecem sobre o Decreto, a Portaria, o Regimento Interno e a Instrução.*

III *Uma pessoa adquire um eletrodoméstico e, ao usá-lo, verifica que não funciona. Pelo critério da hierarquia, aplica-se o art. 18 do Código de Defesa do Consumidor para o deslinde da questão.*

IV *Se as regras em conflito se encontrarem no mesmo nível hierárquico e tiverem sido positivadas simultaneamente, os critérios hierárquico e cronológico poderão ser invocados, juntamente, para a resolução do conflito.*

V *Em certos casos, uma solução pode ser indicada pela lei mais favorável a uma das partes envolvidas e, em situações extremas, pela assunção do critério do princípio supremo da justiça.*

A ⇒ Apenas I, II e III estão corretas.

B ⇒ **Apenas I, II e V estão corretas.**

C ⇒ Apenas II, III e IV estão corretas.

D ⇒ Apenas III, IV e V estão corretas.

E ⇒ Apenas a afirmação IV está correta.

PARECER:

A afirmativa contida **no inciso II** está correta, uma vez que refere apenas a Decreto. É que no sistema jurídico brasileiro há clara distinção entre Decreto- legislativo e tão somente Decreto. Este é ato administrativo da competência dos chefes dos poderes executivos (presidente, governadores e prefeitos). São usados pelo chefe do Poder executivo para fazer nomeações e regulamentações de lei.

Já o Decreto-legislativo é de competência exclusiva do Congresso Nacional. Portanto, a própria nomenclatura já os distingue.

O recorrente alega que o **inciso III** também está correto, o que invalidaria a resposta dada como verdadeira à questão. Todavia, existe um grave erro na afirmativa. É que no caso relatado, a questão é resolvida pelo critério da **ESPECIALIDADE** – que é, realmente, a utilização do art. 18 do CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, porque refere “eletrodoméstico”. Na afirmativa está dito que se trata do critério da **hierarquia, o que torna, portanto, ERRADO o inciso III.**

Já o **inciso V** também está correto, pois o critério do princípio supremo da justiça é defendido pela doutrinadora Maria Helena Diniz, na obra citada pelo próprio recorrente. Na mesma direção, aponta o professor José Jairo Gomes. Veja-se:

“É preciso que as normas tidas por antagônicas sejam compatibilizadas, sejam postas em diálogo, haurindo dos princípios e valores presentes no sistema, o sentido mais apropriado para a solução do problema posto. (...) O sistema jurídico constitui uma totalidade, e como tal é unitário. Por ser sistema, deve ser necessariamente lógico, racional, coerente. Mas essa coerência é divisada em sua totalidade, não na comparação de seus elementos. Estes podem ser contraditórios entre si, sem que isso comprometa a harmonia do conjunto. Cumpre observar não ser rara a incidência num mesmo caso concreto de mais de um princípio constitucional. Nessa hipótese, fala-se em *colisão* de princípios, propugnando-se a resolução da questão pelo método da proporcionalidade e suas respectivas regras de adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito. A prevalência de um princípio sobre outro se faz pelo sopesamento, ponderação ou balanceamento dos valores e interesses em jogo”. (GOMES, José Jairo. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. S. Paulo: Atlas, 2012, p. 74/75).

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO:

91) Com base na Lei 8.069/90 e suas alterações, é correto afirmar, **exceto**:

- A** ⇒ A intimação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias.
- B** ⇒ É necessária a oitiva do menor infrator antes de decretar-se a regressão da medida socioeducativa.
- C** ⇒ A medida aplicada por força de remissão poderá ser revista expressa e judicialmente, a qualquer tempo.
- D** ⇒ A competência para processar e julgar as ações conexas de interesse do menor é, em princípio, do foro do detentor de sua guarda.
- E** ⇒ **Não é vedado o repasse de recursos provenientes de organismos estrangeiros encarregados de intermediar pedidos de adoção internacional a organismos nacionais ou a pessoas físicas.**

PARECER:

Todas as súmulas tratam de matérias recorrentes nos tribunais. Apenas são sumuladas, entretanto, as questões estabelecidas pela própria lei que trata da matéria. O que significa dizer que a Súmula 265, colocada na questão, vem contemplada nos artigos 110 e 111, inciso V, da Lei 8.069/90.

Veja-se: **art. 110. “Nenhum adolescente será privado de sua liberdade sem o devido processo legal”.**

“Art. 111. São asseguradas ao adolescente, entre outras, as seguintes garantias:

.....
V – direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente”;

Súmula 265. É necessária a oitiva do menor infrator antes de decretar-se a regressão da medida sócio-educativa.

Quanto ao conteúdo da **Sumula 383**, este vem estabelecido no art. 147, inciso I, da Lei 8.069/90.

“Art. 147. A competência será determinada:

I – pelo domicílio dos pais ou responsável;

.....”

Pelo exposto, o recurso DEVE SER INDEFERIDO.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO:

93) Diante das necessidades humanas e dos interesses que precisam ser resguardados, é inevitável o aparecimento de conflitos. “A pacificação é o escopo máximo da jurisdição. Se o que importa é pacificar, torna-se irrelevante que a pacificação venha por obra do Estado ou por outros meios”. (CINTRA, Antonio Carlos de Araujo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido. Teoria Geral do Processo, 1993, p. 29).

Diante dessa situação, foram criados mecanismos alternativos de pacificação social, sendo correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ A conciliação pode ser extraprocessual e endoprocessual. Na Constituição de 1988 é prevista a restauração da antiga Justiça de Paz, com atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional.

B ⇒ **As partes nomearão um ou mais árbitros, sempre em número ímpar, não podendo nomear, entretanto, os respectivos suplentes.**

C ⇒ A mediação é uma forma de abordar o conflito com a colaboração de um terceiro imparcial que auxilia as partes a interagir e descobrir, por si mesmas, uma solução.

D ⇒ A sentença arbitral deve preencher os mesmos requisitos exigidos pelo art. 458 do Código de Processo Civil para a sentença judicial.

E ⇒ Competirá ao árbitro ou ao tribunal arbitral, no início do procedimento, tentar a conciliação das partes. Se aceita, o fato será declarado mediante sentença arbitral.

PARECER:

O EDITAL do conteúdo na Disciplina Fundamentos e Noções Gerais de Direito contempla a matéria **SISTEMAS NÃO-JUDICIAIS DE COMPOSIÇÃO DE LITÍGIOS**. No Brasil, desde 1996, o caminho dos tribunais não é o único na resolução dos conflitos. É que a Lei federal 9.307/96 instituiu a Mediação e a Arbitragem como uma alternativa de justiça, ou seja, como um **SISTEMA NÃO-JUDICIAL DE COMPOSIÇÃO de LITÍGIO**, para fugir da lentidão do Judiciário. Já é realidade no Direito brasileiro a disseminação desta nova cultura que, por meio do diálogo – sistema não-judicial – auxilia a resolução de litígios de uma forma eficaz e adequada. A lei federal é reconhecida e considerada uma alternativa mais próxima do cidadão e das empresas brasileiras para dirimir seus conflitos.

“Art. 1º. As pessoas capazes de contratar poderão valer-se da arbitragem para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis.” Não há, portanto, que se falar em SISTEMAS NÃO-JUDICIAIS DE COMPOSIÇÃO DE LITÍGIOS sem se referir à Lei 9.307/96, perfeitamente contemplada no conteúdo supramencionado, uma vez que, no Brasil, não outra legislação que trate do assunto.

Por este motivo, o recurso DEVE SER INDEFERIDO.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

QUESTÃO:

94) À polícia civil, dirigida por Delegado de Polícia de carreira, incumbe, ressalvada a competência da União, a função de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, salvo as militares.

(ALVES, Wilson R. Respons. Civil do E., 2001, p. 346)

Considere o texto, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta**.

- I** *O Estado responde e presta indenização diante da morte de vítima baleada por Delegado em atividade de perseguição, no exercício de sua função.*
- II** *Não alegada e não comprovada, para elidi-la, a culpa exclusiva da própria vítima para evento danoso causado pelo agente estatal, é certa a responsabilidade civil do Estado de indenizar.*
- III** *Comprovada a relação de causalidade entre a atuação ou a omissão administrativa do Delegado de Polícia e o dano causado a terceiro, configura-se o dever do Estado de indenizar objetivamente o ofendido.*
- IV** *A responsabilidade do Estado por ato omissivo ou comissivo de seus agentes é objetiva, apesar da responsabilidade subjetiva do causador do dano para indenizar, em regresso, a Administração Pública, no caso de dolo ou culpa.*
- V** *A Administração Pública responde civilmente por atos negativos de seus agentes quando, por inércia em atender uma situação, que exigia a presença deles para evitar a ocorrência danosa, o dano sobrevém em decorrência dessa falta.*

A ⇒ Apenas a afirmação V está correta.

B ⇒ **Todas as afirmações estão corretas.**

C ⇒ Apenas I, II e IV estão corretas.

D ⇒ Apenas I, IV e V estão corretas.

E ⇒ Apenas II, III e IV estão corretas.

PARECER:

A Constituição Federal determina que as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável no caso de dolo ou culpa.

“Assim, a responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público e das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público baseia-se no risco administrativo, sendo OBJETIVA. (Moraes, Alexandre de. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas, 2007, p. 357). Essa responsabilidade OBJETIVA exige a ocorrência dos seguintes requisitos: ocorrência do dano; ação ou omissão administrativa; existência de nexos causal entre o dano e a ação ou omissão administrativa e ausência de nexos de causa excludente da responsabilidade estatal”. (SAMPALHO, Rogério Marrone de Castro. Direito Civil: responsabilidade civil. São Paulo: Atlas, 2000, p. 267).

O Supremo Federal, em relação à responsabilidade civil do Poder Público, já se manifestou:

“A teoria do risco administrativo, consagrada em sucessivos documentos constitucionais brasileiros desde a Carta Política de 1946, confere fundamento doutrinário à responsabilidade civil objetiva do Poder Público pelos danos a que os agentes públicos houverem dado causa, por ação ou omissão. Essa concepção teórica, que informa o princípio constitucional da responsabilidade civil objetiva do Estado, faz emergir, da mera ocorrência de ato lesivo causado à vítima pelo Estado, o dever de indenizá-la pelo dano pessoal e/ou patrimonial sofrido, independentemente da culpa dos agentes estatais ou de demonstração de falta do serviço público. Os elementos que compõem a estrutura e delineiam o perfil da responsabilidade civil objetiva do Poder Público compreendem (a) alteridade do dano, (B) a causalidade material entre o *eventus damni* e o comportamento positivo (ação) ou negativo (omissão) do agente público, (c) a oficialidade da atividade causal e lesiva, imputável a agente do Poder Público, que tenha, nessa condição funcional, incidido em conduta comissiva ou omissiva, independentemente da licitude, ou não, do comportamento funcional (RTJ 140/636) e (d) a ausência de causa excludente da responsabilidade estatal (RTJ 55/503) – RTJ 71/99 – RTJ 99/1155 – RTJ 131/417).

Importante registrar, ainda, que, como afirma o próprio recorrente, o preceito constitucional consagrado da RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA DO PODER PÚBLICO vem insculpido no art. 37, parágrafo 6º, da Constituição Federal de 1988.

Quanto à insurgência ao texto da Assertiva II, não há qualquer expressão para concluir a afirmativa de que “A CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA” seja a ÚNICA CAUSA EXCLUDENTE DA RESPONSABILIDADE ESTATAL. Essa interpretação foi apenas uma conclusão unilateral do candidato. Por essas razões, o RECURSO DEVE SER INDEFERIDO.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

QUESTÃO

95) Consoante o que estabelece o Código de Defesa do Consumidor é correto afirmar, exceto:

A ⇒ O juiz não poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei.

B ⇒ Entre os princípios da Política Nacional das Relações de Consumo está o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo.

C ⇒ Nas ações coletivas de que trata o Código de Defesa do Consumidor a sentença fará coisa julgada *erga omnes*, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas.

D ⇒ A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa.

E ⇒ As delegacias de polícia especializadas no atendimento de consumidores vítimas de infrações penais de consumo constituem instrumento para a execução da Política Nacional das Relações de Consumo.

PARECER:

A afirmativa constante na letra **C** da questão encontra-se absolutamente CORRETA, EIS QUE TRANSCREVE, *IPSIS LITTERIS*, a letra da Lei n. 8.078/90 – CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - em seu art. 103, inciso I.

Os próprios recorrentes, em suas alegações, argumentam: “**não são em todas as ações coletivas previstas no CDC que a sentença faz coisa julgada erga omnes**”. Realmente, há outros casos previstos na lei, como o inciso II do art. 103 da Lei, em que a coisa julgada será *ultra partes*.

Como se vê, na confrontação e exame da letra da lei, o enunciado da letra **C** não EXCLUI OUTROS CASOS EM QUE A SENTENÇA FARÁ COISA JULGADA. Portanto, nenhuma razão assiste aos recorrentes, eis que suas próprias alegações VÃO AO ENCONTRO DO QUE ESTÁ DITO na letra C, ao invés de CONTRARIAR A AFIRMATIVA, que não diz que - a sentença fará coisa julgada SOMENTE ERGA OMNES!

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

Associação Catarinense das Fundações Educacionais – ACAFE

CONCURSO PÚBLICO - DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO

EDITAL Nº 001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2014

20 de julho de 2014

PARECERES DOS RECURSOS

DISCIPLINA: CRIMINOLOGIA

QUESTÃO:

96) Quanto ao estatuto da disciplina Criminologia e sua relação com a Política criminal, é **correto** afirmar:

A ⇒ A Criminologia desenvolvida com base no chamado “paradigma etiológico”, de matriz positivista, e a Política criminal dela decorrente, exerceram influência marcante sobre vários níveis do sistema penal brasileiro (legal, doutrinário), exceto na execução penal.

B ⇒ A seletividade do sistema penal significa que a criminalização é desigualmente distribuída entre os vários grupos e classes sociais, apesar da prática de condutas legalmente definidas como crime ocorrer em todos eles e que a Lei, em princípio, é igual e geral para todos, resultando a desigualdade no momento da seleção dos criminosos pela Polícia, Ministério Público e Justiça.

C ⇒ A Criminologia desenvolvida com base no chamado “paradigma da reação ou controle social”, que origina a Criminologia crítica, estuda o sistema penal, incluindo a agência policial, como parte integrante de seu objeto, e conclui que a seletividade estigmatizante é a lógica estrutural de seu funcionamento.

D ⇒ A obra “Dos delitos e das penas” (1764), de Cesar Beccaria, constitui a matriz mais autorizada do nascimento da Criminologia como uma disciplina autodenominada de “ciência” causal-explicativa da criminalidade.

E ⇒ A Criminologia é uma disciplina complexa e plural, pois existem diferentes paradigmas e teorias criminológicas que, desde o século XVII, se desenvolvem no mundo ocidental, inclusive na América Latina e no Brasil. Seu objeto varia de acordo com os diferentes paradigmas. Entretanto, seu método experimental tem permanecido constante.

PARECER:

O enunciado na letra B está correto, exceto na afirmação de que “a Lei, em princípio, é igual e geral para todos”, pois esta afirmação contraria a própria tese da seletividade, contemplada na primeira parte do enunciado. A tese da seletividade (desenvolvida desde o labelling approach à criminologia crítica), partindo da premissa de que o Direito penal é uma **unidade** integrada por programação normativa (Lei) e operacionalização (polícia, ministério público, justiça, prisão); a tese da seletividade significa que a criminalização é desigualmente distribuída **desde** a lei penal, **incluindo** a lei penal (cuja programação normativa realiza a chamada criminalização primária), na qual já se fazem presentes mecanismos de seletividade na definição de condutas como crimes e na definição de penas; mecanismos que pré-selecionam os indivíduos criminalizáveis. No *continuum* da criminalização primária, contida na programação legal, dá-se a criminalização secundária, realizada pelas agências policial, ministerial, judicial e prisional, através de mecanismos de seleção das pessoas às quais se atribuirá a etiqueta de criminosos, culminando com a estigmatização prisional. A tese da seletividade representa, precisamente, a negação do “mito do direito penal igualitário”, ou seja, de que a lei penal é geral e igual para todos. A respeito ver BARATTA, pp 161-167.

O enunciado na letra C está completamente correto. O uso generalizado, na comunidade acadêmica, da denominação “paradigma da reação social” ou “paradigma do controle social” e da consideração dele como matriz originária da chamada Criminologia crítica goza de univocidade científica, ainda que diferentes sejam os desenvolvimentos da Criminologia crítica. E isto porque a Criminologia que se denomina crítica, por oposição à Criminologia tradicional, de origem positivista (e desenvolvida com base no chamado “paradigma etiológico”) é precisamente por se desenvolver a partir do paradigma da reação social, por dentro dele e para além dele e de seus resultados sobre o funcionamento do sistema penal, desenvolvendo-os e amadurecendo-os, ainda que em diferentes direções que incluem centralmente o marxismo, mas também outras. E a tal ponto que a utilização do paradigma da reação social é considerada uma condição necessária (embora não suficiente) para qualificar como crítica uma Criminologia, tanto na obra do italiano Alessandro Baratta quanto na obra do argentino Eugenio Raúl Zaffaroni, dois dos maiores criminólogos do século XX, que imprimem diferentes desenvolvimentos ao paradigma da reação social e apresentam diferentes conceitos de criminologia crítica.

O enunciado na letra D está completamente errado. Ainda que se possa argumentar sobre a existência de um pensamento criminológico ou pré-criminológico, na obra “Dos delitos e das penas” (1764), de Cesar Beccaria, como fizeram, por exemplo, Taylor, Walton & Young (1990, p.25), por nela se conter um debate sobre controle social punitivo e sobre as bases sociais do Direito penal, ao tempo da escritura “Dos delitos e das penas” inexistia a Criminologia como uma disciplina autodenominado de “ciência” causal-explicativa da criminalidade, o que apenas se configura a partir do positivismo do século XIX e se consagra com obras de impacto como “O homem delinquente” do médico italiano Cesare (ou Cesar) Lombroso ou de “Sociologia criminal” de Enrico (ou Enrique) Ferri, publicadas um século depois.

O enunciado na letra E está errado na referência ao século XVII como um marco para o desenvolvimento da Criminologia como uma disciplina. A história dos pensamentos criminológicos é mais ampla que a história da Criminologia enquanto uma disciplina, constituída como um campo específico do saber. A primeira acompanha a história da humanidade, podendo ser contada, por exemplo, desde o século XIII, como o faz Gabriel Anítua; a segunda é um produto do século XIX europeu, no contexto do qual, inclusive, o termo foi criado. Neste sentido Dias e Andrade (1984, p. 5) noticiam que “o termo *Criminologia* terá sido utilizado pela primeira vez, há pouco mais de um século (1879) pelo antropólogo francês Topinard. Foi, por outro lado, em 1885 que ele apareceu como título duma obra científica: a *Criminologia*, de Garofalo.”

O enunciado esta errado, também, na referência “Entretanto, seu método experimental tem permanecido constante”, pois a mudança de paradigmas em criminologia (especialmente a mudança do chamado paradigma etiológico, segundo o qual a Criminologia é caracterizada como uma ciência que estuda as causas da criminalidade, para o paradigma da reação ou controle social, segundo a qual a criminologia estuda as condições da criminalização) é acompanhada por uma mudança de método para a disciplina, em superação ao método experimental, baseado na observação e experimentação das pessoas consideradas criminosas, para a comprovação de estigmas determinantes da criminalidade.

Referências bibliográficas

BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. Introdução à Sociologia do Direito Penal. Rio de Janeiro, Revan, 1997. pp. 159-167 e 209 e seguintes.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Sistemas penales y derechos humanos en America Latina*. Primer Informe. Buenos Aires: Depalma, 1984. p. 142-143

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal*. Tradução por Vânia Romano Pedrosa e Amir Lopez da Conceição. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

TAYLOR, Ian; WALTON Paul; YOUNG, Jock. *La nueva Criminologia*. Contribución a una teoría social de la conducta desviada. Tradução por Adolfo Crosa. Buenos Aires: Amorrortu, 1990.)

LOMBROSO, Cesare. *O homem criminoso*. Tradução por Maria Carlota Carvalho Gomes. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1983.

FERRI, Enrico. *Sociología Criminal*. Tradução Soneli M. Melloni Farina. Sorocaba: São Paulo, Minelli:2006

ANITUA, Gabriel Ignácio. *História dos pensamentos criminológicos*. Tradução por Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan/Instituto Carioca de Criminologia, 2008. Pensamento Criminológico n.º 15. DIAS, Jorge de Figueiredo; ANDRADE, Manuel da Costa. *Criminologia: o homem delinqüente e a sociedade criminógena*. Coimbra: Coimbra, 1984.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO:

97) São referências de teorias penais e criminológicas latino-americanas e brasileiras que tiveram grande repercussão entre os anos 60 a 80 do século XX:

A ⇒A Criminologia dialética desenvolvida pelos brasileiros Roberto Lyra (pai) e Roberto Lyra Filho.

B ⇒Criminologia da Liberação desenvolvida em colaboração pelas Venezuelanas Lola Aniyar de Castro e Rosa Del Olmo.

C ⇒A Sociologia do controle penal desenvolvida conjuntamente pelo argentino Roberto Bergalli e pelo chileno Eduardo Novoa Monreal.

D ⇒O Realismo jurídico-penal marginal, a partir do ponto de vista de uma região marginal do poder planetário, desenvolvido pelo argentino Eugenio Raúl Zaffaroni.

E ⇒A Criminologia radical desenvolvida pelo brasileiro Juarez Cirino dos Santos e As matrizes Ibéricas do Direito Penal brasileiro, desenvolvida conjuntamente pelos brasileiros Nilo Batista e Vera Malaguti W. de Souza Batista.

PARECER:

Houve um erro de digitação no enunciado na questão D. A redação correta é “O Realismo jurídico-penal.” Entretanto, por se tratar de um erro que incide sobre uma palavra absolutamente corriqueira no mundo jurídico, e de fácil compreensão mesmo com o erro, não se apresenta com a potencialidade de gerar a incompreensão da totalidade do enunciado. Não se reveste, portanto, de vício grave apto a gerar a nulidade da respectiva questão.

O enunciado na questão A está errado. A Criminologia dialética é uma teoria desenvolvida unicamente por Roberto Lyra Filho e existem publicações de sua autoria com a denominação como “Criminologia e Dialética: Estudo Comemorativo do Bicentenário de Hegel” (Revista de Direito Penal, Rio de Janeiro, fascículo 1, jan./mar, e fascículo 2, abr./jun., 1971) e “Criminologia Dialética” (Rio de Janeiro: Borsoi, 1972).

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO:

98) Sobre as Teorias e Funções da pena é **correto** afirmar:

A ⇒ A LEP --Lei de Execução Penal brasileira adota a teoria da readaptação social dos condenados como função declarada da pena de prisão, uma teoria da pena e política criminal proveniente da criminologia crítica.

B ⇒ **As penas constitucionalmente permitidas no Brasil são: privação ou restrição da liberdade, perda de bens, multa, prestação social alternativa, e suspensão ou interdição de direitos.**

C ⇒ O código penal brasileiro vigente adota um sistema dualista quanto às teorias da pena, baseado na combinatória de retribuição e prevenção (geral e especial).

D ⇒ A criminologia crítica analisa as funções da pena a partir de distinções como funções declaradas e funções latentes, funções simbólicas e funções instrumentais da pena. Entre as funções instrumentais encontra-se a função de reprodução das desigualdades sociais no capitalismo.

E ⇒ As teorias da pena podem ser agrupadas em teorias legitimadoras e deslegitimadoras do poder de punir. Entre as primeiras encontram-se as teorias absolutas da retribuição e as teorias relativas da prevenção, com suas subclassificações internas. Entre as segundas encontram-se as teorias minimalistas-garantistas e abolicionistas.

PARECER:

A questão B está errada (e é a única errada) porque o enunciado enumera de forma taxativa (e não exemplificativa, caso em que a questão estaria correta) as penas constitucionalmente admitidas no Brasil e o faz de forma incompleta. Entre as penas constitucionalmente permitidas no Brasil encontra-se também a pena de morte, em tempo de guerra, nos termos do Art. 5º, XLVII da Constituição Federal brasileira:

“Não haverá penas:

a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX”;

Houve um erro na elaboração da questão “98” que a macula de nulidade, a saber, um equívoco no emprego do critério, que foi invertido. Em vez de quatro questões erradas e apenas uma correta a banca equivocou-se, elaborando uma questão errada (B) e quatro questões corretas (A , C, D e E). Cabe razão, portanto, aos recursos que sustentam estar corretos os enunciados nas questões A C D e E.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Anular a questão.

=====

QUESTÃO:

99) Sobre o sistema penitenciário brasileiro, de acordo com as últimas estatísticas realizadas pelo Ministério da Justiça - CNPCP (Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária) através do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN)/ Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (InfoPen) no ano de 2013, é **correto** afirmar:

A ⇒ Os crimes contra a pessoa (homicídio qualificado e simples, sequestro e cárcere privado) constituem aproximadamente 40% do total da população prisional brasileira, totalizando prisões provisórias e definitivas.

B ⇒ **A população prisional brasileira é constituída, em sua esmagadora maioria, por homens, adultos jovens (predomina a faixa etária de 18 a 24 anos) e pobres. A clientela feminina, constituída também de mulheres adultas jovens e pobres cresce progressivamente, sobretudo em virtude da criminalização feminina pelo crime de tráfico de drogas.**

C ⇒ A população prisional brasileira hoje, totalizando prisões provisórias e definitivas, está entre as 3 (três) maiores no mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos da América e a China.

D ⇒ Os crimes contra o patrimônio (principalmente roubo qualificado e simples, furto qualificado e simples, extorsão mediante sequestro, extorsão e latrocínio) constituem aproximadamente 25% e o crime de tráfico ilícito de entorpecente incluído o tráfico internacional (Art. 33 da Lei 11.343/06) constitui aproximadamente 25% do total da população prisional brasileira, totalizando prisões provisórias e definitivas.

E ⇒ A população prisional brasileira hoje, totalizando prisões provisórias e definitivas, presos cumprindo pena em estabelecimentos prisionais e delegacia de polícia é de 400.000 presos aproximadamente.

PARECER:

A matéria objeto da questão de número 99 encontra-se inteiramente contida no Programa de Criminologia da prova de concurso de Delegado de Polícia Substituto da Polícia Civil de Santa Catarina, oriundo da publicação do edital EDITAL N. 001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2014, sob vários tópicos, a saber:

A prisão como pena hegemônica.

Os problemas relacionados à prisão (superlotação).

A situação carcerária brasileira e catarinense (população carcerária e localização dos estabelecimentos prisionais).

As estatísticas prisionais oficiais, que vem sendo realizadas pelo Ministério da Justiça no Brasil aproximadamente desde o ano de 1994 representam um dos mais importantes instrumentos para o conhecimento do sistema penitenciário ou prisional brasileiro (super) população, perfil da clientela e condutas criminalizadas, custos, problemas e desafios, constituindo-se em fonte indispensável de pesquisa sobre a matéria. Estatísticas não constituem um tópico, que tenha que constar expressamente em edital, mas uma fonte de estudo e pesquisa sobre os tópicos, como o é a teoria, a jurisprudência ou outra.

A questão de número 99 especifica um objeto (o sistema penal brasileiro), uma fonte (estatísticas do Ministério da Justiça – CNPCP - Infopen) e um período de tempo (2013).

Consequentemente, a resposta deverá ser dada com base neste objeto- fonte- período de tempo.

As estatísticas do Ministério da Justiça constituem uma fonte específica elaborada com critérios próprios. De acordo com esta fonte, o enunciado na questão C está errado..

A população prisional brasileira segundo as “últimas estatísticas” do INFOPEN, que são as realizadas e divulgadas no seu site em 2013, totalizando prisões provisórias e definitivas, é de aproximadamente 574.027, o que situa o Brasil em **quarto lugar** no ranking mundial, no qual pontea os Estados Unidos da América, seguido da China e da Rússia.

Absolutamente inapropriado invocar-se outra fonte para responder à questão, como o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pois as estatísticas por ele realizadas e ora publicadas no Brasil (2014), de forma inédita e não menos importante são realizadas com critérios diferentes daqueles utilizados pelo Ministério da Justiça, vez quem para contabilizar a população prisional brasileira incluiu as penas domiciliares, das quais não se cogita no enunciado da questão 99. Esta introdução inovadora, segundo argumenta o CNJ, vem a alterar a totalidade numérica de presos no Brasil, elevando-o à terceira posição no ranking mundial.

A prevalecer o argumento de interpretar a questão de número 99 sob o crivo de **outra** fonte, qualquer outra fonte poderia ser invocada (como dados da anistia internacional ou da ONU) para alterar o gabarito, e de fato poderia alterá-lo.

A invocação da expressão **hoje** contida no enunciado da letra C, não autoriza, em absoluto, à distorção do enunciado ao ponto de nele incluir-se outra fonte (o CNJ, que realizou estatísticas em 2014), a critério do candidato. A expressão **hoje** deve ser interpretada no contexto do enunciado inteiro: ela refere-se, ainda, à vigência das **últimas estatísticas** realizadas no ano de 2013 pelo Ministério da Justiça, considerando-se que sua validade (estatística) estender-se-á até a publicação oficial das próximas estatísticas.

Validade estatística e validade temporal não coincidem matematicamente. Os dados do sistema prisional estão diária e dinamicamente se modificando, de modo que, os dados do **dia de amanhã** não serão mais os mesmos do **dia de hoje**, o que, levado ao limite da temporalidade, implicaria a necessidade de realizar estatísticas diariamente.

Por último, eventual problema técnico experienciado no acesso ao site do INFOPEN não se apresenta de molde a invalidar a existência e a publicidade já conferida aos dados da presente questão, no referido site; até porque, tal publicidade costuma ser acompanhada de ampla divulgação na mídia nacional, razão pela qual causa espécie o seu desconhecimento.

Em anexo, comprovação do acesso ao site do INFOPEN (na data de 1º/05/2012) e às estatísticas nele publicadas (dez-2012 a junho-) que embasaram a elaboração da presente questão.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

POPULAÇÃO PRISIONAL BRASILEIRA – JUN/2013

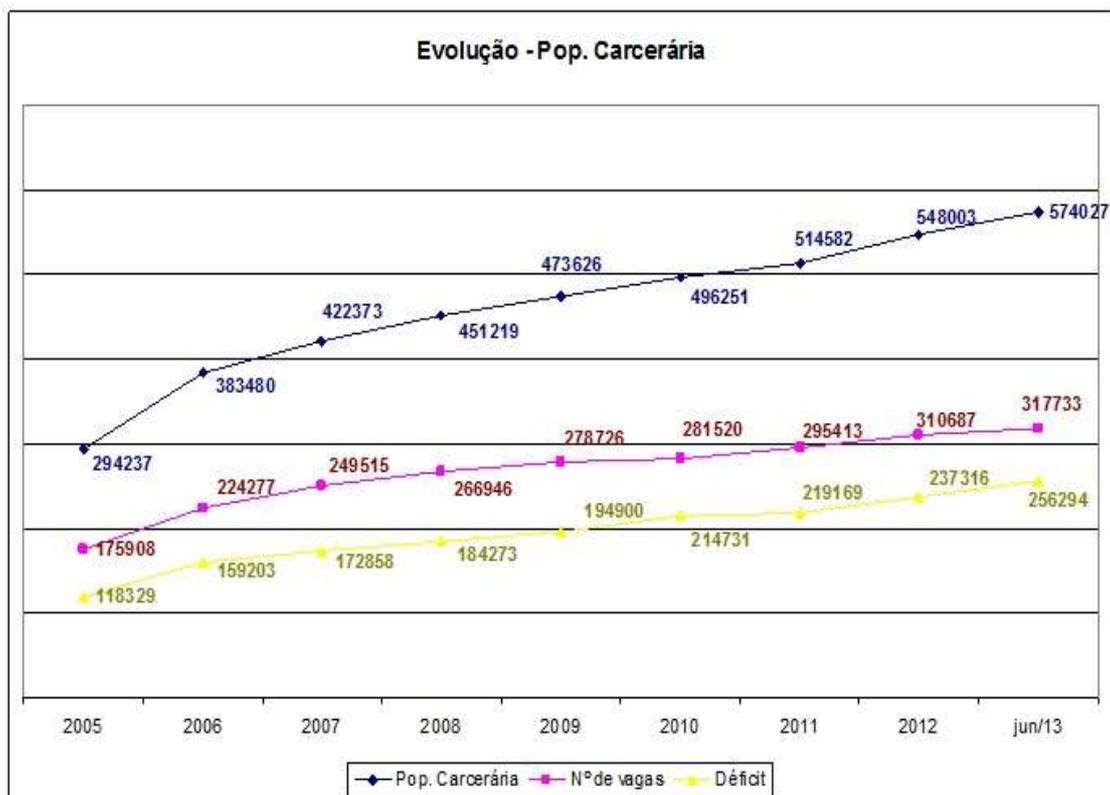
Fonte: InfoPen.

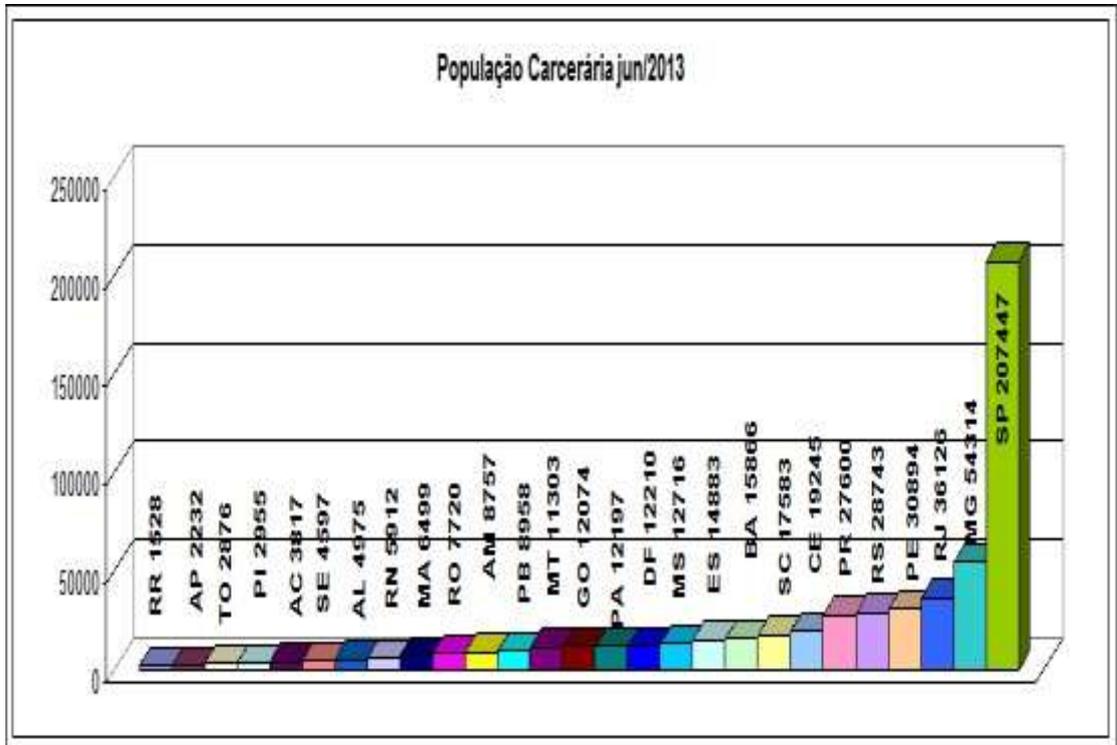
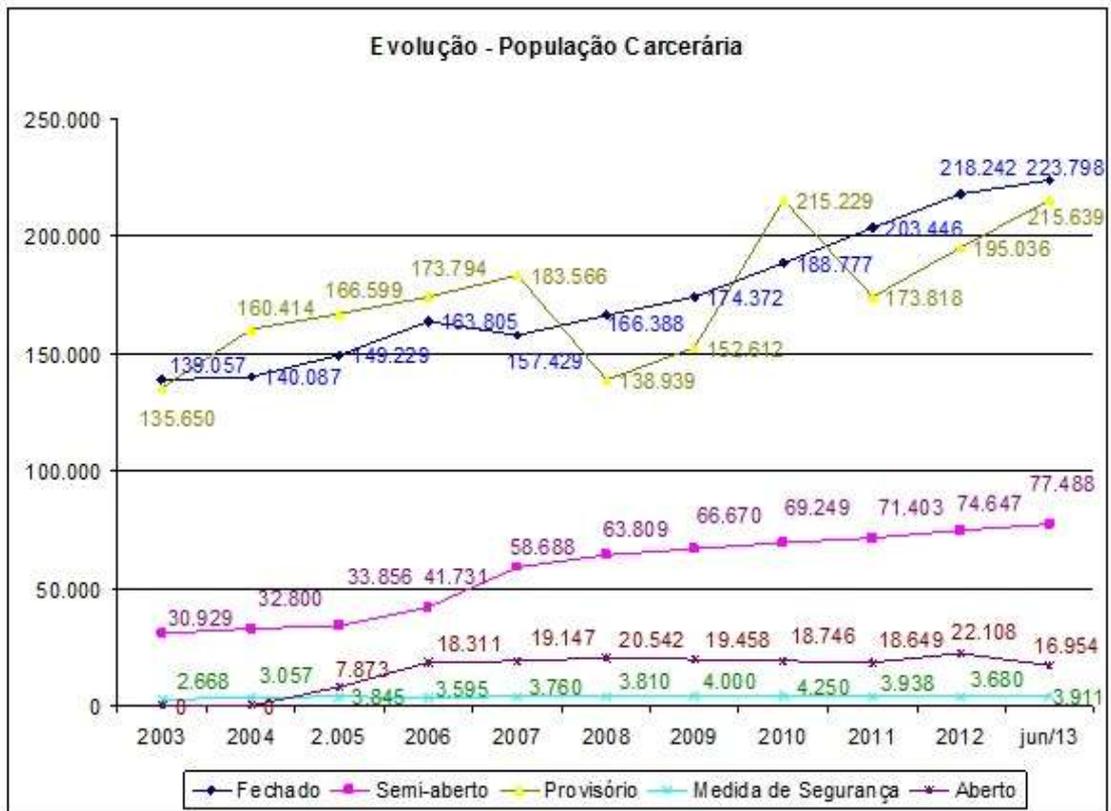
Disponível em:

<http://portal.mj.gov.br/PRONASCI/main.asp?ViewID={D574E9CE-3C7D-437A-A5B6-22166AD2E896}¶ms=itemID={28F66113-72A7-4939-B136-20568ADC9773}&UIPartUID={2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26}>

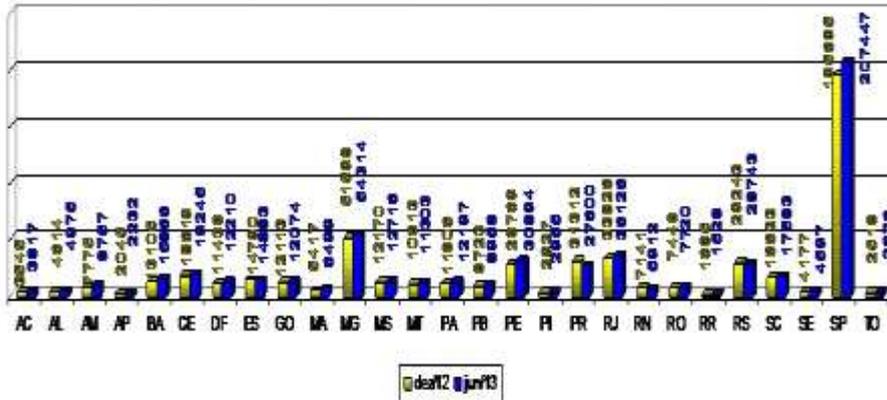
Ultimo acesso em: 15 de abril de 2014.

*“Atualmente a população carcerária brasileira gira em torno de mais de **574.027** presos abrigados em **1.482** estabelecimentos cadastrados entre penitenciárias (470), colônias agrícolas e industriais (73), casas de albergado (65), cadeias públicas (826), hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico (32) e patronato (16). Desses, **537.790** encontram-se submetidos ao Sistema Penitenciário e **36.237** estão encarcerados nas Delegacias de Polícia. No país, temos um total de **317.733** vagas nas Secretarias de Administração Penitenciária registrando, portanto um **déficit** de vagas na ordem de **256.294**. Percebe-se um aumento de 4,66% (24.292 presos) na população carcerária brasileira, já que em dezembro de 2012 havia registro de cerca de 549.735.”*

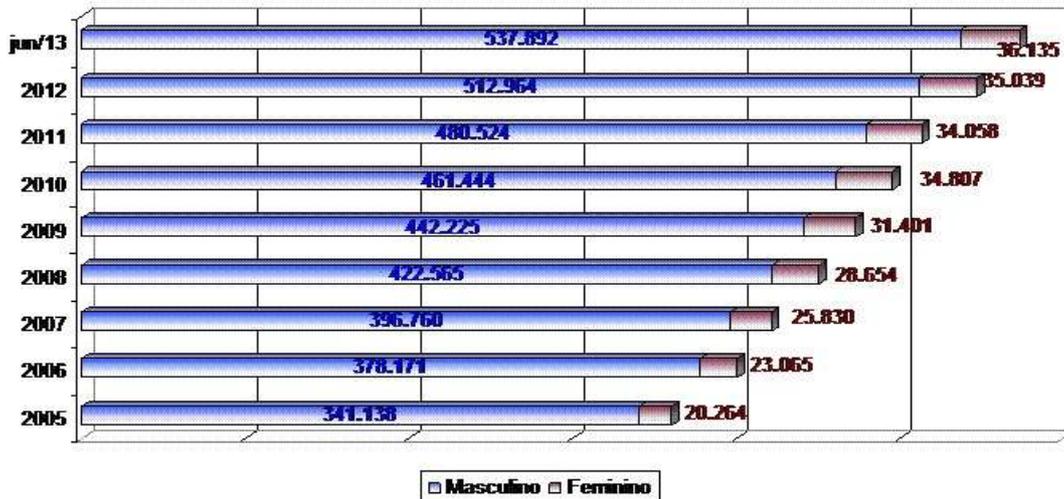


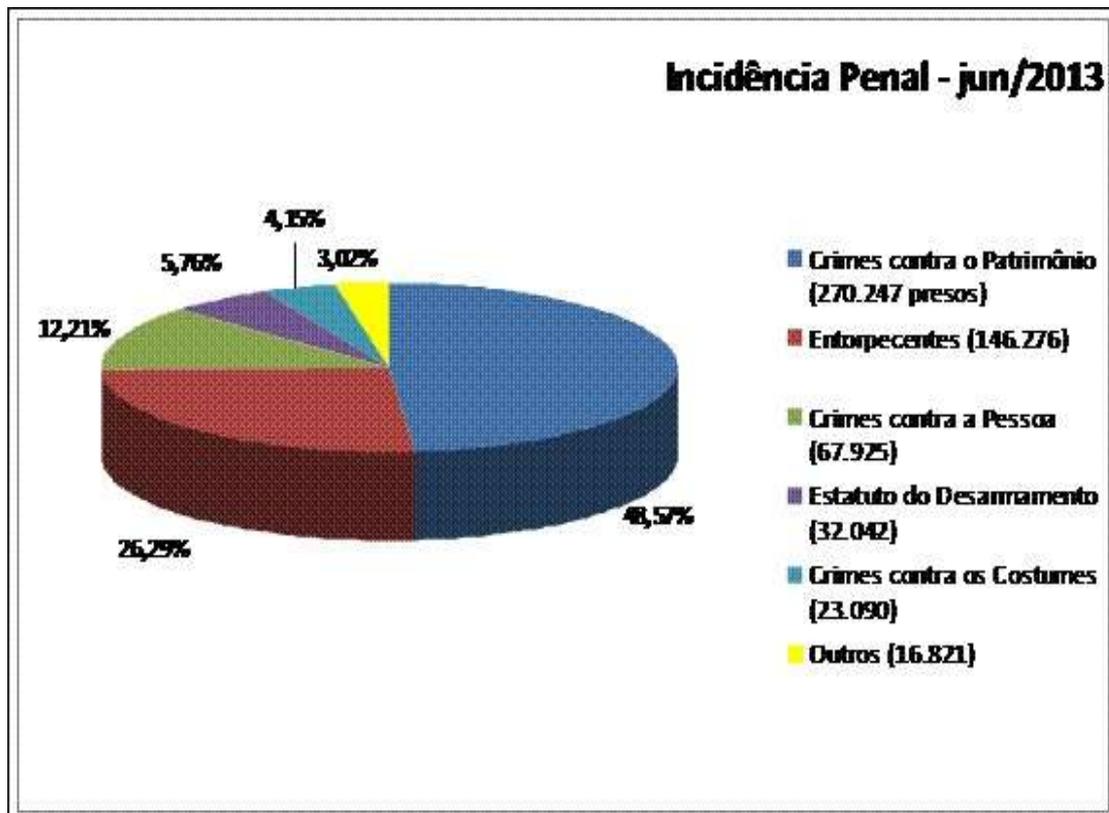
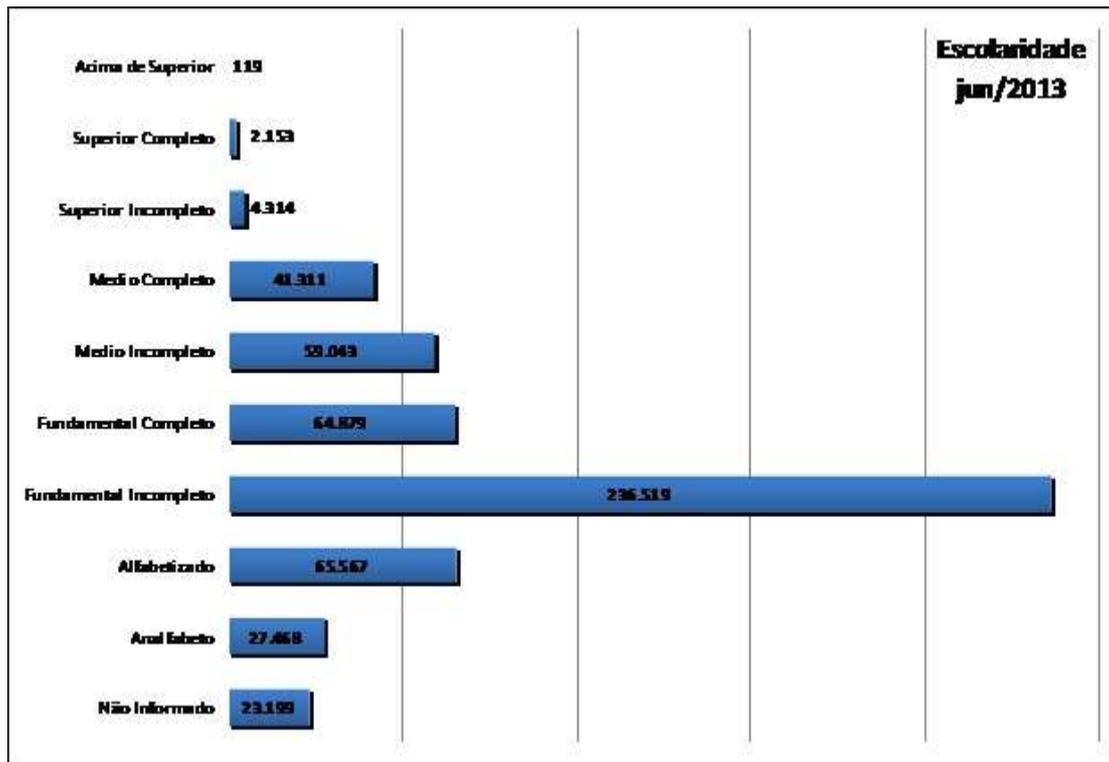


População Carcerária (dez12/jun13)



Evolução População Carcerária (Gênero) - jun/2013





QUESTÃO:

100) De acordo com a Constituição Federal de 1988, a Lei de Drogas (Lei nº 11.343/06) e a Lei dos crimes hediondos (Lei nº 8.072/90) no Brasil é **correto** afirmar:

A ⇒ O tráfico ilícito de entorpecentes está entre as condutas mais criminalizadas pelo sistema penal brasileiro, conforme estatísticas oficiais da clientela prisional realizadas pelo Ministério da Justiça em 2013.

B ⇒ O tráfico ilícito de entorpecentes é crime hediondo punido com pena de reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos.

C ⇒ O tráfico ilícito de entorpecentes é crime insuscetível de anistia, graça e indulto, mas suscetível de fiança.

D ⇒ O porte de drogas para consumo pessoal é tipificado no artigo 28 da lei de drogas mas não é mais punido com pena de prisão nem submetido à prisão em flagrante, mas à medida de internação compulsória.

E ⇒ Divide-se a doutrina sobre a natureza jurídica da atual redação do artigo 28 da lei de drogas: a) o porte de drogas para consumo próprio foi descriminalizado, não sendo mais considerado crime; b) foi despenalizado; c) foi descarcerizado e d) é inconstitucional. A posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal é a da letra "a".

PARECER:

A matéria objeto da questão de número 99 é o Direito Penal e a criminalização das drogas no Brasil e, portanto, encontra-se inteiramente contida no Programa de **Criminologia** da prova de concurso de Delegado de Polícia Substituto da Polícia Civil de Santa Catarina, oriundo da publicação do EDITAL N. 001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2014, sob os tópicos: **Criminologia e Política Criminal. Direito penal.**

Problemas atuais de Política Criminal: drogas.

O conceito de Direito Penal, seja sob a perspectiva dogmática (ou técnico-jurídica), seja sob a perspectiva criminológica tem como elemento definatório nuclear o conjunto de normas penais vigentes, por tais compreendidas tanto as que definem crimes e penas, quanto as que definem regras gerais ou princípios para a aplicação de crimes e penas; o que inclui, por óbvio, a Constituição, por nela estar contida toda a principiologia, os princípios penais fundamentais. A totalidade da legislação com recorte criminopenal é o objeto do Direito Penal e também o objeto com que trabalham as Criminologias, sejam desenvolvidas sob que paradigma for: a Criminologia tradicional para a definição da criminalidade, a Criminologia da reação social e crítica para a definição da criminalização. Desnecessário, portanto explicitar a totalidade da legislação penal e penal constitucional existente no Brasil, porque os estudos do Direito Penal, da Criminologia e da Política Criminal exigem necessariamente o seu conhecimento. Como se não bastasse, o editalício inclui no Programa de Criminologia, como tema genérico de Política criminal, as **drogas**, com cuja inclusão o conhecimento dos princípios e da política criminal constitucional de drogas ascende a objeto de estudo integrado no programa de Criminologia. E o recurso às estatísticas, uma vez mais como fonte de conhecimento auxiliar do conhecimento sobre a criminalização primária (realizada pela Lei constitucional e penal) e secundária (realizada pelas agências do sistema penal), tal qual a doutrina e a jurisprudência (constantes das letra E da questão nº 100), integra ainda legitimamente o objeto da Política criminal de drogas. As estatísticas da criminalização constituem um instrumento primordial para a construção de políticas criminais.

O conhecimento da Lei penal e da Lei constitucional penal é, por último, a matéria-prima elementar sobre a qual trabalha o profissional do Direito, em qualquer função.

Referências bibliográficas

CARVALHO, Salo de. **A Política Criminal de Drogas no Brasil**: estudo criminológico e dogmático da Lei 11.343/06. 5ª edição ampliada e atualizada. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

Associação Catarinense das Fundações Educacionais – ACAFE

CONCURSO PÚBLICO - DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO

EDITAL Nº 001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2014

20 de julho de 2014

PARECERES DOS RECURSOS

DISCIPLINA: MEDICINA LEGAL

QUESTÃO:

102) Assinale a alternativa **correta**.

A⇒ A esganadura apresenta sulco de profundidade uniforme, em sentido horizontal e sem interrupção.

B⇒ O estrangulamento apresenta sinais de equimose e escoriações nos dois lados do pescoço.

C⇒ O enforcamento apresenta, na maioria das vezes, sulco único, situado na posição posterior do pescoço, com direção oblíqua e descontínua, interrompendo-se na parte superior, nas proximidades do nó.

D⇒ O enforcamento apresenta, na maioria das vezes, sulco múltiplos de profundidade uniforme e sem interrupção.

E⇒ O estrangulamento apresenta sulco na posição posterior do pescoço, de profundidade uniforme e interrupção na parte superior, nas proximidades do nó.

PARECER:

O gabarito preliminar, equivocadamente, considerou como correta a assertiva da letra “**C**”: “O enforcamento apresenta, na maioria das vezes, sulco único, situado na posição posterior do pescoço, com direção oblíqua e descontínua, interrompendo-se na parte superior, nas proximidades do nó”. No entanto, esta não está de acordo com a melhor doutrina, visto que, segundo os consagrados doutrinadores de medicina legal, Genival Veloso França, Roberto Blanco, Delton Croce e Delton Croce Jr, apontam que nos enforcamentos o sulco situa-se na parte anterior do pescoço e não na parte posterior conforme aponta a alternativa.

No entanto, a **assertiva correta é a alternativa “B”**, a medida em que o estrangulamento apresenta sinais de equimose e escoriações nos dois lados do pescoço, uma vez que, segundo França, dentre os sinais externos da face o do pescoço temos: “Equimoses de pequena dimensão na face, nas conjuntivas, pescoço e face anterior do tórax”. (FRANÇA, Genival Veloso de. *Medicina Legal*, 9º. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013, p. 155.)

O estrangulamento apresenta sinais nos dois lados do pescoço, pois o laço é contínuo, sem qualquer interrupção, fazendo com que a profundidade das lesões seja uniforme em toda a região cervical. (GRECO, Rogério. *Medicina Legal à Luz do Direito Penal e Processo Penal*. 9ª ed. Niterói: Editora Impetus, 2010, p. 100)

Embora o estrangulamento geralmente se dê com a constrição no pescoço por um laço acionado por uma força estranha, é comum encontrarmos o estrangulamento através da constrição do pescoço, pela ação do braço e antebraço sobre a laringe (“golpe gravata”). Pode ainda ocorrer o estrangulamento pela pressão de um objeto duro, como o cassetete, bastão sobre o pescoço e, neste caso, a perícia encontrará: “significativas lesões externas (equimoses e escoriações) e lesões internas (infiltrações hemorrágicas dos tecidos moles e muito comumente fraturas dos anéis da traqueia e da laringe)”. (FRANÇA, Genival Veloso de. *Medicina Legal*, 9º. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013, p. 157.) Neste caso, o renomado doutrinador Genival Veloso França, esclarece que os sinais de tal estrangulamento, não são tão evidentes quanto os deixados pelo laço do enforcamento e estrangulamento ou pelos dedos na esganadura.

PARECER COMPLEMENTAR:

“A questão de número 102, na disciplina de Medicina Legal, determinou em seu comando que o candidato assinalasse a alternativa correta dentre as opções disponíveis.

Num primeiro momento a banca considerou como correta a questão de letra “c”, após o que, frente a recursos, alterou o entendimento e trouxe apenas a letra “b” como correta, disso fundamentando o entendimento em doutrinas.

Não obstante a considerável doutrina apresentada no parecer, a qual afasta a correção da letra “c”, ou seja, tornando-a incorreta, não há como se reconhecer a letra “b” como correta.

Veja-se que o enunciado da letra “b” é taxativo, ou seja, ali não foram inseridas quaisquer hipóteses de exceção, razão pela qual, na forma em que está redigido, conduz a uma única premissa, qual seja: que o enforcamento SEMPRE apresenta sinais de equimose e escoriações nos dois lados do pescoço.

Todavia, com o devido respeito ao entendimento da Banca Elaboradora, essa taxatividade da premissa não encontra ressonância na literatura nacional ou estrangeira.

Ademais, a justificativa para alteração do gabarito confunde lesões externas eventualmente encontradas na vítima de estrangulamento com o sulco do estrangulamento. Este equívoco fica claro ao se ler a justificativa para mudança de gabarito. Genival Veloso de França em nenhum momento afirma que há equimoses e escoriações nos dois lados do pescoço de um estrangulado: “Equimoses de pequena dimensão na face, nas conjuntivas, pescoço e face anterior do tórax” (in verbis) são lesões que podem ocorrer no estrangulado. É o sulco que ocorre no pescoço e, claro, aparece nos dois lados deste segmento. Sulco, equimoses e escoriações são lesões absolutamente diferentes.

Ainda no contexto da literatura especializada, o ilustre professor Hygino de Carvalho Hércules, em sua obra “Medicina Legal Texto e Atlas” (Ed. Atheneu, 2008, Rio de Janeiro) é claro em fls. 499 que: “Não é raro que se encontrem lesões de defesa, sinais de contenção e alterações da roupa que indiquem luta.” (grifamos: Não é raro não significa, de forma alguma, sempre).

Segue o mesmo autor em fls. 500: “A presença de escoriações em forma de estigmas ungueais ou de pequenas faixas paralelas e no sentido longitudinal no pescoço pode indicar tentativa da vítima de puxar e se livrar do laço”. Por certo, a vítima surpreendida por agressor preparado, muito superior fisicamente, muitas vezes não terá tempo de resistir e produzir as lesões citadas no pescoço.

O conhecido e mundialmente respeitado tratado de medicina legal “Encyclopedia of Forensic and Legal Medicine” (Ed. Elsevier, 2005, Londres), escrito por centenas de renomados profissionais, confirma nossa afirmação de que equimoses e escoriações podem e não necessariamente são encontrados em casos de estrangulamento. Em fls. 153: “If the survivor was aware of the attack at the time (i.e., was conscious or not intoxicated through drugs and alcohol) there is the likelihood that signs of a struggle have taken place with the possibility of bruising, scratching, and other signs of struggle on both victim and assailant”. Em tradução livre, grifamos: “Se o sobrevivente estava ciente do ataque (ou seja, estava consciente ou não intoxicado por drogas e álcool), existe a probabilidade de que sinais de luta sejam observados em ambos, vítima e agressor: contusões, arranhões e outros sinais de luta.

Serafettin e colaboradores publicaram na respeitada revista americana “American Journal of Forensic Medicine and Pathology” (volume 30, número 4, dezembro 2009, fls. 369) interessante relato de três casos de suicídio por estrangulamento. Em uma das descrições são claros ao relatar a ausência de achados externos no pescoço da vítima além, claro, do laço: *External examination of the body showed that rigor mortis was present and advanced, and hypostasis was very clear, dark-purple, and localized to the back. Autopsy showed the common signs of death resulting from asphyxia, including fluid blood, congestion of the vessels of the neck, and petechial hemorrhages; no traumatic lesions were visualized and the laryngo-hyoid complex was intact; the toxicological analysis was negative*. Em tradução livre, grifamos: “O exame externo do corpo mostrou que o rigor mortis estava presente e avançado e os livores de hipóstase eram muito evidentes, roxoescuros e localizados no dorso. A necropsia revelou os sinais comuns de morte resultante de asfixia incluindo o sangue fluido, congestão dos vasos do pescoço e petéquias; nenhuma lesão traumática foi visualizada e o complexo laringohióideo estava intacto; a análise toxicológica foi negativa”.

DECISÃO DA ACAFE MEDIANTE RECOMENDAÇÃO DA COMISSÃO DO CONCURSO PÚBLICO DA POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA: Anular a questão.

=====

QUESTÃO:

103) O deslocamento de dois ossos, cuja superfície de articulação deixa de manter sua relação de contato, é denominado:

- A⇒ escoriação.
- B⇒ entorse.
- C⇒ luxação.
- D⇒ rubefação.
- E⇒ fratura.

PARECER:

A questão está correta e deve ser mantida uma vez que, a melhor doutrina de Medicina Legal traz o seguinte conceito para a lesão contundente:

Luxação - “Luxações. São caracterizadas pelo deslocamento de dois ossos, cujas superfícies de articulação deixam de manter suas relações de contato que lhe são comuns. São denominadas completas, quando as superfícies de contato se afastam totalmente, e incompletas, quando a perda de contato das superfícies articulares é parcial”. (FRANÇA, Genival Veloso de. *Medicina Legal*, 9º.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013, p. 95.)

Importante ressaltar que a referida conceituação não se encaixa em nenhuma das outras alternativas apresentadas, uma vez que:

Escoriação – “Escoriar é desepitelizar a derme papilar”. (CROQUE, Delton; CROQUE Jr, Delton. *Manual de Medicina Legal*. 8ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 304).

Entorse – “Entorsesão lesões articulares provocadas por movimentos exagerados do osso que compõe uma articulação, incidindo apenas sobre os ligamentos”.(FRANÇA, Genival Veloso de. *Medicina Legal*, 9º. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013, p. 95.) Ainda, os autores Croque e Croque Júnior mencionam que: “Consiste, então, a entorse na ruptura dos ligamentos conseqüente do afastamento brusco das superfícies articulares sem luxações e quando sujeito à ação violenta e indireta do agente vulnerante”.(CROQUE, Delton; CROQUE Jr, Delton. *Manual de Medicina Legal*. 8ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 322).

Rubefação – “A rubefação caracteriza-se pela congestão repentina e momentânea de uma região do corpo atingida pelo traumatismo, evidenciado por uma mancha avermelhada...” (FRANÇA, Genival Veloso de. *Medicina Legal*, 9º. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013, p. 89.)

Fratura - “São produzidas quando a força vulnerante vence a resistência e elasticidade do osso, por compressão, distensão, flexão, torção e contragolpe”. (CROQUE, Delton; CROQUE Jr, Delton. *Manual de Medicina Legal*. 8ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 318).

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO:

105) Com relação ao processo de putrefação do corpo humano, analise as afirmações a seguir.

- I** *Durante a fase denominada cromática, ocorre o sinal mais precoce da putrefação que se caracteriza pela formação de uma mancha verde, comumente iniciada na fossa ilíaca direita e que se difunde por todo abdome.*
- II** *O período coliquativo, último da decomposição pela putrefação, manifesta-se com a dissolução pútrida das partes moles e dos ossos, devido à ação de bactérias e da fauna necrófaga.*
- III** *É na fase da esqueletização que a fauna cadavérica e o meio ambiente destroem os resíduos tissulares, expondo os ossos que ficam presos apenas por alguns ligamentos. Este período varia de 3 a 5 anos.*
- IV** *A fase gasosa se dá com o surgimento dos gases de putrefação, formando flictenas na epiderme, contendo líquido hemoglobínico*

Assinale a alternativa **correta**.

A⇒ Apenas I, II e III estão corretas.

B⇒ **Apenas I, III e IV estão corretas.**

C⇒ Apenas II e IV estão corretas.

D⇒ Apenas III e IV estão corretas.

E⇒ Todas as afirmações estão corretas.

PARECER:

Manter a questão e o gabarito conforme divulgado, pelos seguintes fundamentos:

A putrefação é uma forma de transformação do cadáver destrutivo, que se inicia pela ação de micróbios, na porção inicial do intestino grosso e que, por guardarem relação de contiguidade com a parede abdominal da fossa ilíaca direita, determina nesta região o primeiro aparecimento da mancha verde abdominal. (CROQUE, Delton; CROQUE Jr, Delton. *Manual de Medicina Legal*. 8ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 472 e 473).

A putrefação, embora não siga uma cronologia rigorosa, uma vez que dependerá de fatores intrínsecos e extrínsecos, se faz em quatro períodos: 1º Período de coloração ou cromático; 2º Período gasosos ou enfisematoso; 3º Período coliquativo ou liquefação; 4º Período de esqueletização.(CROQUE, Delton; CROQUE Jr, Delton. *Manual de Medicina Legal*. 8ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 473).

Renomados doutrinadores, em suas obras, assim escrevem sobre as fases da putrefação:

1º Período de coloração ou cromático – “Inicia-se, em geral, pela mancha verde abdominal, localizada, de preferência, na fossa ilíaca direita. Daí, vai-se difundindo por todo o abdome, pelo tórax, cabeça e pelos membros”. (FRANÇA, Genival Veloso de. *Medicina Legal*, 9º. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013, p. 433.).

2º Período gasosos ou enfisematoso– “Do interior do corpo, vão surgindo os gases de putrefação (enfisema putrefativo), com bolhas na epiderme, de conteúdo líquido hemoglobínico”. (FRANÇA, Genival Veloso de. *Medicina Legal*, 9º. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013, p. 433.) Ou seja, líquido avermelhado pela hemoglobina (Pigmento dos glóbulos vermelhos do sangue).

3º Período coliquativo ou liquefação - “A coliquação é a dissolução pútrida das partes moles do cadáver pela ação conjunta das bactérias e da fauna necrófaga”. (CROQUE, Delton; CROQUE Jr, Delton. *Manual de Medicina Legal*. 8ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 473).

4º Período de esqueletização – “A ação do meio ambiente e dos elementos que surgem no trabalho da desintegração do corpo faz com que a cadáver se apresente com ossos quase livres, presos apenas por alguns ligamentos articulares. [...] Este período vai de 3 a 5 anos. Os ossos resistem por muito tempo, porém vão perdendo, pouco a pouco, sua estrutura habitual, tornando-se cada vez mais frágeis e mais leves”.(FRANÇA, Genival Veloso de. *Medicina Legal*, 9º. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013, p. 435.).

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

Associação Catarinense das Fundações Educacionais – ACAFE

CONCURSO PÚBLICO - DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO

EDITAL Nº 001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2014

20 de julho de 2014

PARECER DOS RECURSOS

DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

QUESTÃO:

106) De acordo com a Lei 6843/86, são infrações disciplinares, puníveis com repreensão, **exceto**:

A⇒ Deixar de saldar dívidas legítimas ou de pagar com regularidade pensões a que deseja obrigado por decisão judicial.

B⇒ Manter relação de amizade ou exibir-se em público, habitualmente, com pessoa de má reputação.

C⇒ **Simular doença para esquivar-se ao cumprimento do dever.**

D⇒ Apresentar-se ao serviço sem estar decentemente trajado e sem condições satisfatórias de higiene pessoal.

E⇒ Demonstrar falta de espírito de cooperação e de solidariedade para com os companheiros de trabalho, em assunto de serviço.

PARECER: O gabarito está em consonância com o previsto expressamente na Lei 6843/86. Art.207.

Art. 207. São infrações disciplinares, puníveis com repreensão:

I - falta de espírito de cooperação e de solidariedade para com os companheiros de trabalho, em assunto de serviço;

I – apresentar-se ao serviço sem estar decentemente trajado e sem condições satisfatórias de higiene pessoal;

III - deixar de saldar dívidas legítimas ou de pagar com regularidade pensões a que deseja obrigado pôr decisão judicial;

IV - manter relação de amizade ou exibir-se em público, habitualmente, com pessoa de má reputação;

V - permutar serviço sem expressa autorização da autoridade competente ou faltar ao serviço para o qual foi escalado;

VI - ingerir bebidas alcólicas, quando em serviço;

VII - deixar, sem justa causa, de submeter-se a inspeção médica, determinada pôr lei ou pôr autoridade competente;

VIII - impontualidade.

Parágrafo único - Em caso de reincidência, as infrações previstas neste artigo, são puníveis com suspensão de ate 30 (trinta) dias.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: **Manter a questão e o gabarito divulgado.**

QUESTÃO:

107) De acordo com a LEI Nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, assinale a alternativa **correta**.

A⇒ **Haverá substituição nos casos de impedimento de ocupante de cargo em comissão ou de função de confiança.**

B⇒ Readaptação é a volta do funcionário ao cargo por ele anteriormente ocupado, em consequência de reintegração decretada em favor de outrem ou, sendo estável, quando inabilitado no estágio probatório em outro cargo efetivo para o qual tenha sido nomeado ou, ainda, quando for declarada indevida a transferência, a promoção por antiguidade e o acesso.

C⇒ A readaptação acarretará decesso ou aumento de remuneração.

D⇒ A readaptação implica em mudança de cargo e não terá prazo certo de duração.

E⇒ O servidor do Poder Executivo que for redistribuído poderá ser mantido sob responsabilidade do órgão central de pessoal, e ter exercício permanente em outro órgão ou entidade, até seu adequado aproveitamento.

PARECER: O gabarito está em consonância com o previsto expressamente na LEI Nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985. Art. 38.

Art. 38 – Haverá substituição nos casos de impedimento de ocupante de cargo em comissão ou de função de confiança.

§ 1º - A substituição será automática ou dependerá de ato da autoridade competente.

§ 2º - A substituição será remunerada pelo cargo do substituído, salvo se automática, neste caso, não excedendo a 10 (dez) dias.

§ 3º - O substituto perderá, durante o tempo da substituição, os vencimentos do seu cargo, salvo no caso de função de confiança ou de opção (art. 92).

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: **Manter a questão e o gabarito divulgado.**

=====

QUESTÃO:

108) De acordo com a Lei n. 12.830, de 20 de junho de 2013, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta**.

- I** O cargo de delegado de polícia é privativo de bacharel em Direito, devendo-lhe ser dispensado o mesmo tratamento protocolar que recebem os magistrados, os membros da Defensoria Pública e do Ministério Público e os advogados.
- II** O indiciamento, privativo do delegado de polícia, dar-se-á por ato fundamentado, mediante análise técnico-jurídica do fato, que deverá indicar a autoria, materialidade e suas circunstâncias.
- III** O inquérito policial ou outro procedimento previsto em lei em curso somente poderá ser avocado ou redistribuído por superior hierárquico, mediante despacho fundamentado, por motivo de interesse público ou nas hipóteses de inobservância dos procedimentos previstos em regulamento da corporação que prejudique a eficácia da investigação.
- IV** Durante a investigação criminal, cabe ao delegado de polícia a requisição de perícia, informações, documentos e dados que interessem à apuração dos fatos.
- V** Ao delegado de polícia, na qualidade de autoridade policial, cabe a condução da investigação criminal por meio de inquérito policial ou outro procedimento previsto em lei, que tem como objetivo a apuração das circunstâncias, da materialidade e da autoria das infrações penais.

A⇒ Apenas IV e V estão corretas.

B⇒ Apenas I, II, III e V estão corretas.

C⇒ Apenas I, II e III estão corretas.

D⇒ Apenas II e III estão corretas.

E⇒ **Todas as afirmações estão corretas.**

PARECER: O gabarito está em consonância com o previsto expressamente na Lei n. 12.830, de 20 de junho de 2013.

Art. 2º, § 6º, Art. 2º, § 4º, Art. 2º, § 2º, e Art. 2º, § 1º.

Lei nº 12.830 de 20 de Junho de 2013

Dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia.

Art. 2o As funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais exercidas pelo delegado de polícia são de natureza jurídica, essenciais e exclusivas de Estado.

§ 1o Ao delegado de polícia, na qualidade de autoridade policial, cabe a condução da investigação criminal por meio de inquérito policial ou outro procedimento previsto em lei, que tem como objetivo a apuração das circunstâncias, da materialidade e da autoria das infrações penais.

§ 2o Durante a investigação criminal, cabe ao delegado de polícia a requisição de perícia, informações, documentos e dados que interessem à apuração dos fatos.

[...]

§ 4o O inquérito policial ou outro procedimento previsto em lei em curso somente poderá ser avocado ou redistribuído por superior hierárquico, mediante despacho fundamentado, por motivo de interesse público ou nas hipóteses de inobservância dos procedimentos previstos em regulamento da corporação que prejudique a eficácia da investigação.

[...]

§ 6o O indiciamento, privativo do delegado de polícia, dar-se-á por ato fundamentado, mediante análise técnico-jurídica do fato, que deverá indicar a autoria, materialidade e suas circunstâncias.

Art. 3º.

Art. 3o O cargo de delegado de polícia é privativo de bacharel em Direito, devendo-lhe ser dispensado o mesmo tratamento protocolar que recebem os magistrados, os membros da Defensoria Pública e do Ministério Público e os advogados.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: **Manter a questão e o gabarito divulgado.**

=====

QUESTÃO:

109) De acordo com a LEI Nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, no que se refere as hipóteses de afastamento e suspensão do exercício de suas atividades, é correto afirmar, **exceto**:

A⇒ O afastamento do funcionário, desde que ocupante de cargo de provimento efetivo, para o exercício de mandato legislativo municipal, só ocorrerá quando a representação deva ser exercida em localidade diversa de sua sede funcional ou por incompatibilidade de horário e limitar-se-á ao período de Sessões da Câmara de Vereadores.

B⇒ **O funcionário estável somente poderá ser posto à disposição para prestar serviços técnicos ou especializados nos planos federal, estadual ou municipal e respectivas autarquias, inclusive entidades paraestatais, sem ônus para o Estado.**

C⇒ O início do exercício e a suspensão do servidor serão registrados no assentamento individual do funcionário.

D⇒ Será concedido ao funcionário período de trânsito, considerado como de exercício, nunca superior a 30 (trinta) dias, para as providências relativas à mudança de local de trabalho e residência.

E⇒ Além das hipóteses legalmente admitidas, o funcionário poderá ser autorizado a afastar-se do exercício, com prazo certo de duração e sem perda de direitos, para a elaboração de trabalho relevante, técnico ou científico.

PARECER: O gabarito está em consonância com o previsto expressamente na LEI Nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985. Art. 18, §1º.

Art. 18 – Além das hipóteses legalmente admitidas, o funcionário poderá ser autorizado a afastar-se do exercício, com prazo certo de duração e sem perda de direitos, para a elaboração de trabalho relevante, técnico ou científico; para a realização de serviço, missão ou estudo, fora de sua sede funcional ou não; para freqüentar curso de pós-graduação; para participar de conclaves considerados de interesse, com ou sem a incumbência de representação; e para representar o Município, o Estado ou o País em competições desportivas oficiais.

§ 1º - O funcionário estável somente poderá ser posto à disposição para prestar serviços técnicos ou especializados nos planos federal, estadual ou municipal e respectivas autarquias, inclusive entidades paraestatais, com ônus para o Estado.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO:

110) De acordo com a LEI Nº 6.843, de 28 de julho de 1986, marque com **V** as afirmações **verdadeiras** e com **F** as **falsas**.

- () *Compete ao Chefe do Poder Executivo prover os cargos públicos da Polícia Civil.*
- () *A posse se dá no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação do ato de nomeação pelo Diário Oficial do Estado. Este prazo pode ser prorrogado, no máximo por mais 30 (trinta) dias, pela autoridade competente para dar posse a requerimento do interessado ou, em caso de doença, enquanto durar o impedimento.*
- () *Ninguém pode ser empossado em cargo de provimento efetivo da Polícia Civil, sem declarar que não exerce outro cargo ou função pública ou sem provar que solicitou exoneração ou dispensa, salvo acumulação legal.*
- () *O exercício do cargo, sob pena de exoneração, tem início no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da posse ou publicação oficial do ato, nos demais casos. O prazo deste artigo pode ser prorrogado por mais 15 (quinze) dias, a requerimento do interessado e a juízo do Superintendente da Polícia Civil.*
- () *O início do exercício e as alterações nele ocorridas são comunicadas pelo Chefe da repartição ou serviço, ao órgão competente registradas em assentamento individual do funcionário.*
- () *A promoção interrompe o exercício, contado, na nova classe, a partir da data da publicação do ato.*
- () *O policial civil pode se ausentar do Estado para estudo apenas sem ônus para os cofres públicos e com autorização expressa ou designação do Superintendente da Polícia Civil.*

A sequência **correta**, de cima para baixo, é:

A⇒ F - F - V - V - F - V - V

B⇒ V - F - F - F - F - V - V

C⇒ V - F - V - F - V - F - V

D⇒ **V - V - V - V - V - F - F**

E⇒ F - V - F - V - F - V - F

PARECER: O gabarito está em consonância com o previsto expressamente na Lei 6.843/86.

Art. 16

Art. 16. Compete ao Chefe do Poder Executivo prover os cargos públicos da Polícia Civil.

Art. 20, §2º.

Art. 20. A posse se dá no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação do ato de nomeação pelo Diário Oficial do Estado.

[...]

§ 2º Ninguém pode ser empossado em cargo de provimento efetivo da Polícia Civil, sem declarar que não exerce outro cargo ou função pública ou sem provar que solicitou exoneração ou dispensa, salvo acumulação legal.

Art. 22, § 1º.

Art. 22. O exercício do cargo, sob pena de exoneração tem início no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da posse ou publicação oficial do ato, nos demais casos.

§ 1º O prazo deste artigo pode ser prorrogado por mais 15 (quinze) dias, a requerimento do interessado e a juízo do Superintendente da Polícia Civil.

Art. 24.

Art. 24. O início do exercício e as alterações nele ocorridas são comunicadas pelo Chefe da repartição ou serviço, ao órgão competente e registradas em assentamento individual do funcionário.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

Associação Catarinense das Fundações Educacionais – ACAFE

CONCURSO PÚBLICO - DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO

EDITAL Nº 001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2014

20 de julho de 2014

PARECERES DOS RECURSOS

DISCIPLINA: LÍNGUA PORTUGUESA

Texto 1

Uma das questões sociais que mais afligem os dias de hoje é a da incapacidade de controlar o uso de drogas ilícitas, e, mais ainda, os baldados esforços para dar um fim, ou minimamente reduzir a níveis socialmente aceitáveis o sinistro sistema criminal que faz essas drogas circularem por todo o mundo, com uma logística de uma eficiência impressionante. É muito comum se dizer que o mercado ilegal das drogas é, atualmente, um dos mais vastos setores da economia mundial; todavia, é apenas uma fatia do sistema de operação da indústria do crime organizado, que funciona em vários setores, utilizando-se de redes e mecanismos semelhantes, para terem aparência de operações limpas e legais. Como os diferentes setores econômicos, mormente os ilegais, se movimentam tanto no mercado formal como no informal e constroem setores legais e ilegais, claro está que facilmente conectam instituições governamentais ao comércio de drogas, penetrando este último nos setores legais da sociedade. Esses setores frequentemente exercem suas atividades na economia formal, mas auferem uma parte considerável de seus lucros a partir das operações do tráfico de drogas e de outros tráficos. Tais atividades são diversificadas uma vez que se concretizam junto com outras ações criminosas, tais como o roubo de determinados bens utilizáveis como moeda de troca na aquisição das drogas. Essas atividades também seguem as redes financeiras para a lavagem do dinheiro oriundo de uma variada gama de atividades ilegais, como a corrupção governamental, o contrabando, o tráfico de armas etc. Isso é muito evidente quando se lança um olhar mais acurado nos negócios realizados pelas redes de bancos, nas companhias que operam no mercado imobiliário, ou nas empresas de transporte, as quais fornecem serviços para os negócios ilegais e as principais ligações para a lavagem do dinheiro sujo. Mas isso não é um mercado aberto a todos. Muito pelo contrário, mesmo aqueles que sempre agiram na ilicitude só serão admitidos em tais segmentos altamente lucrativos se tiverem o beneplácito daqueles cujo status nessas redes criminosas seja o mais elevado. Assim, numa situação de pouco crescimento econômico, um número maior de pessoas pode ser atraída à arriscada indústria do crime e passar a organizar as suas operações de modo a obstruir as ações policiais e o processo judicial, dando vazão ao jogo sujo e necessariamente violento das atividades contra e fora da lei.

TEMPONE, Victor. Disponível em: <http://pontonulonotempo.blogspot.com.br/2012/08/trafico-de-drogas-e-violencia-urbana.html>. Acesso em 21/05/2014.

Fragmento adaptado.

QUESTÃO:

111) Em relação ao texto 1, analise as afirmações a seguir.

- I Os setores econômicos legais e ilegais se movimentam igualmente e na mesma proporção no mercado formal e informal.
- II As atividades da economia formal obtêm expressiva parte de seus lucros no comércio de drogas e de outros produtos ilegais.
- III As redes financeiras oferecem mecanismos de lavagem de dinheiro obtido no tráfico, no contrabando e na corrupção governamental.
- IV O envolvimento em ações ilícitas constitui-se em beneplácito para garantir o acesso aos escalões mais elevados da corrupção.
- V O autor defende a tese de que, numa situação de baixo crescimento da economia, criam-se condições favoráveis ao aumento da criminalidade.

Todas as afirmações corretas estão em:

A ⇒ I - II - III
B ⇒ I - III - IV
C ⇒ II - III - V

D ⇒ II - IV
E ⇒ III - V

PARECER:

A afirmação I (“Os setores econômicos legais e ilegais se movimentam igualmente e na mesma proporção no mercado formal e informal”) não é correta, pois, no texto 1, há apenas referência a alguns setores da economia, tais como as redes de bancos, o mercado imobiliário e as empresas de transporte, mas com a ressalva de que não se afirma que operam legalmente e ilegalmente na mesma proporção. Isso fica claro, no texto 1: “Como os diferentes setores econômicos, **mormente os ilegais** (grifamos), se movimentam tanto no mercado formal como no informal e constroem setores legais e ilegais (...)”.

Diferentemente, a afirmação II está correta. A comprovação de que, de acordo com o texto 1, “As atividades da economia formal obtêm expressiva parte de seus lucros no comércio de drogas e de outros produtos ilegais” está em: “Esses setores frequentemente exercem suas atividades na economia formal, mas auferem uma parte considerável de seus lucros a partir das operações do tráfico de drogas e de outros tráficos”.

Da mesma forma, a afirmação III está correta, pois, ao afirmar que “Essas atividades [ações criminosas] também seguem as redes financeiras para a lavagem do dinheiro oriundo de uma variada gama de atividades ilegais, como a corrupção governamental, o contrabando, o tráfico de armas etc.”, no texto 1, está se dizendo que “As redes financeiras oferecem mecanismos de lavagem de dinheiro obtido no tráfico, no contrabando e na corrupção governamental”.

A afirmação IV, por sua vez, é incorreta, visto que, ao contrário do que se afirma na questão, consta no texto 1: “(...) aqueles que sempre agiram na ilicitude só serão admitidos em tais segmentos altamente lucrativos **se tiverem o beneplácito daqueles cujo status nessas redes criminosas seja o mais elevado**” (grifamos). Ou seja, exercer atividades ilícitas não é suficiente para ter “acesso aos escalões mais elevados da corrupção”.

Por fim, a afirmativa V, ou seja, “O autor defende a tese de que, numa situação de baixo crescimento da economia, criam-se condições favoráveis ao aumento da criminalidade”, é correta, conforme se depreende da leitura da última frase do texto 1: “Assim, numa situação de pouco crescimento econômico, um número maior de pessoas pode ser atraída à arriscada indústria do crime e passar a organizar as suas operações de modo a obstruir as ações policiais e o processo judicial, dando vazão ao jogo sujo e necessariamente violento das atividades contra e fora da lei”.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

QUESTÃO:

112) Considerando o texto 1, é **correto** afirmar que o mercado das drogas ilícitas:

- A ⇒ sobrevive graças à corrupção de agentes públicos.
- B ⇒ monopoliza todos os setores da economia altamente rentável.
- C ⇒ é controlado por instituições formais do mercado aberto, entre as quais as que operam no mercado imobiliário.
- D ⇒ permeia todos os setores das atividades legais, incluindo instituições financeiras e empresas de transporte.
- E ⇒ **é apenas uma parcela do crime organizado.**

PARECER:

A alternativa A não pode ser considerada correta, pois isso não é dito no texto 1, nem pode ser inferido com base no que nele se diz. O que se afirma no texto é que “Como os diferentes setores econômicos, **mormente os ilegais**, se movimentam tanto no mercado formal como no informal e constroem setores legais e ilegais, claro está que facilmente conectam instituições governamentais ao comércio de drogas, penetrando este último nos setores legais da sociedade”, ou seja, dizer que o mercado de drogas ilícitas conecta-se a instituições governamentais não é o mesmo que dizer “sobrevive graças à corrupção de agentes públicos”.

Também não é correto afirmar que, de acordo com o texto 1, o mercado de drogas ilícitas “monopoliza todos os setores da economia altamente rentável”. O que se diz no texto é que “essas atividades também seguem as redes financeiras para a lavagem do dinheiro oriundo de uma variada gama de atividades ilegais, como a corrupção governamental, o contrabando, o tráfico de armas etc.”, fazendo referências a alguns setores altamente rentáveis, tais como os bancos, o comércio de imóveis e as empresas de transporte, mas isso não significa, certamente, a “mobilização de todos os setores altamente rentáveis”.

A alternativa C também é incorreta, pois nada há no texto 1 que dê respaldo à afirmação de que o mercado das drogas ilícitas “é controlado por instituições formais do mercado aberto, entre as quais as que operam no mercado imobiliário”. Diferentemente, o que se afirma é que o mercado de drogas ilícitas permeia (o envolve) setores formais da economia, entre os quais os bancos, as empresas de transporte e empresas que operam no

mercado imobiliário. Mas isso não significa que essas instituições são controladas pelo mercado de drogas ilícitas.

Da mesma forma, é incorreto dizer que “o mercado das drogas ilícitas permeia todos os setores das atividades legais, incluindo instituições financeiras e empresas de transporte”. O que se diz no texto 1 é que o mercado das drogas ilícitas permeia vários setores legais e formais da economia (não todos). Conforme o texto 1, “(...) é apenas uma fatia do sistema de operação da indústria do crime organizado, que funciona **em vários setores** (grifamos), utilizando-se de redes e mecanismos semelhantes, para terem aparência de operações limpas e legais”.

Finalmente, a alternativa E é a única correta, ou seja, o mercado de drogas ilícitas é apenas uma parcela do crime organizado. Há muitos outros, entre os quais, como outros tráficos (contrabando e desvio), lavagem de dinheiro, roubos, sonegação fiscal etc.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO:

113) Na frase “*Uma das questões sociais que mais afligem os dias de hoje é a da incapacidade de controlar o uso de drogas ilícitas, e, mais ainda, os baldados esforços para dar um fim, ou minimamente reduzir a níveis socialmente aceitáveis o sinistro sistema criminal que faz essas drogas circularem por todo o mundo, com uma logística de uma eficiência impressionante*”, a conjunção “e” tem a função de:

A ⇒ introduzir duas orações coordenadas explicativas separadas pela conjunção “ou”.

B ⇒ correlacionar o sujeito “que mais afligem os dias de hoje” com o núcleo do predicado “uso de drogas”.

C ⇒ estabelecer uma oposição entre o uso de drogas e o sistema criminal que faz as drogas circularem.

D ⇒ enfatizar o sentido do que se afirma nas duas orações anteriores.

E ⇒ **coordenar dois sintagmas nominais que exercem a função de predicativo do sujeito, representado por “uma das questões sociais que mais afligem os dias de hoje”.**

PARECER:

Para responder corretamente a questão proposta, convém identificar e classificar as orações do período, da seguinte forma:

Oração 1: Uma das questões (...) **é** a [questão] da incapacidade de (...) **e**, ainda mais, os esforços (...) – oração principal, com predicativo do sujeito composto;

Oração 2: (...) que mais **afligem** os dias de hoje – oração subordinada adjetiva restritiva

Oração 3: (...) controlar o uso de drogas – oração subordinada substantiva completiva nominal reduzida do infinitivo;

Oração 4: (...) para dar um fim / – oração subordinada substantiva completiva nominal reduzida do infinitivo e coordenada sindética alternativa com a oração que segue;

Oração 5: ou, minimamente, *reduzir a níveis socialmente aceitáveis o sinistro sistema criminal* – oração subordinada substantiva completiva nominal reduzida do infinitivo e coordenada sindética alternativa com a oração que precedente;

Oração 6: que faz drogas (...) – oração subordinada adjetiva restritiva

Oração 7: [drogas] circularem por todo o mundo, com uma logística de uma eficiência impressionante – oração subordinada substantiva objetiva direta.

Como se observa, tem-se na oração 1, constituída pelos termos: uma das questões (sujeito); é (verbo de ligação); a [questão] da incapacidade de (...) e, ainda mais, os esforços (predicativos do sujeito conectados pela conjunção “e”). Conclui-se, assim, que a alternativa E é correta e, conseqüentemente, todas as demais alternativas são incorretas.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO:

114) Assinale a alternativa que substitui convenientemente os elementos destacados em negrito, respeitadas as eventuais mudanças na forma verbal.

- A cobradora devolveu **os cheques** aos clientes.
- Se for preciso, vamos convocar **outros dois atletas**.
- O chefe perdoo **aos funcionários** os pequenos deslizes.
- Enviaram a eles **três pacotes de sanduíches**.
- Faz dias que não vejo **minha irmã** sair cedo.

A sequência **correta**, de cima para baixo, é:

A ⇒ lhes - os - os - lhes - la

B ⇒ **os - los - lhes - nos - a**

C ⇒ os - los - os - lhes - lhe

D ⇒ lhes - os - lhes - os - a

E ⇒ lhes - os - los - los - lhe

PARECER:

Em “A cobradora devolveu **os cheques** aos clientes”, o termo em negrito é objeto direto e, como tal, não pode ser substituído por “lhes” (pronomes que preenchem o sintagma de objeto indireto). A substituição correta é: *A cobradora devolveu-os aos clientes*;

Em “Se for preciso, vamos convocar **outros dois atletas!**”, o termo em negrito exerce a função de objeto direto e, como tal, deve ser substituído pelo pronome “os” que, no caso, se modifica em “los” porque o verbo termina em “r” (convocar + os = convocá-los): *Se for preciso, vamos convocá-los!*

Em “O chefe perdoa **aos funcionários** os pequenos deslizes”, o termo em negrito é objeto indireto do verbo **perdoar**. Essa é a regência do verbo “perdoar” quando o complemento é preenchido por seres animados (seres humanos, neste caso). Sendo assim, o pronome que substitui “aos funcionários” corretamente é “lhes”: *O chefe perdoa-lhes os pequenos deslizes*.

Em “Enviaram a eles **três pacotes de sanduíches**”, o termo em negrito é objeto direto do verbo “enviaram”, podendo, então, ser substituído pelo pronome “os”. Todavia, o verbo termina em fonema nasal, o que modifica a forma pronominal para “nos” (enviaram + os = enviaram-**nos** a eles).

Em “Faz dias que não vejo **minha irmã** sair cedo”, o termo em negrito é objeto direto do verbo “vejo”, razão por que não pode ser substituído pelo pronome “lhe”, mas sim pelo pronome “a”: *Faz dias que não a vejo sair cedo (emprego proclítico do pronome oblíquo átono em razão de o verbo vir precedido de advérbio de negação)*.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

QUESTÃO:

116) Assinale a alternativa **correta** quanto à pontuação.

A ⇒ – **D. Salomé, a senhora enfrentou, sozinha, a fraqueza de seu filho, não foi?**

B ⇒ Os doentes esperam angustiados, os resultados dos exames feitos hoje cedo.

C ⇒ Embora tenha constantes problemas de falta d’água, aquela praia recebe durante o verão, muitos paulistas.

D ⇒ O domínio das novas tecnologias, alteraram de modo profundo, as relações comerciais internacionais.

E ⇒ Hoje não se vêem, mulheres pobres, lavando roupa em tinas, alheias, nem em córregos e rios.

PARECER:

Na alternativa A, tem-se o travessão para indicar o discurso direto (fala de personagem); o ponto para abreviar a forma de tratamento “Dona”; a vírgula que separa o vocativo “D. Salomé”; as vírgulas opcionais que separam o predicativo “sozinha”; a vírgula que separa a oração coordenada assindética “não foi”; e, por fim, o ponto de interrogação. Em resumo, não há reparos a fazer quanto ao emprego dos sinais de pontuação.

Em B, há uso indevido da vírgula, uma vez que ela está separando o verbo e o respectivo objeto direto. Para que tal vírgula possa ser mantida, é necessário colocar uma vírgula após “esperam”, de tal maneira que o termo “angustiados” fique intercalado entre o verbo “esperam” e o objeto direto “os resultados dos exames”.

Em C, há também uso indevido da vírgula, uma vez que ela está separando o verbo “recebe” e o respectivo objeto direto “muitos paulistas”. Do mesmo modo que em B, aqui a vírgula pode ser mantida se for acrescida outra vírgula após “recebe”, de tal modo que o termo “durante o verão” fique intercalado entre o verbo transitivo direto “recebe” e o objeto direto “muitos paulistas”.

Em D, a primeira vírgula está mal empregada, pois separa, no caso, o sujeito do predicado. A segunda vírgula, após “profundo”, poderá ser mantida se for acrescida outra vírgula após “alteram”, de modo que “de modo profundo” fique intercalado entre o verbo e o respectivo complemento.

Em E, a primeira vírgula separa indevidamente o verbo e o complemento; a segunda vírgula separa indevidamente o substantivo e o adjetivo correspondente. As vírgulas que separam o termo “alheias” se houver a intenção de assegurar a esse termo a função de predicativo do sujeito “mulheres pobres”.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

Texto 2

Brasil vive tragédia na segurança pública, diz especialista.

O Brasil vive uma tragédia na área da segurança pública, afirmou hoje o especialista Ricardo Balestreri, durante seminário na Feira Internacional de Segurança Pública e Corporativa (Laad Security 2014), que reúne até quinta-feira no Riocentro, zona oeste da capital fluminense, empresas fabricantes e fornecedores nacionais e internacionais de tecnologia, equipamentos e serviços. Segundo ele, a falta de recursos, de políticas públicas para o setor e de investimento nas carreiras policiais contribuem para que anualmente o país perca em torno de 53 mil vidas desnecessariamente.

“Estamos matando por ano, no país, quase uma cidade de médio porte. São quase 100 mil pessoas entre homicídios e mortes no trânsito. São 53 mil homicídios por ano”, comentou ele. “É uma desgraça constante e crônica na área da segurança. Não é qualquer tipo de morte, estamos eliminando anualmente toda uma geração de jovens: em geral, negros, pobres, na faixa dos 14 aos 24 anos”, ressaltou.

Comprar mais armas, viaturas, rádios e coletes apenas, sem tecnologia de ponta, como sistemas de comando e controle, vídeo e monitoramento, aparelhamento e treinamento dos policiais, é fazer mais do mesmo, segundo ele. “Não teremos a menor chance de reduzir o número de mortes, nem dos demais crimes que assolam hoje a sociedade brasileira, se não tivermos mais seriedade na gestão pública. Comprar apenas apetrechos é manter a política do espetáculo, que é a do tiroteio, do chute na porta, da quantidade de prisões e, ao final, o resultado é pífio”, comentou. (...)

Outro problema também relatado no seminário foi a ineficiência dos inquéritos policiais. “Menos de 8% em média dos crimes são apurados e menos de 2% são punições de homicídios. Cerca de 98% das mortes dolosas no Brasil não são punidas. A impunidade é quase absoluta”, lamentou ao se referir às polícias brasileiras como “meias polícias”, que fazem trabalhos incompletos e se atrapalham entre si. “Não defendo a unificação das polícias, mas do ciclo de trabalhos das polícias”, declarou.

O palestrante disse que a Polícia Civil transformou-se em mero cartório de registros e de procedimentos, já que os delegados hoje são juizes de instrução sem poder, segundo ele. “As polícias precisam ser divorciadas, fazendo trabalhos especializados e completos, cada um na sua área e cada um com seu cartório próprio”, argumentou. Para ele, a Polícia Civil, que é numericamente menor, deveria se especializar nos crimes mais sofisticados, como crimes contra a pessoa, colaborar com a Polícia Federal contra lavagem de dinheiro e crime organizado, entre outros. Já a Polícia Militar ficaria responsável pelos crimes ordinários, fazendo inclusive o trabalho cartorial e investigativo que hoje é feito pela Polícia Civil. (...)

VILELLA, Flávia. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-04/brasil-vive-tragedia-na-seguranca-publica-diz-especialista>. Publicado em 08/04/2014. Acesso em 20/05/2014. Adaptado.

QUESTÃO:

117) Sobre o texto 2, **todas** as alternativas estão corretas, **exceto** a:

A ⇒ Certas atribuições que hoje são exclusivas da Polícia Civil, como o trabalho cartorial de registro e procedimentos, deveriam ficar sob a responsabilidade da Polícia Militar, defende Ricardo Balestreri.

B ⇒ Segundo Balestreri, comprar armas, viaturas, rádios e coletes, sem investir em sistemas de comando e controle, vídeo e monitoramento, aparelhamento e treinamento dos policiais, traz pouco resultado no combate à criminalidade.

C ⇒ O especialista em segurança pública, Ricardo Balestreri, defende a unificação das polícias como meio de fazer trabalhos especializados e completos.

D ⇒ No Brasil, mais de 50 mil homicídios ocorrem anualmente, eliminando uma geração de jovens, principalmente negros e pobres, na faixa dos 14 aos 24 anos.

E ⇒ Os inquéritos policiais têm-se revelado altamente ineficientes, uma vez que menos de 10% dos crimes são apurados e, dentre esses, apenas 25% deles resultam em punições de homicídios.

PARECER:

O que se afirma em A está correto, pois, de acordo com o texto 2, “(...) a Polícia Civil, que é numericamente menor, deveria se especializar nos crimes mais sofisticados, como crimes contra a pessoa, colaborar com a Polícia Federal contra lavagem de dinheiro e crime organizado, entre outros. Já a Polícia Militar ficaria responsável pelos crimes ordinários, **fazendo inclusive o trabalho cartorial** (grifamos) e investigativo que hoje é feito pela Polícia Civil.

Se no texto 2 consta que “comprar mais armas, viaturas, rádios e coletes apenas, sem tecnologia de ponta, como sistemas de comando e controle, vídeo e monitoramento, aparelhamento e treinamento dos policiais, é fazer mais do mesmo”, então o que se afirma em B está correto.

A alternativa C está incorreta, pois, conforme consta no texto 2, Ricardo Balestreri declarou: “Não defendo a unificação das polícias, mas do ciclo de trabalhos das polícias”.

Considerando, conforme o texto 2, que no Brasil “São quase 100 mil pessoas entre homicídios e mortes no trânsito. São 53 mil homicídios por ano”, e que “Não é qualquer tipo de morte, estamos eliminando anualmente toda uma geração de jovens: em geral, negros, pobres, na faixa dos 14 aos 24 anos”, o que se afirma em D está correto.

A afirmação, em E, de que “Os inquéritos policiais têm-se revelado altamente ineficientes, uma vez que menos de 10% dos crimes são apurados e, dentre esses, apenas 25% deles resultam em punições de homicídios” também não está em conformidade com o texto 2, onde se lê: “Outro problema também relatado no seminário foi a ineficiência dos inquéritos policiais. Menos de 8% em média dos crimes são apurados e menos de 2% são punições de homicídios”. Ou seja, dizer “menos de 10% dos crimes apurados” é um valor que se confirma na expressão “menos de 8%”, no texto. Isso é assegurado pelo advérbio “menos”. No entanto, a expressão “apenas 25% deles resultam em punições de homicídios” não corresponde ao que está escrito no texto, ou seja, “menos de 2% são punições de homicídios”.

Conclui-se, desse modo, que há duas alternativas incorretas.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Anular a questão.

=====

QUESTÃO:

118) Considerando o que se afirma no texto 2, marque com **V** as afirmações **verdadeiras** e com **F** as **falsas**.

- () *As empresas fabricantes e fornecedores nacionais e internacionais de tecnologia, equipamentos e serviços querem que o Brasil aumente os investimentos em segurança pública.*
- () *Os estudos revelam que, no Brasil, mais de 90% das mortes dolosas não são punidas.*
- () *Para Balestreri, os crimes ordinários não deveriam ser investigados pela Polícia civil.*
- () *Considerando que as polícias fazem trabalhos incompletos e se atrapalham entre si, os inquéritos policiais são ineficientes.*
- () *A Feira Internacional de Segurança Pública e Corporativa, realizada no Rio de Janeiro em 2014, teve cerca de 100 visitantes.*
- () *No Brasil a chance de reduzir o número de mortes e dos demais crimes que assolam hoje a sociedade brasileira é mínima porque a gestão pública não é séria.*

A sequência **correta**, de cima para baixo, é:

- A** ⇒ F - F - V - F - V - V
- B** ⇒ V - F - F - V - V - V
- C** ⇒ V - V - F - V - F - F
- D** ⇒ **F - V - V - V - F - V**
- E** ⇒ F - F - V - V - V - F

PARECER:

A afirmativa de que “As empresas fabricantes e fornecedores nacionais e internacionais de tecnologia, equipamentos e serviços querem que o Brasil aumente os investimentos em segurança pública” não encontra amparo no texto 2. Isso não é dito no mencionado texto, logo é FALSA.

Ao contrário, a afirmativa “Os estudos revelam que, no Brasil, mais de 90% das mortes dolosas não são punidas” é VERDADEIRA, pois, de acordo com o texto 2: “Menos de 8% em média dos crimes são apurados e menos de 2% são punições de homicídios. Cerca de 98% das mortes dolosas no Brasil não são punidas.”

Da mesma forma, a afirmativa “Para Balestreri, os crimes ordinários não deveriam ser investigados pela Polícia civil” é VERDADEIRA, visto que conta no texto 2: “Para ele [Balestreri], (...) a Polícia Militar ficaria responsável pelos crimes ordinários, fazendo inclusive o trabalho cartorial e investigativo que hoje é feito pela Polícia Civil.”

Também a afirmativa “Considerando que as polícias fazem trabalhos incompletos e se atrapalham entre si, os inquéritos policiais são ineficientes” é VERDADEIRA, em conformidade do com o texto 2, onde se lê: “Outro problema também relatado no seminário foi a ineficiência dos inquéritos policiais. (...) lamentou ao se referir às polícias brasileiras como “meias polícias”, que fazem trabalhos incompletos e se atrapalham entre si.”

A afirmativa “A Feira Internacional de Segurança Pública e Corporativa, realizada no Rio de Janeiro em 2014, teve cerca de 100 visitantes” é FALSA, uma vez que o texto 2 não faz menção ao número de visitantes à Feira Internacional de Segurança Pública e Corporativa.

Por fim, a afirmativa “No Brasil a chance de reduzir o número de mortes e dos demais crimes que assolam hoje a sociedade brasileira é mínima porque a gestão pública não é séria” é VERDADEIRA, conforme o texto 2, onde se lê: “Não teremos a menor chance de reduzir o número de mortes, nem dos demais crimes que assolam hoje a sociedade brasileira, se não tivermos mais seriedade na gestão pública”.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.

=====

QUESTÃO:

119) Com relação aos segmentos extraídos do texto 2, é **correto** o que se afirma em:

A ⇒ O período “Não teremos a menor chance de reduzir o número de mortes, nem dos demais crimes que assolam hoje a sociedade brasileira, se não tivermos mais seriedade na gestão pública” é composto por três orações, uma das quais exerce a função de advérbio de causa.

B ⇒ Na frase “Para ele, a Polícia Civil, que é numericamente menor, deveria se especializar nos crimes mais sofisticados, como crimes contra a pessoa, colaborar com a Polícia Federal contra lavagem de dinheiro e crime organizado, entre outros”, o pronome relativo “que” retoma Polícia Civil e exerce a função de sujeito do verbo “é”.

C ⇒ No trecho “(...) a falta de recursos, de políticas públicas para o setor e de investimento nas carreiras policiais contribuem para que anualmente o país perca em torno de 53 mil vidas desnecessariamente”, o verbo “perca” deveria estar flexionado na terceira pessoa do plural do presente do subjuntivo para que houvesse concordância com o sujeito “53 mil vidas”.

D ⇒ Em “(...) lamentou ao se referir às polícias brasileiras como ‘meias polícias’, que fazem trabalhos incompletos e se atrapalham entre si”, o termo “entre si” é redundante.

E ⇒ Na frase “O palestrante disse que a Polícia Civil transformou-se em mero cartório de registros e de procedimentos, já que os delegados hoje são juízes de instrução sem poder”, a locução conjuntiva “já que” pode ser substituída pela expressão “dos quais” sem que ocorra modificação no sentido.

PARECER:

Em A, existem mais de três orações, mas nenhuma delas exerce a função de advérbio de causa. Trata-se, pois, de alternativa incorreta.

Em B, o pronome relativo “que” retoma, de fato, a expressão “Polícia Civil” (Polícia Civil [que] é numericamente menor) e exerce a função de sujeito. E, sendo assim, está correta.

Em C, o verbo “perca” concorda com o respectivo sujeito “o país”, na terceira pessoa. Por isso, é incorreto dizer que esse verbo “deveria estar flexionado na terceira pessoa do plural do presente do subjuntivo para que houvesse concordância com o sujeito ‘53 mil vidas’”.

Em D, ocorre redundância porque, ao dizer “[as polícias] se atrapalham”, o sintagma já inclui a reciprocidade, não havendo necessidade de repetir essa mesma reciprocidade por meio da expressão “entre si”.

Em E, é correto dizer que a substituição da expressão “já que” por “dos quais” muda o sentido. Na frase original, a oração “já que os delegados hoje são juízes de instrução sem poder” tem a função de adjunto adverbial de causa, referente ao verbo “transformou-(se)”. Se for feita a substituição sugerida, a oração “[dos quais] os delegados hoje são juízes de instrução sem poder” passaria a exercer a função de adjetivo (oração subordinada adjetiva restritiva) do substantivo “cartórios”.

Pelo exposto, conclui-se que **as alternativas B e D estão corretas.**

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Anular a questão.

=====

Questão

120) Assinale a frase **correta** quanto às normas da língua escrita padrão.

A ⇒ Vou dizer o problema de intérpretes de Libras, por exemplo, que eles demandam que a gente contrate profissionais de nível superior se não haverão problemas de adequação na tradução da língua.

B ⇒ Compreendemos que a Universidade deve ser um polo de fomentação cultural e científica, onde se discuta e problematize as necessidades mais prementes dos trabalhadores e trabalhadoras.

C ⇒ Nas primeiras reuniões realizadas em maio, com a presença de mais de setenta pessoas, foi delineado quais os primeiros princípios que nortearam nossa atuação, sendo posteriormente dividido o grupo em frações que irão trazer propostas para a segunda jornada de discussões.

D ⇒ As versões são contraditórias, mas, segundo a polícia, a ocorrência teria sido registrada após um desentendimento entre os envolvidos, durante o qual a vítima foi violentamente espancada.

E ⇒ Isso aconteceu com nós diversas vezes onde o principal problema é a falta de investimento em infraestrutura anelrodoviária, trazendo assim dificuldades de deslocamento urbano.

PARECER:

Na alternativa A, além do emprego inadequado do pronome relativo “que”, o verbo “haverão” deve ser substituído por “haverá” (no singular) por se tratar de verbo impessoal (verbo haver no sentido de existir).

Na alternativa B, em “[...] onde se discuta e problematize as necessidades mais prementes dos trabalhadores e trabalhadoras”, os verbos “discuta” e “problematize” devem ser empregados no plural para haver concordância com o sujeito “as necessidades”.

Na alternativa C, no sintagma “foi delineado quais os primeiros princípios”, a expressão “foi delineado” deve ser empregada no plural para concordar com “os primeiros princípios”. O pronome “quais” está sobrando, devendo se excluído.

Na alternativa E, a expressão “com nós” deve ser substituída pela forma “conosco” (padrão). Além disso, o pronome adverbial “onde” está mal empregado, uma vez que antes dele não ocorre advérbio de lugar.

Resta, pois, como frase adequada às normas da língua escrita padrão a alternativa D. É facultativo o emprego de vírgula após a expressão “durante o qual”.

DECISÃO DA BANCA ELABORADORA: Manter a questão e o gabarito divulgado.